EM TEMPO
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 15,00 — ANO II — Nº 63 — 10 A 17 DE MAIO DE 1979

O GENERAL DISSIDENTE FALOU SEM MEDO SOBRE O OUTRO LADO DO PODER

HUGO ABREU EXCLUSIVO: A ÚLTIMA ENTREVISTA ANTES DE SER PRESO

1 A abertura que o grupo de Golbery quer é fictícia

2 O governo pretende amordaçar a imprensa nos moldes nazistas

3 As greves são legítimas. Figueiredo está desorientado

4 Todas as ditaduras têm um fim e esperamos que seja o mais breve possível

Jean Pierre Bisilliat/Central

Proposta de Maluf é para a greve continuar Pág. 8

Figueiredo entre a abertura e a fechadura
Pág. 5

Projeto de CLT: promessas sem mudanças
Pág. 4

Os mais cotados para a presidência da UNE
Pág. 12

Gerais

Trocando viadutos

Corrupção e Clientelismo, duas perniciosas práticas políticas hoje comandam a cena paulista. Como principal protagonista o próprio governador, Paulo Maluf, acusado pelo advogado Valter do Amaral de enriquecimento ilícito e tráfico de influência, no caso do empréstimo que o BNDE fez ao grupo Lutfalla.

Quem julgará o poderoso Maluf? O Juiz José Kalles já tirou o corpo fora considerando que tal julgamento não é de sua competência. Jogou a peteca para a área estadual. Ao que tudo indica o processo deverá passear pela burocratizada e inépta justiça tupiniquim até seu total esvaziamento. A peso de ouro, se preciso for.

Ao mesmo tempo que é acusado em processo crime, Maluf apressa-se em distribuir cargos a seus adeptos, em empreender patéticas viagens ao interior, em criar programas regionais de industrialização, que financiarão investimentos no seu principal campo de atuação política. E segue o trem malufiano a perseguir sua clientela, apesar do desespero do seu secretário Pastore que em sua «neutralidade» tecnocratica, supõe impossível a destinação de verbas ao interior para a satisfação das reivindicações de centenas de prefeitos. Desconhece ainda Pastore os meandros da politicagem. Os senhores prefeitos, ouvindo o canto de sereia de Maluf apressam-se em trocar apoio político por hipotéticas estradas e pontes e quem sabe até viadutos. (AS)

Passarinho com cheiro de cavalo

O líder do governo na Câmara Federal, Jarbas Passarinho, considera que o País não pode conviver com as greves, que as reivindicações são exageradas, que está havendo incitamento à desobediência civil e à quebra da hierarquia militar. Endureceu tanto, que ate o Planalto estranhou. Devagar, deputado, que o santo é de barro, qualquer tropeço e lá se vai prás picas a comedida institucionalização da ditadura.

Qualquer membro do Planalto esta careca de saber que o povo não pode mais conviver com os salários de fome que o Estado e os empresários pretendem pagar. Que as greves virão e que são justas, que a única saída e repartir alguns farelos do bolo delfiniano.

O inabil porta-voz do Planalto, Said Faraht, engrossou afirmando que o governo não tem nada a ver com as declarações do deputado. Ao que o deputado, cônscio de sua responsabilidade como líder do partido da ordem, também engrossou do lado de cá: endossa ou caio fora. Como desfecho, fica o deputado-líder, o general endossa, tudo não passou, como sempre de um mero mal-entendido. (AS)

Vão fazer mais um milagre

Houve um tempo, durante a época do «milagre», que o Governo brasileiro e os seus mais eminentes corifeus, como o sr. Delfim Netto, acusavam a oposição de pregar a «socialização da miséria», quando esta denunciava o arrocho salarial e exigia uma melhoria radical e imediata na distribuição das riquezas. Primeiro seria preciso fazer crescer o «bolo» para depois distribuí-lo, dizia o Governo.

Agora, pode-se dizer com certeza que é o Governo quem vem pregando a pretensa tese da «socialização da miséria» que imputava à oposição. O recém-divulgado projeto de atualização da CLT, redigido por uma Comissão presidida pelo ex-Ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, renova uma proposta já aventada na gestão de Arnaldo Prieto: a liberação do trabalho noturno feminino como forma de se avançar no princípio da igualdade dos direitos entre os homens e as mulheres.

Dessa maneira, se procura justificar um passo atrás na defesa da exploração do trabalho feminino, revertendo uma tendência internacionalmente reconhecida na legislação trabalhista (atualmente a exploração do trabalho feminino noturno só é permitida através de acordos especiais entre os patrões e o sindicato da categoria). Se aprovada, a proposta beneficiaria especialmente ao empresariado do setor têxtil, que emprega em massa a mão-de-obra feminina.

Cuidado com as lições chinesas

«Os Estados Unidos deveriam dar uma lição a Cuba», declarou Chi Pengfei, membro da equipe dirigente da China. Adiantando que não pretendia «ensinar nada aos Estados Unidos», mas só dar «um conselho de amigo», Pengfei disse que a lição não precisaria ser a invasão da ilha socialista mas simplesmente a intervenção em outro lugar, como a África.

Deixando de lado o grotesco em que chegou a política exterior chinesa, é curiosa a obsessão que tem o sistema escolar. Já a imagem utilizada por Mao para absolver Stalin era dizer que este tivera sete pontos positivos sobre dez. Teng Siaoping recentemente absolveu o próprio Mao com nota oito. A invasão do Vietnan foi considerada simplesmente «uma lição dada» a esse povo.

Pode-se dizer certamente que nem todas as aberrações atuais podem ser atribuídas ao velho Mao, que deixou muitas lições proveitosas desde sua longa marcha até a reconstrução socialista do país. Mas de qualquer forma, desde o apoio a Pinochet, aos mercenários racistas em Angola até a recente invasão do Vietnan, podemos dizer que em matéria de internacionalismo a direção do Partido Comunista Chinês já está irremediavelmente reprovada. (ES)

Prefeitura destrói casas no Grajaú

«Foi uma turma de jagunços, moço, que veio aqui derrubar os barracos. Passaram o caminhão em cima e ainda roubaram portas, janelas, pá, serrote. Na entrevista do 1º de maio o Presidente pediu a colaboração de todos. Como? Prá eles nós pouco prestamos, a não ser pra dar votos».

Foi isto mesmo. A Prefeitura Regional de Santo Antaro, Zona Sul de São Paulo, chegou a Grajaú no dia 5 e, sem qualquer conversa, foi jogando as casas no chão. Cercados pelos moradores e na presença do padre Luís os «jagunços» disseram estar atendendo solicitação feita pela Sociedade Amigos dos Moradores do Grajaú.

No dia 6, numa assembléia, a reação dos moradores foi firme: uma queixa na prefeitura, uma ação judicial para recuperar o material roubado e destruído (encaminhadas pelo advogado Percival Maricato) e a organização de uma quermesse que reunisse doações coletadas pelos moradores do bairro, visando arrecadar fundos para reconstruirem conjuntamente suas casas.

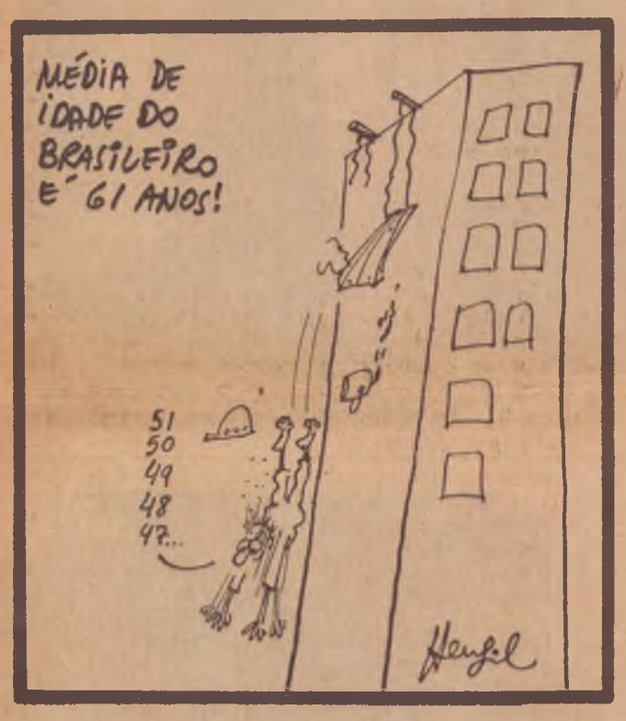
Uma grande descoberta foi feita pelos duzentos moradores que participam ativamente do movimento: a união. Aprendendo a confiar e contar com as próprias forças, os moradores realizaram várias reuniões com muita presença, lutando para reconquistar seus direitos.

Afinal, quem foi o responsável pela destruição das 19 casas? De acordo com os fiscais da prefeitura foi a Sociedade Amigos do Grajaú. E a própria Sociedade se entregou quando afixou na sua porta um cartaz pedindo aos moradores que se sentissem prejudicados com a construção de barracos que reclamassem na Prefeitura. Mas a diretoria da Sociedade nega participação direta, afirmando ter somente encaminhado à Prefeitura cinco moradores descontentes.

Não se iludam os moradores do Grajaú. É sabido que grande parte das Sociedades de Bairros de São Paulo são pequenos braços da prefeitura em cada bairro. Até mesmo no dia 1º de maio, ao invés de participarem da manifestação dos trabalhadores em São Bernardo, as Sociedades preferiram estar presentes numa festa com o Governador Maluf.

No Grajaú, pressionada pelos moradores que lá estiveram várias vezes, a Sociedade se comprometeu a ir reclamar na Prefeitura. Mas não se comprometeu a trazer de volta o material roubado.

Os moradores prejudicados — quase que só trabalhadores assalariados — têm de ficar de olho. De olho na Sociedade, inimiga dos moradores, de olho nos poucos moradores privilegiados do lugar que tendo sua casa própria buscam prejudicar os demais e — principalmente — de olho na Prefeitura que na ação de destruir as casas já demonstrou que o Estado não se orienta em atender os menos favorecidos. Pelo contrário. (Samira Zaidan)



E os caranguejos graúdos?

Além de ter sido incluído em nossa lista de torturadores, o Brigadeiro João Penido Burnier parece não respeitar muito também a sacrossanta propriedade privada. Tanto é que na segunda-feira passada, em revelação feita no Supremo Tribunal Eleitoral durante o julgamento do Coronel Carlos Alberto Bravo da Câmara, acusado de usar um carro apreendido de Maria do Carmo Ibiapina Mendes, esta última acusada de subversão, ficou claro que o fato era apenas um entre muitos outros análogos, e que a política nesse sentido era orientada diretamente pelo Brigadeiro, então na 3ª Zona Aérea.

Apesar do fato ser «enrustido» pelos caranguejos (gíria usada pela polícia e também no «meio especializado» para designar ladrões de automóvel) pela descaracterização completa do carro, este não tinha sido totalmente pago, e a financeira a quem as prestações eram devidas entrou com ação para reaver o carro, recebendo como resposta evasivas do tipo «o carro foi apreendido por estar a serviço da subversão» e «foi roubado por elementos não identificados».

Quando o Brigadeiro Faber Cintra substituiu Burnier na 3ª Zona, ficou revoltado com o fato e resolveu abrir inquérito, que resultou na condenação do Coronel, agora confirmada pelo Supremo. Mas, mesmo entre os juízes militares ficou a pergunta: e os responsáveis mais graúdos? (RB).

A Constituição ou os trabalhadores

Apenas uma brilhante razão basta para impedir a organização do PT — Partido dos Trabalhadores — a luta de classes é proibida no País. Assim reza a Constituição, concluem os nobres parlamentares da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Em que pese os decretos e leis impostos por essa desacreditada Constituição de resto desrespeitada pelos próprios governantes, é preciso muita cara de pau prá dizer que a luta de classes não existe no País ou para endossar sua proibição exatamente no mês da maior movimentação grevista dos últimos 15 anos.

O ABC em pé de guerra reivindicatória, patrões e empregados degladiando-se nas negociações, o Estado, ora dentro, ora fora da luta salarial, a ameaça de greve pairando sobre a recusa à reivindicação operária e constata-se que a luta de classes é proibida pela Constituição.

O PT — um partido composto apenas por trabalhadores — para existir, dizem aqueles senhores, deverá alterar sua proposta pragmática original, permitindo o acesso, nada mais, nada menos, que dos patrões. Um partido que pretende exatamente lutar contra os patrões, deverá para poder existir incorporar os donos do poder econômico a seus quadros. Não vai dar outra. Ou suprime-se os trabalhadores, ou suprime-se a Constituição! (AS)

«Os poderosos são temíveis quando não tremem»

Na assembléia da Associação dos Professores da Universidade de São Paulo (ADUSP), realizada no último dia 5, como parte de um balanço provisório da greve do funcionalismo paulista, foi citado pela professora de filosofia Marilena de Souza Chaui e vivamente aplaudido pelo plenário o texto de um dos grandes pensadores do século XVII, o filósofo Baruch de Espinosa. Publicamos a seguir o texto citado.

«Se fosse tão fácil dominar os espíritos como se censuram as línguas todo governante reinaria em segurança e não haveria governo violento, pois cada homem e todos viveriam segundo as disposições do detentor do poder e julgariam segundo seu decreto quanto ao verdadeiro e o falso, o bem e o mal, o justo e o iníquo. Porém tal não ocorre. É impossível fazer com que o espírito de um homem pertença inteiramente a um outro ou que transfira a outro seu direito de julgar e agir livremente em todas as circunstâncias. Eis porque há poderes violentos.

Um poder é violento quando mantém os homens acorrentados, tira-lhes todas as armas, todos os meios de defesa e de fuga, ou quando em lugar de inspirar apenas medo, aprisiona os dominados por meio de benefícios de tal modo que prefiram antes satisfazer aos desejos de um senhor do que aos seus próprios. É violento um poder que se assenhora dos corpos e espíritos, que pelo medo e pela esperança, pelo ferro e pelo fogo, pela ilusão dos benefícios pretende usurpar o direito agindo injustamente contra os cidadãos e lhes prescrevendo o que devem admitir como verdadeiro ou recusar como falso, aceitar como justo e excluir como injusto.

A finalidade da política é permitir que os homens tenham uma vida verdadeiramente humana, uma vida que não se define pela circulação do sangue e pela digestão, mas pela liberdade. Uma sociedade só pode ser conservada se além de respeitada por seus membros não for por eles odiada e nada há que os homens mais odeiem do que verem tripudiadas idéias e ações que julgam justas. Certamente não se importam com a liberdade aqueles que, aduladores e ambiciosos, reduzem a vida em sociedade a um meio para encher baús de moeda e para encher sua própria pança...

Costuma-se dizer que a experiência mostra que no interesse da paz e da concórdia convém que todo poder pertença a uns poucos. Parece ser prova disto a longa duração das ditaduras e a duração efêmera das democracias. Porém, se a paz deve ter o nome de escravidão, barbárie e solidão, nada mais lamentável para os homens do que a paz. É a servidão e não paz que pede que o poder fique nas mãos de uns poucos, pois a paz não é mera ausência de guerra, mas concórdia...

Costuma-se imputar ao povo todos os vícios dos mortais: no povo não há medida; é um escravo humilde e um senhor arrogante; para ele não há verdade e é incapaz de julgamento; o povo, diz-se, é temível quando não treme. Ora, não é surpreendente que o povo seja desmesurado e incapaz de bons juízos quando todos os negócios públicos são tratados em segredo e à sua revelia, sem que disponha de qualquer meio de conhecê-los e de neles intervir. Querer tratar todas as questões públicas em segredo e à revelia dos cidadãos e ao mesmo tempo querer que o povo não julgue nem aja envezadamente é rematada loucura. São os dominantes e os poderosos que são temíveis quando não tremem. Se o povo for capaz de moderação de suspender o juízo naquilo que conhece pouco e julgar corretamente apenas a partir dos parcos indícios de que dispõe, então merece governar em lugar de ser governado...

Se numa sociedade os homens estão aterrorizados e por medo não lutam, não criticam, não manifestam suas divergências e conflitos, aí não reina a paz, mas a mera ausência da guerra. A paz não é a inércia de homens tangidos como um rebanho, formados para servir e temer. A paz não é ausência de guerra nem silêncio dos conflitos: é força política ativa que não carece de recompensa. É a escravos e não a homens livres que são dados prêmios por bom comportamento».

ERRATA

Por problemas técnicos deixamos de creditar por diversas edições as fotografias de Cândido Fernandes. No intuito de sanar este erro, publicamos aqui uma relação das fotos que saíram sem o devido crédito a seu autor, Cândido Fernandes: Nº 41: Foto do Ayatollah Khomeini e foto da Etiópia-Eritréia (Pág. 9); Nº 44: Foto do Ayatollah Khomeini (pág. 9); Nº 50: Foto do Ayatollah Khomeini (Pág. 10); Nº 53: Foto de Manoel da Conceição (Capa) e foto do Ayatollah Khomeini (Pág. 14); Nº 59: Foto de Fidel Castro e outros (Pág. 9) e foto de Christine Glucksmann (Pág. 10).

CONVITES

Sociologia

Nos dias 22 e 26 de maio será realizado em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Sociologia, promovido pela Associação dos Sociólogos do Brasil e entidades de 9 Estados sob a coordenação da Sociedade Mineira de Sociologia, tendo como temário «debater a realidade nacional em seus aspectos políticos, sociais e econômicos para uma tomada de posição dos sociólogos face a esta realidade».

A Sociedade Mineira de Sociologia (Av. Afonso Pena, 867, sala 2.501 — Belo Horizonte) recebe até o dia 16 Comunicações, Teses e Pesquisas que os participantes do Congresso quiserem apresentar.

Música

Em continuidade ao seu ciclo de debates, a DEURBE — Sociedade Brasileira de Defesa da Vivência Urbana — convida a comunidade científica e a todos os interessados a assistirem a conferência do eminente cientista brasileiro Mario Schemberg sobre o tema «Energia Nuclear: Progresso Social?» no dia 24 de maio de 1979, às 20:00 h., na sede social da DEURBE, à rua 24 de maio, nº 188, 3º andar, sala 314. Ao término da conferência, será aberto ao público amplo debate sobre o tema.

Energia Nuclear

No próximo fim de semana (12 e 13 de maio), estará se apresentando no Teatro Municipal de Santo André (SP) o cantor e compositor Vital Farias, com seu show «Não entendo nada de agricultura». As apresentações serão às 9 horas da noite. Vital Farias, apesar de não entender nada de agricultura, entende muito de música. E apesar de não entender nada de agricultura, não é ministro de coisa nenhuma. Vamos lá que vale a pena.

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Carlos Tibúrcio, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). **Suplentes:** Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini, Tibério Canuto. Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Candida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecilia Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorin.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi e Fábio Prado; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Maizé Trindade, Mauridio Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araujo (administração). Porto Alegre. (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Rio de Janeiro (Rua Praia de Botafogo, 316 - Sala 209)** Adauto Novaes, Antonio José Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio.
Salvador :(Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITORIOS – Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira: **Aracaju:** David Dantas. **Campinas:** Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinivio de Araujo (administração) e distribuição). **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal:** Cicero Correia, Francisco de Assis. **Maceió:** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isasc Barbosa da Silva; Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva: Monéya Brauns. **Assessoria Jurídica:** Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernando Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

A tempestade proletária vai varrer o País

Apesar da relutância de alguns oposicionistas, que pretendiam transformar a manifestação num seminário, mais de cinco mil pessoas se concentravam no Campo Grande, em Salvador, no último dia 4, para prestar sua solidariedade ao deputado Francisco Pinto, caluniado pelo ministro Delfim Neto, que através de seus amigos anônimos, divulgou na imprensa uma peça em que Pinto esteve envolvido, pretendendo demonstrar que o deputado teria entregado companheiros.

Na verdade, os nomes que Pinto dera eram de pessoas notoriamente anticomunistas e que, inclusive, participaram de todas as articulações golpistas, tendo muitas delas ocupado postos na administração dos governos pós-64. Durante a manifestação, realizada à noite, em frente à sede do partido, falaram dezenas de parlamentares e pessoas atingidas pelos atos de exceção, além de um representante do Trabalho Conjunto e outro do Diretório Central dos Estudantes de Salvador.

No final, Chico Pinto fez um virulento discurso em que encerrava: «O que nós queremos e o que nós lutamos neste País, companheiros que aqui estão, a quem agradeço muito esta manifestação de solidariedade, o que eu lhes digo e o que eu lhes peço e o que eu quero assistir também ao lado de vocês, um dia que não haverá de demorar tanto: é que varra deste País a grande tempestade proletária». **(Sucursal de Salvador)**

Quatro anos de prisão e farsa

Em 11 de maio de 1975 Flávio Koutzii brasileiro, estudante de economia, ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi preso pelo governo argentino. Neste 11 de maio de 1979 Flávio comemora mais uma vez este triste aniversário nas prisões argentinas.

Tendo sido mantido arbitrariamente em prisão por 3 anos sem ter sido julgado, foi finalmente condenado no ano passado a uma pena de 6 anos e meio num processo bastante duvidoso. Flávio passou durante todo este período e continua passando por penosas condições carcerárias. A partir de 1977 passou a sofrer de hipertensão arterial, padecendo desde então de insuficiência cardíaca.

Vários setores da opinião pública brasileira e internacional tem manifestado sua solidariedade e denunciado as condições desumanas e arbitrárias pelo qual o governo argentino vem tratando nosso compatriota. Apesar da promessa do Chanceler argentino Carlos Pastor de estudar «com todo carinho» a situação de Flávio, apesar de ter dito à imprensa que não achava muito difícil sua libertação, Flávio continua preso e pouca coisa foi concretamente realizada.

A situação de Flávio é crítica. Sua libertação imediata se impõe. Tendo um salvo conduto expedido pela embaixada da França em Buenos Aires assim como garantia de atendimento imediato do prof. Dr. Milliez, especialista em hipertensão arterial, que se prontificou a acolhê-lo em sua clínica em Paris. Somente a aplicação de um decreto de expulsão poderá salvá-lo. E a ditadura argentina chega ao cúmulo ao protelar até mesmo esse decreto. **(SR)**

Gerais

Assim na terra como no céu

E as greves continuam a pipocar em todas as categorias de trabalhadores. agora são os pilotos e co-pilotos de Belo Horizonte, que trabalham como autônomos («free-lancer») para as empresas de táxi-aéreo e para particulares, que paralisaram os vôos. Eles exigem melhores condições de trabalho e legalização de sua condição profissional. Segundo os pilotos, a utilização da maior parte dos profissionais como «free-lancer» gera total falta de segurança nas operações aéreas, uma vez que o piloto, voando a cada dia com um equipamento diferente, não consegue se inteirar dos detalhes específicos de cada avião.

Para os pilotos, a expressão «free-lancer» é apenas um eufemismo que encobre uma situação marginal, indefinida. Na verdade, podem ser considerados os «bóias-frias do ar» e, o que é mais grave: esta situação existe em larga escala em todo o País.

Em assembléia-geral realizada no último dia 5, os pilotos decidiram por unanimidade manter a decisão de não mais aceitarem a convocação para vôos na condição de «free-lancers». **(Carlindo Rodrigues)**.

Desenterrando a monarquia

Enquanto as coisas aconteciam em todo o País, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, entidade que só está por dentro em momentos de exceção, quando o que é normal está por fora, o empresário Thomas Leonardos, presidente do Conselho de Administração das Lojas Americanas e membro da fatídica entidade, no dia 2 de maio, propunha a criação de um partido conservador, nos moldes do seculo XIX (tal qual sua entidade, diz aqui ao lado uma má língua).

Mas, a idéia do senhor Leonardos não convenceu nem o próprio presidente da Associação Comercial, que não está tão por fora assim. Enfim, no vale tudo atual, todas as taras vêm à tona e o senhor Leonardos aproveitou para lançar um pouco de sua baba. Nada de sério. **(RVN)**.

Leituras indigestas

O editorialista e comentarista do Jornal da Tarde, de São Paulo, Lenildo Tabosa Pessoa leu, e não gostou, uma reportagem de **Em Tempo** com um ex-marginal que tornou-se militante da esquerda dentro da cadeia. Lenildo, horrorizado, acha que as escolas e a Igreja estão esquerdizando os brasileiros e a essas duas instituições juntou-se a cadeia.

Lenildo logicamente preferiria que os presos virassem membros fanáticos da TFP, organização não clandestina (muito pelo contrário) de sua simpatia. Talvez preferisse que nem isso virassem, mas que estivessem hoje na condição de «presuntos» do esquadrão da morte, afinal gente que teve que roubar para viver não tem o padrão de comportamento (e de riqueza) que a TFP quer.

Mas o preso em questão — que Lenildo chama de «nosso herói» — virou preso político. Isso mesmo: preso político! E Lenildo pode continuar horrorizando-se, pois a sociedade brasileira nunca mais vai voltar a monarquia, com nobres e vassalos, como ele quer. E, pior, sr. Lenildo, é que o senhor poderá acabar sob suspeita de seus próprios amigos por andar lendo o «Em Tempo». Cuidado!!! Por um desvairo desses o senhor poderá acabar virando também um «preso político». (RVN)

Cláudio

O ladrão do guarda-chuva

Os bancários do Nacional em Belo Horizonte se reuniram em seu sindicato na semana passada para discutir uma forma de pressionar o «banco do guarda-chuva que, rompendo o acordo feito entre o Sindicato dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos, não pagou a seus funcionários o adiantamento de 20 por cento no mês de abril.

Será encaminhado ao banco mau-pagador do senador arenista Magalhães Pinto um abaixo-assinado no qual reivindicam que o Nacional cumpra o acordo e pague os 20%. No documento, os bancários do Nacional lembram que enquanto este estabelecimento «obteve em 1978 os gordos lucros de 376 milhões de cruzeiros, os bancários continuam cada vez mais com seus vencimentos achatados pelo alto custo de vida.» O abaixo-assinado será endereçado ao filho de Magalhães Pinto, Eduardo Magalhães Pinto, presidente do Nacional. (S.B.).

Perito vai pressionar, mas corre da imprensa.

«Não me fotografe, senão eu lhe dou um murro e quebro essa merda».

O perito criminal Dorivaldo Gallerani, da Seção Técnica de Contabilidade do Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, chegou pontualmente à redação de «VERSUS», às 15 horas da última terça-feira, dia 8. Diante da comitiva de recepção, contudo, revelou-se um profissional despreparado para cumprir sua função política e até pouco conhecedor do papel que exercia. Na comitiva, além dos integrantes da equipe de «VERSUS», estavam os deputados Fernano Morais e Sergio dos Santos; o presidente da ABI-Seção São Paulo, Alipio Viana; um representante da UEE-São Paulo e da Comissão Pró-UNE e um membro da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Wilson Mordehaui.

O momento era o da abertura da segunda auditoria contábil contra «VERSUS», dessa vez pedida pelo DEOPS e concedida pelo juiz da II Auditoria Militar da 2ª CJM, Nelson Guimarães. A primeira, já encerrada, acarretou uma multa no valor de 240 mil cruzeiros contra a empresa que edita a publicação, atingindo inclusive os seus antigos diretores. Evidentemente, já se entrou com recurso.

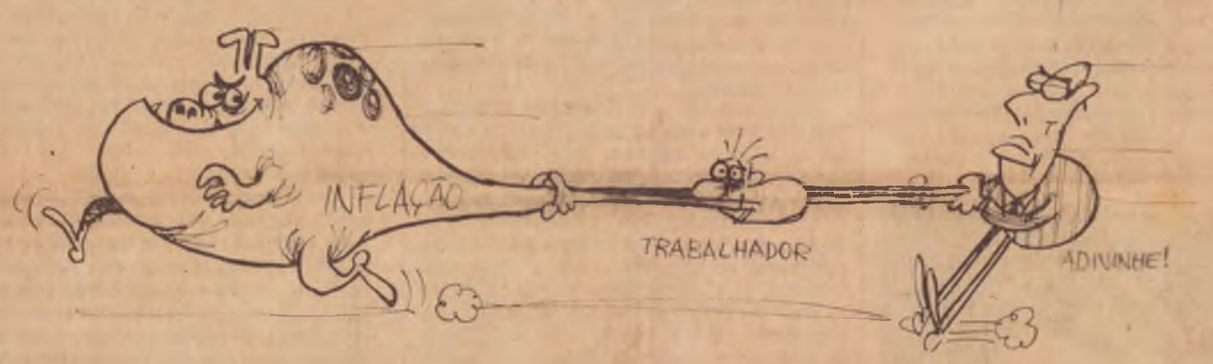
Surpreso, o perito Dorivaldo procurou se definir como «um técnico», que não está entendendo nada. Reconheceu, entretanto, «que há alguma coisa por trás» das auditorias contra «VERSUS». Quando começou a ser fotografado, perdeu esportiva e partiu prá ameaça de agressão. Contornado o incidente, na presença da imprensa, inclusive do repórter Getúlio Bitencourt, da «Folha de São Paulo», o perito aceitou conversar, educadamente sentado à mesa. Foi quando chegou novo fotógrafo e vup: flash na cara do homem. Seu Dorivaldo não vacilou: pegou suas coisas e saiu correndo, certamente em busca dos seus superiores, perseguido por repórteres e fotógrafos.

Pode ser que o perito criminal não saiba o que está por trás das pressões. Mas nós sabemos. É o plano ex-secreto do CIE — Centro de Informação do Exército—, que continua sendo aplicado, com o objetivo de calar a imprensa alternativa de oposição. Não é por menos que Fernando Morais denunciou: a data do documento do CIE antecede, em poucos dias, o início das pressões «contábeis» contra «VERSUS». **(C.T.)**.

Prefeito acuado, revoga punição

Os todo-poderosos deste País já começam a sentir os efeitos da mobilização popular contra seus atos destemperados: em Belo Horizonte, o prefeito Maurício Campos teve de voltar atrás nas punições aplicadas por seu antecessor às assistentes sociais da Prefeitura que haviam se solidarizado com os flagelos das últimas enchentes na cidade. Duas delas tinham sido demitidas de seus cargos de chefia e suspensas por 90 dias. Outras 17 sofreram repreensão, anotada em suas folhas funcionais (o que significa que deixariam de receber promoções se houvesse outro candidato sem «mancha» com seu histórico na Prefeitura).

Sentindo a barra pesar, o prefeito revogou os atos de punição às assistentes sociais, eliminando seus efeitos. O «processo» instaurado contra as assistentes sociais continha toda série de irregularidades. desde a aplicação de dois tipos de pena para uma mesma «falta», até a inexistência de qualquer acusação formal: embora submetidas a verdadeiro interrogatório policial pelo então corregedor da Prefeitura, dr. Paulo Moreira Machado Alvim (que as acusava aos berros de serem «comunistas») em nenhum momento foi esclarecido às assistentes sociais o motivo porque estavam sendo punidas. **(Sucursal de Belo Horizonte)**.



Puf, Puf: Também quero um emprego, Maluf...

Governador se esconde dos demitidos

A luta dos demitidos pelo governador Antônio Carlos Magalhães e o prefeito Mário Kertséz, desempregando já, à esta altura, 25.000 servidores públicos na Bahia continua tendo os seus desdobramentos e a guerra aberta foi declarada por ambas as partes.

Os demitidos, após sucessivas assembléias e utilização das mais diversas formas de mobilização da opinião pública: parlamento, atos públicos, manifestações do 1º de maio, etc, passaram a tentar também encontrar-se com o Sr. governador para obter dele uma resposta com relação às exigências o MBD (Movimento Baiano dos Demitidos) que são basicamente, a anulação dos decretos, o pagamento dos dias de afastamento e garantias de melhores condições de trabalho. O governador vem desde então usando uma tática bastante conhecida de marcar audiências, desmarcas audiências, marcar audiências, de última hora com um número restrito de pessoas sem que haja tempo de convocar uma assembléia para respaldar a comissão ou por fim mandando o prefeito conversar no lugar dele (o que foi recusado pelos demitidos).

A tática de esvaziamento da luta e a política do silêncio de Antonio Carlos Magalhães não conseguem entretanto esconder dois fatos evidentes: as demissões não passaram de um gesto arbitrário de quem queria antes de tudo dar uma demonstração de força, sem levar em conta os que trabalhavam, os que dependiam dos que trabalhavam e os que se utilizavam dos serviços públicos é, por outro lado, as vitórias parciais que vêm obtendo os demitidos quando o Governo se vê obrigado a recontratar parte ou totalidade do pessoal demitido (como na Secretaria de Saúde) comprovando não só a arbitrariedade do ato como a sua impotência em preservar as instituições do Estado como área de influência pessoal, diante da persistência do MDB. **(Sucursal de Salvador)**.

Os pecados da carne

Delfim Neto, como ministro da Agricultura, estava comprometido com o famoso «acordo de cavalheiros» firmado entre o Governo e os frigoríficos. Segundo o tal acordo, por dois meses nenhum preço aumentaria para os consumidores. Mas, como os proprietários dos frigoríficos só são cavalheiros na hora de cobrar cavalheirismos alheios, vão aumentar já no dia 15 o preço da carne, em 20%. Em julho calcarão mais 10% no lombo do consumidor. E Delfim — este sim muito cavalheiro com os capitalistas — certamente não chiará. Este «pecado» da carne passará impune pelo Delfim, que não só é ministro da carne, mas também da mandioca, da banana e, enfim, de todos os produtos agrícolas. **(RVN)**

Médicos não querem mais esmolas

Quarenta e dois médicos residentes do Hospital Santa Mônica, em Belo Hirizonte, em greve há 15 dias por melhores condições de trabalho, foram demitidos pela diretoria daquele hospital. No último dia 3, no entanto, a diretoria prometeu reconsiderar as demissões, diante dos protestos que elas motivaram.

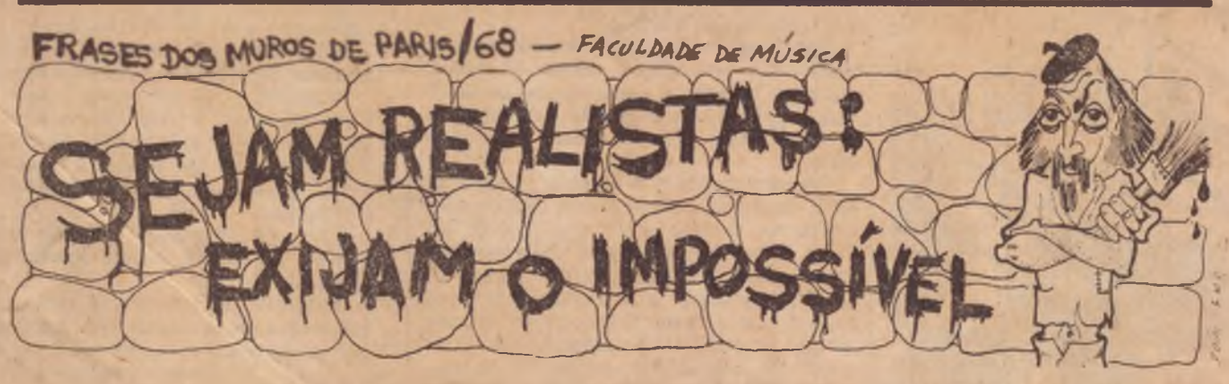
O problema da pós-graduação em medicina não está ocorrendo só em Minas. Em todo o Brasil, crescem a cada dia as manifestações de descontentamento dos residentes. Em Londrina, os médicos do Hospital Universitário estão em greve há mais de um mês. No Rio, cerca de mil médicos residentes de 20 hospitais encerraram na semana passada uma greve de 15 dias, com a qual conquistaram um aumento de 143% e a regulamentação da residência médica. Em Porto Alegre, 940 estudantes de medicina entraram em greve, exigindo a modificação da atual política administrativa do Hospital das Clínicas, cuja orientação aponta para a privatização crescente daquele Hospital-Escola.

Diante desta situação é que os residentes de todo o Brasil estão organizando uma campanha nacional e enviaram um documento, com 2 mil assinaturas, ao Secretário de Ensino Superior do MEC, reivindicando para os médicos residentes todos os direitos assegurados pela CLT — **(Carlindo Rodrigues)**.

Quem pega a censura?

No final da semana passada, o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) realizou uma série de reuniões com os diversos canais de televisão para «recomendar» um maior controle sobre o noticiário das greves e também para não se dar tanto destaque aos movimentos dos trabalhadores; não anunciar atos públicos e evitar as entrevistas com líderes grevistas.

Essa política adotada pelo Dentel pelo menos suscita uma pergunta: agora que existe um empurra-empurra entre o Ministério da Educação e o da Justiça para ver quem se livra do triste encargo de fazer a censura aos veículos de comunicação, cinema, teatro e livros, o Dentel será o novo organismo a censurar a televisão e talvez o rádio? (MA)



Mais uma aula no curso da extensão grevista

Parece que a «doença» pega. De Norte a Sul do País os trabalhadores brasileiros teimam em não querer morrer de fome. Desta vez foram os professores da rede oficial de ensino do 1º e 2º graus do Estado da Paraíba que entraram em greve. Desde zero hora do último dia 8, as escolas da Paraíba estão paradas. Dez mil e quinhentos professores, além de um reajuste salarial de 100%, reivindicam que os diretores das escolas passem a ser eleitos e diretamente pelos professores e representantes dos alunos.

Em manifestação de solidariedade, três mil estudantes sairam em passeata pelas ruas de João Pessoa. Em Campina Grande os estudantes não deixaram por menos: duas passeatas contando com aproximadamente dois mil participantes desfilaram pelas ruas da cidade em apoio à greve.

Uma coisa que ninguém pode dizer é que os biônicos têm imaginação. As desculpas são sempre as mesmas. O governador Buriti vem a público e diz que as reivindicações não poderão ser atendidas, porque a Paraíba está deficitária, o erário não suporta. Sempre a mesma cantilena. O erário não suporta, mas, para escândalo do povo paraibano, o governo recentemente dotou sua estrutura de três novas secretarias com salários de até cem mil cruzeiros. Isto sim, o erário suporta, quem não está suportando mais são os trabalhadores da Paraíba.

No dia 7 de maio, diante da iminência da greve, o governador procurou o Comando Geral da Greve, propondo 40% em outubro e 40% em março de 1980. A jogada é evidente. Os primeiro aumento coincidiria com o dissídio coletivo dos professores. O segundo 40% com o dissídio coletivo dos funcionários públicos. Noves fora, zero. Os professores não engoliram esta. Estão decididamente resolvidos a manter a greve até que suas reivindicações sejam atendidas. **(Escritório de Campina Grande)**.

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A.

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG. CEP 30.000. Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP) CEP 05415, fone: 853-6680.

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00

Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

DEBATE
O projeto trabalhista do governo em questão

O blefe da nova CLT

O projeto de reforma da CLT apresentado pelo regime, dentro do tão falado plano de abertura do general Figueiredo, acabou caindo no ridículo pela sua timidez. Em alguns capítulos o anteprojeto já nasceu caduco e no plano mais geral não toca uma vírgula sequer no espírito corporativista das leis trabalhistas.

Por Eder Sader

Todo mundo sabia que o projeto de reforma da CLT pretendia esvaziar a movimentação operária que já questiona frontalmente os princípios ditatoriais que regem a política trabalhista do regime. E quase todo mundo esperava que o Governo tentaria algum lance de efeito para impressionar os incautos. Na verdade, sua timidez raia às beiras do ridículo. Mesmo do ponto de vista das classes dominantes, a iniciativa não é das mais felizes. De um lado abre a discussão sobre questões decisivas: o mecanismo da política salarial, o direito de greve, a autonomia sindical, a estabilidade no emprego. De outro lado, entra nessa discussão com um jogo que é menos que um blefe.

DIREITO DE INTERVENÇÃO

Os sindicatos continuam submetidos à tutela do Estado e passíveis de punições e intervenção, organizados segundo enquadramento do Ministério. Só que, com esse projeto, a intervenção não ficaria exclusivamente nas mãos do executivo, dependeria de decisão da justiça federal. É significativo que o governo passe atributo ao poder judiciário no instante mesmo em que a reforma da magistratura avança os poderes do executivo sobre ela. Mas, além disso, o que interessa aos trabalhadores não é tanto saber se serão tutelados pelo Ministério do Trabalho ou pela Justiça do Trabalho. O que interessa é ter o direito de organizarem livremente seus sindicatos.

AS GREVES E A LEI

Nesse capítulo o anteprojeto já nasceu caduco. Ficam proibidos de utilizar a greve todos os servidores públicos, os trabalhadores de hospitais, maternidades (mas os lucros desmedidos nesses serviços não ficam proibidos), vendas de gêneros de primeira necessidade, farmácias, indústrias básicas ou «essenciais à defesa nacional». Basta ver o panorama das greves dos últimos meses para dar-se conta que a própria realidade já derrubou essas restrições absurdas.

Arnaldo Sussekind justificou a mesquinhez da reforma dizendo que a comissão encarregada de apresentar o anteprojeto não poderia avançar além da Constituição. Isso pode ser justificação dele (que no entanto em 1965 não teve escrúpulos em assinar as leis mais retrógradas que arrancavam direitos adquiridos dos operários) perante seus superiores, mas para os trabalhadores só mostra o atraso dessa Constituição outorgada pelos militares.

UMA CÍNICA CONFISSÃO

A estabilidade no emprego não é ainda assegurada. Mas justamente pela boca do próprio Sussekind o regime confessa que o tal Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **não garantia nada**. O operário podia ser despedido sem justa causa e quando «vai ao banco para levantar seu depósito, acaba sabendo que não tem o que levantar ou que tem um saldo insuficiente. E aí esgotam-se seus direitos». (J. Tarde, 3.5.79). Pois hoje, diante do nível da consciência dos trabalhadores, o governo anuncia medidas para punir empresários que não pagam o que é devido e mesmo para limitar a rotatividade da mão-de-obra.

DISSÍDIO E SALÁRIOS

O projeto pareceu avançar no campo dos dissídios coletivos. O reajuste salarial, para repor a perda do poder aquisitivo devido à inflação, se daria periodicamente e de modo quase automático. Caberia saber que índices seriam manipulados pelo governo. De outro lado haveria uma livre negociação no momento dos dissídios para o estabelecimento de aumentos correspondentes à produtividade de cada setor.

Este é um aspecto dos mais delicados e ao que parece o governo hesita ainda quanto à melhor política para seus interesses. Ele poderia jogar numa estratégia de divisão da classe operária a partir da livre negociação, imaginando que os setores mais atrasados não se lançarão à greve depois dos reajustes periódicos. Mas teme por outra parte a dinâmica da luta sindical e a solidariedade de conjunto que aí se forma.

O CONTROLE DA LEI

Em resumo, vemos que o governo expressa a disposição de efetuar concessões mínimas, dentro do próprio espírito da tal «abertura lenta e gradual». Mas as discussões abertas são importantes.

Apoiado em suas lutas, que na verdade obrigaram o governo a negociar, o movimento operário pode explorar ao máximo as possibilidades de alterações legais e, logo, de luta pela aplicação justa das leis. Mas justamente toda a experiência nos mostra que o decisivo é saber como se controla a plicação das leis. Para isso, alguns direitos são decisivos. A organização de comissões nas empresas, com estabilidade assegurada para defenderem os interesses dos trabalhadores, eleitas pela totalidade destes e revogada a qualquer momento pelos seus representados é um deles. Ele começou a ser conquistado no bojo das greves e negado, em seguida, pela maioria dos patrões. Cabe lutar para impor seu reconhecimento.

Sindicato livre só com Constituinte

No início do ano o MDB formou uma Comissão de Estudos para elaborar um projeto de reformulação da legislação sindical. No final do mês passado a Executiva Nacional do MDB resolveu transformar esta Comissão em uma Comissão do partido a ela incorporando 4 senadores (Roberto Saturnino, Marcos Freire, Gilvan Rocha e Franco Montoro) e ainda Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Caruso da Rocha. Em entrevista a EM TEMPO, Edgard Amorim, deputado federal pelo MDB mineiro e coordenador desta Comissão discute a reformulação da CLT.

Da sucursal de Belo Horizonte

EM TEMPO — O projeto de atualização da CLT, apresentado pelo ex-ministro do trabalho Arnaldo Sussekind, prevê a possibilidade de intervenção nos sindicatos, agora através da justiça federal, e mantém o imposto sindical. Como o sr. analisa estas questões?

Edgard Amorim — A intervenção nos sindicatos, mesmo através da justiça federal ou do Trabalho, como a fiscalização, por parte do Estado, sobre a aplicação de suas verbas, são absolutamente incompatíveis com a liberdade e a autonomia sindicais, como se acham hoje definidas no direito internacional e resulta dos artigos 3 e 4 da convenção número 87 da OIT de 1948. A intervenção do Estado, através do Poder Judiciário, na vida dos sindicatos só é admissível nos estritos termos em que ela é admitida nas associações civis em geral. Nunca como meio de cercear-lhes ou limitar-lhes a liberdade de atuação diante do Estado, da própria classe e dos patrões. Com relação à contribuição sindical obrigatória, ela é apontada por todos como uma das causas que impede o florescimento no País de um sindicalismo livre e autônomo. Todavia, a sua extinção total de uma só vez, como também é reconhecido pelas lideranças operárias mais autênticas, inclusive no congresso dos trabalhadores, pode representar um rude golpe no movimento sindical. Daí porque se propõe uma fórmula que elimine gradualmente, até sua completa extinção.

EM TEMPO — Como o sr. vê o retorno do poder normativo à justiça do trabalho, com restrições, em relação aos aumentos salariais? Seria uma estratégia de desmobilizar e controlar o movimento operário através de um caminho mais legalistá?

Edgar Amorim — A criação da Justiça do Trabalho, com o seu papel de dirimir os conflitos ou dissídios coletivos entre operários e patrões, representou uma solução de compromisso, no projeto liberal que desaguou na carta de 46. Se no Estado Novo, a mediação entre os dissídios era feita pelo Ministério do Trabalho, este papel se transferiu para a Justiça do Trabalho, cuja competência normativa servia ao mesmo objetivo da política estadonovista e corporativa da «paz social» e de «conciliação de classes». A supressão do poder normativo da justiça do trabalho só se deu com o rompimento daquele compromisso com os chamados «comunitaristas», tendo em vista a necessidade da implantação da política do arrocho salarial, ocorrida com o golpe de 64. A volta desse poder normativo, em relação aos aumentos salariais, não representa, assim, uma solução democrática, mas simplesmente uma volta a um sistema corporativo, camuflado de roupagem liberal. E é claro que este retorno anunciado é apenas um dos aspectos do projeto do sistema, que continua sendo de controle do movimento operário e sindical, visando reprimir o ímpeto transformador e o crescimento dos sindicatos operários como força política independente. O que o movimento sindical e operário hoje reivindica é o contrato coletivo de trabalho, através de negociações.

Numa estrutura sindical democrática, à Justiça do Trabalho caberá apenas exercer o papel secundário de intérprete das cláusulas do contrato coletivo e de julgamento dos dissídios individuais.

EM TEMPO — Que pontos fundamentais a comissão pretende atacar?

Edgard Amorim — Os pontos fundamentais a serem atacados serão os que resultarem de amplos debates que pretendemos realizar com lideranças sindicais, urbanas e rurais e com organismos de base dos trabalhadores da cidade e do campo. Questões como contrato coletivo, estabilidade, direito de greve, autonomia sindical, estabilidade para delegado sindical e comissões de fábrica, etc.

EM TEMPO — Que encaminhamentos vêm sendo feitos no sentido do projeto alternativo elaborado refletir as reivindicações da base? Qual a possibilidade do projeto elaborado pela comissão obter consenso dentro do próprio MDB?

Edgard Amorim — A comissão formada no início do ano já vinha mantendo contatos com organismos de base de trabalhadores em São Paulo, Minas, Paraná, Bahia e Pernambuco. Espero que, agora, com a comissão ampliada, se dê continuidade a esse encaminhamento político, pois eu estou firmemente convencido de que somente com a crescente tomada de consciência e conseqüente mobilização da classe trabalhadora se poderá avançar no rumo do sindicato livre. Se o trabalho da comissão resultar de uma ampla participação e mobilização da classe operária, acredito ser mais fácil obter, senão o consenso, pelo menos o apoio da maioria do MDB.

EM TEMPO — Como o sr. vê a relação da luta contra a CLT e a luta pela democracia?

Edgard Amorim — Mesmo na vigência do regime liberal que vigorou de 46 a 64, o projeto liberal de acumulação de capital foi incapaz de absorver a liberdade e a autonomia sindicais. Como imaginar, então que pudesse admiti-las um regime, como o atual, que abandonou todos os compromissos liberais? A luta pela democracia está intimamente ligada a luta pelo sindicato livre. E é neste sentido, que a luta pelo sindicato livre incorpora-se à luta por uma assembléia constituinte, livre, soberana e democrática. Por quê, pergunto, a maioria do povo, constituída pelos trabalhadores urbanos e rurais e pelos assalariados em geral, haverá de conformar-se a uma política elaborada pelos que os exploram?

A reforma trabalhista em xeque

As repercussões da nova CLT entre as lideranças sindicais, autênticos, oposições sindicais, especialistas em assuntos trabalhistas e até mesmo pelegos notórios já foram suficientes para mostrar aos comandantes do planalto a timidez e o ridículo das suas reformas trabalhistas. Eis algumas opiniões colhidas por EM TEMPO.

O Governo soltou um balão de ensaio

Hélio Bombardi, membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

As alterações propostas na CLT não modificam nada, no substancial, a atual legislação trabalhista. Na verdade é mais um balão de ensaio do governo no sentido de medir a capacidade de resistência do próprio governo. Ele solta um projeto para sentir a reação entre as principais lideranças sindicais e acaba não tocando nas questões mais importantes, como o imposto sindical, a autonomia dos sindicatos em relação ao Estado e aos patrões, a estabilidade do emprego, a lei de greve, etc.

A estrutura sindical continua intocável, principalmente porque ela é um dos pilares básicos de sustenção da política do governo. Por outro lado o que temos hoje é que, pela primeira vez, a classe começa a questionar a estrutura sindical. É o momento que as lutas levam a uma pressão em cima dessas leis, que ocorre basicamente em dois níveis. Primeiro é que a nível da Estrutura Oficial as direções sindicais «autênticas» começam a ultrapassar os limites dessa estrutura e organizam reuniões intersindicais, como foi o caso, por exemplo da última reunião de líderes sindicais em Belo Horizonte.

Em segundo lugar, e o que é fundamental, é o trabalho que está sendo feito, dentro das fábricas, de discussão e articulação de formas de organização que não estão submetidas à estrutura vigente. É o caso das comissões de fábricas, das reuniões entre os operários de várias fábricas dos mais variados ramos de produção.

Por fim, a estrutura sindical que queremos não pode sair hoje mas há condições de um debate a nível das oposições, dentro das fábricas, com a participação das bases, para caminharmos para esta estrutura. A própria situação política favorece isso, pois a intervenção nos sindicatos do ABC e a deposição das diretorias eleitas mostrou claramente, isto para as bases, que o governo e os patrões mandam no sindicato.

Desse modo, quando o governo anuncia que aceita as greves que ocorram dentro das leis fica cada vez mais claro que quem faz as leis são os próprios patrões e o governo marginalizando o operário, tanto na feitura destas leis quanto na sua aplicação. Não há um mínimo de democracia que permita a participação dos operários nestas questões, tudo não passa de um círculo fechado.

O que é preciso é termos claro o que queremos para não sermos enganados pelo governo. Nós não temos um projeto e o que precisamos é de um trabalho de assessoria de advogados trabalhistas para formularmos um ou vários projetos alternativos ao do governo. Para isto poderíamos promover seminários dentro dos sindicatos e das associações para discutirmos nas bases, o que é a atual estrutura sindical e qual a nossa proposta.

Um presente de grego

Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que começou sua carreira de pelego como interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos em 1964

EM TEMPO — Como você avalia o estudo do governo propondo alterações na CLT?

JOAQUIM — Bem, ainda não temos um posicionamento definitivo sobre o estudo, mas já convocamos advogados e dirigentes sindicais para uma avaliação das propostas. Mesmo assim pode-se adiantar algumas observações: se a presença ativa de trabalhadores — e é o caso do estudo em questão, preparado em gabinetes — qualquer alteração da CLT, em princípio, é um presente de grego, um retrocesso. As partes interessadas no caso não foram ouvidas.

ET — Mas o que acha das medidas que a imprensa divulgou como constantes do estudo?

JOAQUIM — Ao que parece trata-se de uma roupagem nova, de uma modernização pura e simples da CLT, e bem ao gosto dos empresários. E modernizações não bastam, o que interessa é tornar a CLT um verdadeiro instrumento de justiça social.

ET. — As intervenções, passando agora para a esfera da Justiça Federal representam uma abertura?

JOAQUIM — Intervenção continua sendo intervenção, venha de onde vier. O que queremos é um sindicalismo livre, delimitado por parâmetros criados pelos próprios trabalhadores. Mudar a figura do interventor não muda nada substancialmente.

ET — O que acha das anunciadas possibilidades de opção pelo imposto sindical?

JOAQUIM — O imposto sindical é o cordão umbilical do atrelamento da estrutura sindical ao Estado. Somos a favor não da opção, mas do paulatino desaparecimento do imposto como ficou firmado no Congresso de Lins. Embora sindicatos menores possam vir a ser sufocados pela extinção, mesmo assim, com a gradação, pode-se encontrar uma solução satisfatória.

ET — Como você vê as anunciadas alterações na estrutura sindical simultaneamente à repressão aos movimentos grevistas?

JOAQUIM — Aí é que está, a questão é toda ela política. E no caso, o que podemos ver no ABC foi o governo trocar a liberdade sindical pela proteção às multinacionais. Assim, a abertura está sendo uma mera promessa. E diante disto estamos dispostos a agir. Apesar da suspensão da intervenção no ABC não ser fácil, estamos por ela, e preparando inclusive greves de solidariedade, pelo menos a nível daquelas categorias mais mobilizadas e conscientes.

O que importa é o poder de mando

Benedito Marcílio, deputado federal pelo MDB-SP e presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

O que aí está é simplesmente um anteprojeto do Ministério do Trabalho. No Congresso existem 6 comissões preparando uma nova CLT. E os Sindicatos vão apresentar suas emendas.

Nossa preocupação é que prevaleça a vontade soberana dos trabalhadores, porque o grande mal é que tudo vem de cima pra baixo e em geral as emendas não são respeitadas. Prevalece a vontade dos encastelados, desse sistema de arbítrio.

E mais importante que a lei mesmo é o poder de mando. O governo diz que vai aplicar a lei. Eu pago pra ver. Porque os patrões estão aí burlando as leis todos os dias. Quando o Zé entra na fábrica e o chefe não gosta da sua cara e manda embora, qual é a lei que vai proteger esse operário? Por isso eu digo: pode ter quantas leis forem, o importante é o poder de mando.

Quanto a esse anteprojeto ele não assegura o direito de greve, nem a contratação coletiva de trabalho e nem a independência e autonomia sindical. E isso que para nós é fundamental.

«O que queremos são partidos livres e estrutura sindical livre»

Adalberto Naschenwengen, membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

EM TEMPO — Como foi recebido o estudo governamental propondo alterações na CLT?

BETO — As alterações propostas não tocam em pontos fundamentais do problema, inclusive, em alguns casos até impõem mais controle. O que ocorre é que estrutura sindical não se conserta com remendos. Não que sejam os radicais, pode até mesmo haver melhorias parciais, secundárias. Mas o que é fundamental, a estrutura sindical atrelada e a política salarial de arrocho, isto não é alterado.

E.T. — O que vocês proporiam como alternativa?

BETO — O que os trabalhadores querem mesmo é acabar com esta estrutura sindical fascista, e poderem eles mesmos construir, a partir de suas bases, uma estrutura que atenda aos seus reais interesses. O fundamental é não ter nenhuma dependência frente ao Estado e ao Ministério do Trabalho. No caso, inclusive, a mudança da intervenção do Ministério para a Justiça Federal não é significativa, pois o executivo controla igualmente a nomeação dos juizes que sintonizam com suas orientações.

E.T. — O que vocês estão fazendo de concreto em termos de uma proposta alternativa?

BETO — O parlamento pode ter algum papel na gestação de uma estrutura sindical alternativa. Não é o caso de negar sua importância Mas se quisermos de fato construir algo independente, é necessário que as discussões nasçam das bases dos trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho, através de comissões de fábrica. Assim, estamos pela discussão nas bases bem como nos sindicatos combativos. Mas não nos iludamos. Uma alteração significativa na CLT somente virá com uma mudança mais geral na conjuntura política do país. Assim, uma mudança substantiva não é algo para o imediato.

E.T. — E como você vê este lado do problema, a depender do avanço geral da conjuntura política do país?

BETO — O fundamental agora é partirmos para a questão partidária, a fim de levar o nível de consciência dos trabalhadores a colocar a questão do poder, da política em si. E não devemos repetir erros do passado como em 1946, quando a esquerda trocou a legalização de seu partido pela intocabilidade da estrutura sindical. O resultado logo se viu. A esquerda perdeu a legalidade e o que restou foi a estrutura atrelada. O que queremos são partidos livres e estrutura sindical livre. E como disse, tais partidos, populares e democráticos, poderão em muito contribuir para a politização da luta sindical hoje.

Pequenas reformas não convencem

Evaristo Moraes Filho, especialista em legislação do trabalho

Não mudou nada, a estrutura continua a mesma coisa. O FGTS continua, a liberdade sindical não existe, o imposto sindical não foi alterado, a necessidade do registro permanece. Inclusive, é bom lembrarmos que o decreto que criou esta comissão, em agosto de 1974, tinha por objetivo incorporar à CLT todas as alterações que ocorreram no decorrer destes anos todos através de decretos. Portanto, tratava-se de uma comissão que iria pegar todos os decretos incorporados à CLT e baseados neles propor uma nova Consolidação das Leis Trabalhistas que contivesse algumas conquistas como: lei do repouso semanal, estabilidade para gestante, salário igual para trabalho igual.

Enfim, todas as alterações que já existiam foram mantidas e mais algumas pequenas propostas foram acrescentadas. Entretanto, tudo isto não satisfaz de forma alguma, pois a filosofia que norteou a criação da atual CLT continua a mesma.

O dilema de Figueiredo

Entre o medo de acabar como mais um Xá do Irã e o sonho de triunfar como um Suarez da Espanha

Com menos de dois meses de governo os planos distensionistas de Figueiredo começam a perder fôlego. E, como os outros quatro presidentes militares, as promessas iniciais de democracia vão cedendo lugar às ameaças de fechamento. Nas últimas semanas a situação vem tendendo a configurar um impasse, exigindo do governo uma definição que ele reluta em assumir: ditadura sem peias ou «transição à democracia?»

Por Flávio Andrade

Ou o governo derruba a inflação ou a inflação derruba o governo», dizia na semana passada o ex-Ministro da Fazenda de Castello Branco. E na sua ótica peculiar de tecnocrata, Bulhões, no contexto da semana mais agitada desde a posse de Figueiredo, punha o dedo na ferida. O desenrolar da conjuntura caminha para um impasse, tudo indicando que o projeto de «distensão lenta, gradual e segura» não será capaz de viabilizar os próximos 6 anos do governo.

Assim, parece se repetir pela quinta vez a mesma história. Os governos militares desde 1964 assumem o poder com promessas e juras de democracia que em dois tempos começam a se esvair. Contudo, a novidade agora não está apenas no ritmo mais rápido dos acontecimentos. Antes mesmo de completar dois meses de governo, Figueiredo já acumula um leque de problemas que nenhum predecessor conheceu. Quase 200 eclosões de movimentos grevistas, culminando na semana passada com a fulminante paralisação dos transportes de São Paulo, o impasse que ainda perdura no ABC, já no final da contagem regressiva dos dias de trégua, a incapacidade do governador Maluf em chegar a um acordo com o funcionalismo estadual, a aceleração da articulação da UNE, a relutância dos índices inflacionários em baixar e, finalmente, a punição do general Hugo Abreu, que há um ano atrás previra a queda do novo Governo para este semestre.

A novidade agora não está somente aí. Se Geisel, ao retroceder em agosto de 1975 dos seus planos iniciais da distensão, não conseguiu fechar para valer e teve que combinar repressão e abertura até o final com as reformas, hoje a situação para Figueiredo é bem pior.

E ele parece ainda não ter se definido: se fecha, e como num salto no escuro, corre o risco de dar razão a Hugo Abreu ou quem sabe até mesmo àqueles que temem o Brasil tornar-se um novo Irã; ou se ousa, e avança nos seus sonhos de ser o Suarez brasileiro caminhando em direção a uma «transição democrática» a la espanholas.

A desautorização ao líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, que avançou o sinal dando o alerta para a linha dura e advertindo a oposição no final da semana, não foi outra coisa senão a prova desta indecisão. E um mero porta-voz do governo não teria da cabeça própria tomado uma iniciativa desta, desautorizando o líder se não tivesse determinação superior e direta para tanto.

UM SALTO NO ESCURO

O grupo palaciano sabe bem do perigo que um salto no escuro pode lhe significar. O quadro geral é hoje bastante diverso daquele que em momentos passados permitiu retrocessos sob controle. A economia em crise e sem perspectivas de recuperação e a oposição ganhando terreno respaldada não só na opinião pública como, principalmente, nos movimentos de massa, são elementos que não se deram simultaneamente em outras situações do passado recente. Além do que a unidade que se conseguiu, mesmo que precária, mas a muito custo no interior do bloco burguês e do estamento militar foi em direção a um projeto de «transição democrática» e não o reverso. Reverter a dinâmica nas suas bases de apoio e reprimir aquela que as oposições populares vêm conquistando, apresenta-se assim como uma tarefa enormemente difícil para que a opção seja clara ao grupo palaciano. O salto no escuro pode ser fatal, mesmo que não haja aqui entre nós algum ayatolá para derrubar o Xá.

E é justamente aí, na ausência de um ayatolá, não para derrubar, é claro, mas para cooperar com o Xá, que está o ponto fraco da «transição democrática» que o regime vem ensaiando. A maior novidade da conjuntura que se abriu no ano passado e que vem se desenvolvendo crescentemente é, sem dúvida, o inusitado grau de autonomia que o movimento de massas apresenta ao reentrar em cena depois de tantos anos. Não é no MDB, ou nas «instituições responsáveis» da oposição que está a dificuldade do regime em caminhar para um Estado de Direito forte. Nem especialmente no movimento estudantil, no clero, nos artistas, intelectuais etc. Pelo contrário, todos estes somente ganharam a força que hoje no seu conjunto demonstram, porque se acham calçados na insuspeita autonomia que os movimentos reivindicatórios dos assalariados têm apresentado. Autonomia tanto diante do estado como diante de direções «compreensivas da gravidade do momento» e que pudessem servir de interlocutores para regime ao longo da «transição» atribulada.

IRÃ OU ESPANHA?

Neste sentido, os movimentos de massa que agora surgem, muito mais se assemelham às explosões do pré-30 do que aos ascensos controlados pelo reformismo - tanto de esquerda como populista - dos anos pós-Estado Novo ou pré-golpe de 64. Nestes dois momentos a existência de controle do movimento de massas foi vital. Em 1945, para possibilitar a Dutra a volta à «democracia», sem questionamento da estrutura sindical e com os trabalhadores «apertando o cinto» como lhes recomendavam as direções. E, em 64, o reverso da medalha: para possibilitar a reação a tomada do poder tão facilmente como ela se configurou.

Hoje, estes elementos de controle não mais existem. Se o movimento de massas não se apresenta com uma direção revolucionária — e não poderia ser de outro modo — no entanto ele tampouco se submete facilmente às direções «compreensivas» às dificuldades de uma «transição democrática».

Nesta situação, avançar na distensão é o mesmo que destampar uma panela sob intensa pressão.

E assim caracteriza-se o impasse. De um lado, fechar e um salto no escuro; de outro, avançar na «transição», mas como?

Pois, avançar significa ter que conceder alguma coisa. E o sistema tem se mostrado excessivamente rígido para assimilar neste contexto de crise econômica as reivindicações materiais, que vêm vindo à tona. Geisel, sabiamente já advertia há 4 anos atrás: para ir adiante na distensão política, há que passar antes pela distensão social. Advertia tão-somente, pois não fez nada neste sentido, transferindo ao seu sucessor todo um represamento de tensões que agora eclode.

As intigras internas na área econômico-social do governo não são senão expressão desta rigidez do sistema. Simonsen e Medeiros — do SNI — querendo a todo o custo não dar nada e baixar o cacete. Rischbieter e Golbery, de outro lado, achando que com tato é possível descobrir alguma brecha por onde avançar, tanto na recuperação econômica como na «transição». Fora do páreo, e apostando quem sabe em alguma chance futura, Delfim espalha promessas a todos sem se preocupar concretamente em como cumpri-las.

Nelson Pereado

Figueiredo, no meio, atendendo casuisticamente às pressões de cada lado, não tem o que dizer no seu discurso do 1º de Maio, a não ser cínicos apelos a que o povo acabe com « o consumo ostentatório e o gasto supérfluo». Este o sintoma mais evidente da rigidez do sistema econômico diante das reivindicações dos assalariados, para não entrarmos aqui numa discussão teórica sobre o estilo de acumulação capitalista brasileiro. O tipo de distribuição de renda do «milagre» com os fabulosos lucros dos monopólios, em especial do sistema financeiro, com as mordomias do aparato estatal pagando a rodo de salários na faixa das centenas de milhares de cruzeiros, com o consumismo desenfreado da nova classe média, não conseguiu, nesta inauguração do quinto governo militar, oferecer senão 2.200 cruzeiros de salário mínimo. E ainda assim teve que dirigir ao povo apelos de apertar o cinto.

NEM PÃO, NEM CIRCO

Não tendo como dar pão, e não dispondo de oposicionistas «compreensivos» à testa do movimento de massas para fazer o circo no novo estilo que o momento requer, o impasse se instala: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

Se na área econômica a prática até agora tem sido a da enrolação no que toca à definição de novos rumos para o modelo, na área política a situação não é diferente.

Os planos de continuação da reforma política já estão aí: anistia parcial, pluripartidarismo «relativo», através do adiamento das convenções partidárias e do afrouxamento dos critérios para a formação de novos partidos, e prorrogação dos mandatos municipais adiando as eleições do ano que vem para 82. O MDB esbraveja, ameaçando através de seu líder na Câmara, o deputado Freitas Nobre, até mesmo a renúncia de seus mandatos municipais caso a prorrogação seja de fato consumada. Ao mesmo tempo busca se depurar e manter a luta pela anistia irrestrita. Mas o regime tem como levar adiante estas mudanças sem precisar contar com o MDB. E mais que isto, o importante mesmo é que o decisivo não está aí, na oposição liberal que hoje domina o MDB. O decisivo está na ausência de direção «dialogável e responsável» no movimento de massas, onde o peso do MDB praticamente inexiste, a menos que ele se transforme no sonho dos autênticos, tornando-se um verdadeiro partido popular. O que é outra estória...

UMA ALTERNATIVA DE CLASSE

Assim, no plano das reformas políticas nada está a indicar que o regime esteja se armando de instrumentos, que lhe permitam um desempenho satisfatório no tratamento do movimento de massas. Não que este movimento desafie o regime hoje, em termos de disputa pelo poder. Mas ele de um lado lhe obstaculiza os passos na «transição democrática» e de outro cobra um mínimo de coerência dos liberais progressistas do MDB que assim não têm como deixarem de se colocar contra o casuismo das reformas políticas e as investidas repressivas do governo.

Não é incompreensível, portanto, que a tese da constituinte se reacenda neste contexto de impasse, onde o regime responde à política com um casuísmo desenfreado e à economia com a enrolação total. O que resta ver é como o no será desatado. Se pelo seu lado mais improvável e obscuro, o do fechamento que ora está a nos rondar — embora mais como uma ameaça do que como uma alternativa viável para o bloco dominante. Ou se pelo lado da transição democrática» depender fundamentalmente para o seu sucesso do surgimento de uma direção «compreensiva» no movimento de massas.

Mas não há porque desdenhar a possibilidade de uma terceira alternativa para o impasse. Os trabalhadores não estão concretamente às portas do poder; longe disto, pelo contrário. O que surge agora é a possibilidade por muitos inesperada, da formação de um vasto movimento autônomo dos assalariados que, pelo seu caráter classista marcante, pode desenvolver-se como uma frente de trabalhadores na luta contra a ditadura já apontada para o socialismo. E será somente com o surgimento de um tal instrumento que o movimento de massas conseguirá escapar, tanto do reformismo conciliador sempre presente, como do perigo de se esvair por falta de direção consequente. É hora de surgirem as propostas.

A Constituinte volta à cena

Lançada em 1977, a campanha pela Constituinte tende agora a se reativar, depois de um relativo refluxo. Diante do impasse do governo e do casuísmo de suas propostas políticas, a oposição começa a levantar alternativas ao próprio poder militar.

Por Andreas Maia

O 1º de Maio unitário e autônomo, comemorado no estádio da Vila Euclides por 130 mil operários e trabalhadores, no contexto das greves do ABCD e do movimento grevista em geral, demonstrou não só a emergência de um movimento sindical cada vez mais reivindicativo por parte dos trabalhadores, mas sobretudo a necessidade destes ocuparem o espaço político como a principal força oposicionista à ditadura militar. Entre as instituições políticas criadas pelo regime e o movimento de massa dos trabalhadores, intercalou-se a necessidade da conquista de uma democracia política ampla.

Apesar de muitas lideranças sindicais ressaltarem recentemente que o atual movimento de massas «é puramente reivindicatório», o confronto político com os patrões e com o poder do Estado foi **objetivamente** colocado. E a «abertura» do governo Figueiredo começa a ruir sob as pressões da extrema-direita que exigem ordem e repressão, ao mesmo tempo que procura uma integração das oposições moderadas, especialmente o MDB, a funcionarem como «partido da ordem», desmobilizando o movimento de massas.

O endurecimento à vista do regime impõe aos trabalhadores reforçarem a luta no plano político-institucional. A reivindicação de uma Assembléia Constituinte, democrática e soberana, deve ser retomada no bojo das atuais lutas econômicas e democráticas. Aliás, é somente à classe trabalhadora que interessa aprofundar as lutas democráticas e convocar uma Constituinte consequente.

A CONSTITUINTE DO MDB

O MDB sempre tratou a questão da Constituinte de modo formal, como uma palavra de ordem vazia. Obviamente, não interessava a Ulisses Guimarães, Thales Ramalho, Tancredo Neves, Paulo Brossard e outros mexerem em casa de marimbondos e suscitarem reivindicações nas massas que não poderão controlar plenamente. Uma Constituinte democrática é embaraçosa aos projetos de diálogo da oposição democrático-burguesa com o regime na sua fase de «abertura». Quando muito, a cúpula emedebista preconiza uma Assembléia que legitime a dominação burguesa e capitalista sobre os trabalhadores (como a Constituinte de 1946). Mas para isso terão que levar o atual movimento de massas à desmobilização e a aceitar uma integração nos marcos de uma volta ao processo institucional-parlamentar tradicional. A burguesia brasileira tem nas mãos um grande trunfo à esquerda que é o potencial de colaboração de classes do MDB, do PTB em gestação e das «Frentes Populares», que preconizam a aliança de trabalhadores com patrões. No momento atual nem a ditadura nem a burguesia desejam convocar uma Constituinte por mais restrita que possa ser. Mas sob pressão das massas poderão fazê-lo na forma de uma farsa e com isso terão que contar com o dispositivo desmobilizador do reformismo.

A Assembléia Constituinte, democrática e soberana deve ser retomada como uma das principais reivindicações do movimento operário e de massas, permitindo ampliar o espaço político para a ação dos trabalhadores e coroar todas as lutas até então empreendidas por movimentos em favor de reivindicações democráticas imediatas (anistia ampla e irrestrita, democracia e independência dos sindicatos, revogação da CLT e de toda legislação repressiva, revogação da censura, etc.) integrando-as numa resposta global e de conjunto da classe trabalhadora à farsa da ditadura e da burguesia expressa na «abertura» do governo Figueiredo. É verdade que é uma reivindicação ainda circunscrita à democracia tradicional, burguesa e formal. Mas é verdade também que uma assembléia plenamente democrática para os trabalhadores ultrapassa a disposição da burguesia brasileira de fazer concessões crescentes ao movimento de massas.

E A DOS TRABALHADORES?

Assim, a garantia para a realização de uma Constituinte democrática dependerá da ação consciente dos trabalhadores, que são a principal força social a ter interesse no aprofundamento das liberdades democráticas, pois é somente com a completa liberdade de organização e expressão que os trabalhadores fortalecerão suas formas de auto-organização alternativas (como as comissões operárias nas fábricas e empresas) e suas reivindicações anti-capitalistas.

A Assembléia Constituinte pela qual devemos lutar tem que ser resultante da mobilização política dos trabalhadores e da pressão das massas. Isto é, devemos lutar para que os trabalhadores adquiram plena consciência que a Constituição do País e toda legislação política em geral deveam ser elaborados pela própria classe trabalhadora e não por representantes da burguesia e do regime atual.

Apesar de todas as diferenças políticas, o MDB, o PTB, os «Blocos» e «Frentes» populares acabam tendo como ponto comum entre si a defesa de uma «democracia burguesa avançada». A Constituinte é vista como restauradora de uma democracia burguesa, que seja como forma de salvar o capitalismo, do ponto de vista da oposição burguesa (a direção do MDB, Severo Gomes, Euler Bentes, etc), quer seja como «etapa» anterior a qualquer transformação social anti-capitalista, do ponto de vista dos agrupamentos reformistas da esquerda. Em ambos os casos, subordinarão os trabalhadores às alianças políticas com a burguesia e acabarão deixando intocável o regime capitalista de exploração e opressão do trabalhador.

Nelson Pereado

No entanto, contrariamente a estas estratégias que não são suas, os trabalhadores devem combater por uma Constituinte, no contexto de uma Frente-Única de Trabalhadores, e como meio de potencializar suas reivindicações anti-capitalistas.

A Constituinte é apenas um meio de luta para ampliar o espaço político das formas de auto-organização das massas, como meio de alargar a democracia política ampla, fazendo com que os trabalhadores compreendam pela própria experiência direta a inevitabilidade de uma outra democracia, mais direta e radical, a «democracia proletária», capaz de exercer um controle crescente pelos trabalhadores sobre a produção e o poder político.

É impossível definir de antemão o lugar preciso de uma Constituinte nas condições sociais que se anunciam com a decadência da ditadura. Mas se ela for fruto da mobilização democrática das massas, e não uma manobra com vistas à desmobilização, poderá se transformar num prelúdio de um enfrentamento decisivo entre a burguesia escorada nas velhas instituições estatais e um novo governo emergente a partir da constituição dos trabalhadores em força autônoma.

Greve dos ônibus: sinal fechado

Depois de três dias de greve, que quase parou São Paulo, os motoristas e cobradores dos ônibus urbanos voltaram ao trabalho por 45 dias. Durante a paralisação, a repressão foi violenta e contou inclusive com a ajuda de alguns meios de comunicação, que divulgaram informações distorcidas, tentando desmobilizar a categoria.

Cobertura de R. Fracalossi e O. Guimarães

A greve dos motoristas e cobradores de ônibus urbanos de São Paulo começou à meia-noite do dia 1º de maio, terça-feira, e estendeu-se até sexta-feira, quando uma assembléia realizada no salão paroquial da Igreja São João Batista, no Brás, decidiu aceitar a proposta feita pelo prefeito no dia anterior à tarde e que fora recusada pelos grevistas numa assembléia realizada na quinta-feira à noite.

As reivindicações dos motoristas e cobradores eram reajuste de 80% sobre os salários atuais; equiparação dos salários das empresas particulares da CMTC; limite máximo de três horas extras diárias (com 25% de adicional nas duas primeiras horas e 50% na terceira); estabilidade no emprego e não punição aos grevistas.

Dessa forma, os trabalhadores rejeitavam o acordo estabelecendo um aumento de 60% sobre os salários de maio de 1978, ou seja descontados os 20% de antecipação salarial (10% concedidos em novembro e 10% em janeiro), acordo esse firmado entre a CMTC e a junta interventora que está instalada no Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo desde 1975.

O prefeito Olavo Setúbal, após mais de quatro horas de negociações com a Comissão de Salários — eleita em assembléia para representar a categoria —, apresentou na quinta-feira uma proposta que previa o retorno ao trabalho a partir do dia quatro, por 45 dias, período em que haveria novas negociações; aceitação provisória do aumento de 60% sobre o salário de maio de 78, incorporando o aumento de 10% concedidos em novembro do ano passado; criação de comissão paritária formada por representantes do Sindicato dos empregadores e pela Comissão de Salários, representando os empregados; não dispensa dos empregados por motivo da greve; não instalação de inquérito policial; cessão provisória de uma dependência municipal para a delegação dos empregados e do Centro Educacional e Esportivo da Mooca para as reuniões da categoria. Essa foi a proposta que acabou sendo aceita.

«IMPOSSÍVEL UM SALÁRIO DESSES»

Na sexta-feira de manhã, enquanto uma chuva fria caía sobre a cidade e alguns ônibus já começavam a circular, muitos grevistas ainda se encontravam no salão paroquial da Igreja São João Batista, após uma noite inteira de vigília, visivelmente cansados, apesar de muitos deles estarem acostumados a dormir apenas quatro horas por dia, pois chegam a trabalhar 16 horas seguidas.

Embora alguns ônibus estivessem circulando, muitos grevistas ainda se mostravam esperançosos com a continuidade da greve, decidida no dia anterior e estimavam em 20% o número dos motoristas que haviam retornado ao trabalho.

Perguntados a respeito de suas reivindicações, muitos motoristas exibiam seus «holherites» com salários líquidos que giravam em torno de Cr$ 4.000,00, afirmando ser «impossível viver com um salário desses». Os motoristas da CMTC recebem Cr$ 18,63 por hora, enquanto os motoristas de empresas particulares estão em pior situação, recebendo Cr$ 15,57 por hora e sendo obrigados a fazer até oito horas extras diárias.

Afirmou ainda um grevista que desde 1978 as tarifas de ônibus haviam subido de Cr$ 2,80 para Cr$ 3,00, depois para Cr$ 3,30 e agora será de Cr$ 4,00, enquanto os funcionários do setor só receberam uma antecipação de 20%, e com o acordo receberiam apenas 60% de reajuste sobre o salário de maio de 1978.

Outro grevista explicou que, somente num período de oito horas, cada ônibus chega a transportar cerca de 800 passageiros, nas linhas mais utilizadas — como a Penha-Lapa, por exemplo — esse número atinge a casa dos 1.200. Dessa forma, em oito horas de serviço um ônibus poderá faturar quase Cr$ 4.000,00 (com a passagem a Cr$ 3,30), pagando ao motorista cerca de Cr$ 150,00 e menos que isso ao cobrador. «É por esse motivo que nós não podemos aceitar a desculpa de que as empresas não têm condições de dar o aumento que queremos», finalizou o motorista.

«MEDO DE PERDER O EMPREGO»

Por volta das nove horas, o ânimo dos grevistas já não era o mesmo. Estava marcada uma assembléia para esse horário e eram poucos os trabalhadores presentes. Com rádios de pilha colados aos ouvidos, alguns grevistas ouviam o noticiário matutino das principais emissoras, que destacavam o fato de algumas linhas de ônibus já estarem funcionando, afirmando que a situação voltava à normalidade.

Desogarnizados, os grevistas não tinham condições de saber quantos trabalhadores de fato haviam voltado às suas funções. Os motoristas mais exaltados acusavam os «fura-greves» de traidores, enquanto outros atribuíam o retorno ao trabalho às notícias confusas divulgadas na véspera — que davam a entender que a greve havia acabado — e explicavam que aqueles que voltaram a trabalhar estavam com «medo de perder o emprego». Além disso, não foram organizados piquetes como nos dias anteriores.

Com a chegada de membros da Comissão de Salários, os motoristas e cobradores presentes dirigiram-se para o anfiteatro. Enquanto esperavam, alguns trabalhadores davam como certa a volta ao trabalho e outros culpavam a Comissão de querer apenas se promover.

Em seguida, um membro da Comissão sugeriu que a assembléia fosse transferida para o segundo andar do prédio e que seriam exigidos na entrada um comprovante de que eram elementos da categoria e as credenciais aos repórteres. Isso evitaria acusações de infiltração no movimento grevista.

Embora estivessem presentes pouco mais de cem trabalhadores do setor, a assembléia teve caráter deliberativo, uma vez que estavam em regime de assembléia permanente.

A assembléia teve início por volta das dez horas com um apelo feito pela família de Serafim Augusto Teixeira, da garagem Santa Rita da CMTC, que havia saído de casa, na noite anterior para participar da assembléia e que até o momento não tinha voltado para casa. Provavelmente estaria preso, como aconteceu com cerca de 200 trabalhadores do setor, principalmente aqueles que participaram de piquetes.

A seguir, um membro da Comissão de Salários, salientando a responsabilidade de cada um naquela assembléia que teria de decidir por toda a categoria, analisou item por item a proposta feita pelo prefeito no dia anterior. Explicando que o retorno ao trabalho por 45 dias não significava o fim da greve, sua argumentação só sofreu clara discordância quando defendeu que os três dias de greve fossem descontados dos salários. Do plenário, um motorista afirmou que eles iriam perder os dias sem nenhuma garantia de que conseguiriam o aumento de 80%.

Foi dado um prazo de cinco minutos para que os presentes estudassem à aceitação ou não da proposta do prefeito. Mas, àquela altura dos acontecimentos, não havia dúvida: a proposta que no dia anterior fora rejeitada por mais de três mil trabalhadores seria reconsiderada e aprovada. Assim, por unanimidade, a assembléia aprovou a proposta de retorno ao trabalho por 45 dias. A greve havia acabado.

O SINDICATO AUSENTE

Embora a votação tenha sido por unanimidade, nem todos ficaram satisfeitos com ela. Alguns afirmaram que agora tudo estava perdido e que se tivesse sido proposto um reajuste de 60% sobre o salário atual a categoria teria aceito e voltado vitoriosa ao trabalho.

Embora tivesse se mostrado organizada nos primeiros dias, surpreendendo inclusive as lideranças com seu alastramento, a greve, na sexta-feira, não possuía mais a mesma combatividade. Como mais de 50% dos trabalhadores já haviam voltado ao serviço, não havia mais possibilidades para a continuidade do movimento.

Toda a mobilização para a greve foi feita sem a participação do Sindicato da categoria, que está sob o controle de uma junta interventora, presidida por Afonso Teixeira Filho, que assumiu a entidade em 1975 após vários incidentes — inclusive a prisão por seis meses da diretoria —, culminando com a intervenção.

Há atualmente a possibilidade de que a junta interventora se retire e que sejam feitas eleições para uma nova diretoria. Até agora, existe apenas uma chapa, na qual João Alves do Nascimento aparece como 1º secretário. Mas com a greve surgiram outras lideranças que estão dispostas a lançar uma segunda chapa, que terá de ser registrada até o dia 10 deste mês para poder disputar a eleição que provavelmente será realizada entre junho e julho deste ano.

Assim, se a greve dos motoristas e cobradores — que quase parou São Paulo — não significou uma vitória quanto às reivindicações exigidas, pelo menos poderá significar um avanço no que diz respeito à organização da categoria. Tudo dependerá de como forem conduzidas as negociações nos próximos 45 dias.

É proibido falar com o motorista

O transporte coletivo de São Paulo movimenta mensalmente, num cálculo por baixo, 1 bilhão e meio de cruzeiros. Desse total, 12% ou seja 180 milhões, é utilizado para o pagamento do salário dos trabalhadores. Os 88% restantes (1 bilhão e 300 mil cruzeiros) vai para o cofre patronal que os utiliza para o pagamento dos encargos sociais e para os custos operacionais. O que sobra, ou seja o lucro do patrão, deve ser uma boa quantia, já que a competição pela continuidade ou ampliação dos negócios das empresas, envolve uma luta onde não falta suborno de vereadores e de autoridades. O último escândalo vindo à público, envolvia a presidência e vários vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, subornados pela chamada «máfia dos ônibus», mas tudo acabou sendo esquecido rapidamente pelo próprio MDB, o principal envolvido no escândalo. Outro fato público e notório, foi o imenso apoio dos empresários do setor, à candidatura do deputado Samir Achôa (o mais votado do MDB), e um dos principais defensores dos proprietários.

Bastou que 40.000 trabalhadores iniciassem uma greve para tentar uma melhoria salarial para que os vereadores e deputados compromissados com o patronato ficassem quietos ou advertissem sobre os perigos, que a abertura preconizada pelo general presidente corria. Para os patrões (que não passam de uma centena e que recebem 88% da receita) os 40.000 trabalhadores que tentavam ampliar um pouco a sua fatia, restrita a 12% da renda, pediam algo impossível de ser dado.

Para eles nada poderia alterar a atual correlação ou seja, ninguém poderia avançar nos seus 88%. Como a população só tem o controle do quanto ganha os trabalhadores não sabe o quanto embolsa o patrão, a única solução apresentada pelo representante dos patrões, o prefeito Olavo Setubal — que julga ser juiz — era que nada poderia ser feito. Habilmente, argumentava que a única saída era o aumento da tarifa, ou seja, transferir para o consumidor o problema, tentando assim incompatibilizar a agreve com a opinião pública.

Para os trabalhadores que recebem menos de 200 cruzeiros (os motoristas) e 100 cruzeiros (os cobradores) por dia, o acordo assinado sem o prévio consentimento da classe pelos interventores de seu sindicato, só interessava aos patrões. Sem canal algum de expressão, lançaram mão do único recurso que dispõem, a greve. Durante dois dias a cidade quase parou e os trabalhadores desse setor vital para a economia, conheceram em poucas horas seus aliados e inimigos, e recriaram formas de luta.

Essa greve geral aconteceu depois de uma tentativa parcialmente fracassada no ano passado.

Juca Martins

Os trabalhadores, reavaliaram os seus erros (iniciar a greve pelas empresas particulares que são mais vulneráveis) não realizar piquetes minimizar a preparação e apostar no espontaneismo, não preparação de comissões por empresas, etc).

Dessa vez, a greve se iniciou com força total e tomou os patrões de surpresa, já que eles não acreditavam que a cidade não teria um único ônibus na 2ª feira, e que o movimento começasse a se alastrar pelo ABC. Diante da greve consolidada, o patronato se arma para a luta e investe com a polícia contra os piquetes que se formaram logo na 2ª feira. Na Região de Santo Amaro, as tropas de choque além de jogar bombas de gás lacrimogênio, cavalos e cães sobre os grevistas, chegou a atirar para o ar, ao ter pela frente uma multidão desarmada. Para o patronato, a greve tinha que ser tratada como caso de polícia e, em poucas horas 86 trabalhadores estavam presos no Deops. Na porta da delagacia um aglomerado de mulheres proletárias estavam à espera de seus maridos, enquanto nos luxuosos gabintes Olavo Setubal e Teobaldo de Nigris Filho (representante patronal) se diziam «abertos ao diálogo».

Depois da violência vieram as ameaças; a Polícia Militar colocaria 500 soldados na direção dos coletivos no dia seguinte, e ameaçava a agir com mais violência, diante da «violência» dos grevistas. Os trabalhadores eram retratados como perigosos, e, nesse mesmo estilo elitista o prefeito chegou a compará-los como baratas «que quando a gente bate numa lata, elas saem correndo». Já o desmoralizado Paulo Salim Maluf afirmou que «cada um deve ganhar de acordo com o seu grau de inteligência», gerando um clima de indignação e revolta.

Na segunda-feira um ódio contra as autoridades era a tônica nas assembléias da casa paroquial da Igreja de São João, no bairro do Brás, em São Paulo. Lá, o QG controlava a greve e cerca de 4.000 grevistas se reuniam: os restantes se postavam em suas garagens à espera das decisões.

COMO DESARTICULAR OS TRABALHADORES

Diante da ameça do patronato de utilizar soldados na direção dos ônibus, organizava-se piquetes como os realizados na madrugada. Alguns oradores conclamavam os soldados, seus vizinhos e trabalhadores a não furarem a greve. No dia seguinte a mesma tática, sentar na rua e paralisar os eventuais ônibus com fura-greves. A repressão então é brutal e quase uma centena de trabalhadores vai para a prisão: Os poucos ônibus em circulação são acompanhados por um aparato militar e por soldados armados no seu interior. O local da assembléia é cercado por uma tropa policial que não permite nem a entrada nem a saída de participantes. Para dispersar uma multidão que tentava se dirigir para a assembléia a tropa de choque, avançou sobre os trabalhadores, invadindo bares e estabelecimentos comerciais. Enquanto isso uma comissão se reunia com o prefeito para o «diálogo» quando ao final apareceria a proposta de retorno ao trabalho e de formação de uma comissão para deliberar sobre a questão daqui a 45 dias.

Os trabalhadores que foram isolados da assembléia pela polícia e que retornaram ou para as garagens ou para suas casas, tiveram como único canal de informação as emissoras de rádio e tv, e é aqui que o patronato iniciava a desarticulação da greve.

A INFORMAÇÃO À SERVIÇO DO PATRÃO

Quando às 19 horas a tropa de choque abandonou o local da assembléia, eram poucos os trabalhadores que ainda se aventuravam a entrar no recinto. O comandante da operação que entra no auditório e dá a notícia da retirada da polícia, sente o alívio dos trabalhadores, que aplaudem a medida, sem ainda perceberem que os objetivos dos patrões tinha sido atingido. As rádios de São Paulo passam a ser o único veículo de informação sobre o movimento mas não dão a palavra para o Comando de Greve. Seu noticiário sempre foi no sentido de enfatizar os problemas da indústria, comércio e da população e nunca dos trabalhadores em greve e, de contribuir para a desarticulação do movimento. Uma rádio de grande audiência a «Jovem Pan», jogou um papel muito importante nessa tática patronal. Seus repórteres noticiavam sempre a retomada ao trabalho de alguns fura-greves e suas peruas seguiam os ônibus dando flashes sucessivos, abatendo o moral dos grevistas, já que além dos PMs e soldados da FAB recrutados era ínfima a parcela de fura-greves.

Quando a Comissão Salarial dos motoristas sai do gabinete do pefeito, os repórteres já noticiavam que o acordo havia sido assinado e que a greve terminaria. A palavra foi dada ao prefeito, que enfatiza o acordo, só no final, por insistência de um membro da comissão, ele diz que a proposta seria submetida a assembléia, «que terá o bom senso de aprová-la». A comissão sai do gabinete e vai para a assembléia que, tensa e explosiva, repete constantemente! Greve, greve...

Os repórteres presentes são abordados pelos grevistas que estão sempre indignados com o noticiário manipulado. Alguns trabalhadores começam a pressentir a manobra e seus possíveis resultados: temem que essa desinformação desarticulará o movimento.

Quando a comissão volta e se inicia a discussão, as rádios só noticiam que a assembléia está debatendo e que «é muito provável que os ônibus voltem amanhã...» ou então... «a greve está chegando ao final...»

A decisão da continuidade do movimento grevista novamente foi em noticiários depois da meia noite, após toda essa avalanche de suposições e sem que a comissão dos grevistas falasse

No terceiro dia, o embate final. Apesar de toda essa repressão maciça e combinada menos da metade dos ônibus circulavam e os motoristas estavam todos desorientados. No salão paroquial onde a assembléia se reuniria pela manhã aconteceria a reavaliação e a decisão de retorno ao trabalho.

As rádios noticiam o «retorno à normalidade» com insistência, e o prefeito é muito elogiado pela sua atitude «democrática». Nos intervalos as propagandas elogiam os serviços do Banco do qual o prefeito é o principal acionista, o Banco Itaú. Os patrões respiram aliviados e o policiamento colocado em prontidão relaxa um pouco. Eles terão 45 dias para se armarem novamente contra os trabalhadores.

(O.G.)

Luta operária na zona leste de São Paulo (7)

A morte do militante "Índio"

Após anos de luta junto ao PC, Índio tomba, vencido por outro inimigo: o câncer.

Por Antonio Carlos Felix Nunes

Extingue-se-lhe a vida no pulsar fraco do seu coração, na terrível dor que lhe dilacera as entranhas. Não se conforma com o fim próximo. Não porque tivesse medo da morte. Com a morte costumava brincar, tantas vezes dela zombara naqueles momentos das tarefas perigosas do Partido. Desafiava-a sem perder sua natural alegria. Queria morrer assim: lutando pelo seu povo, pela transformação da sociedade injusta. Nunca num leito de hospital, submisso à doença implacável. Eis uma maneira covarde e humilhante de abandonar o campo de batalha. Antes enfrentar um tanque de guerra das forças reacionárias, e sob ele acabar-se se não conseguisse destruí-lo. Jamais ser dominado por um inimigo que não pode ver. Inimigo a lhe estraçalhar o corpo na surdina. O seu corpo que é parte da massa tanto amada, à qual não permitiria tão brutal agressão, como sempre não permitiu naqueles confrontos de rua. Na frente das baionetas e dos carros de choque se colocava, sem qualquer temor, como vanguarda dos irmãos operários, como Partido. Mas, o inimigo agora é invisível. Covarde! Massacra o seu corpo-povo e ele não pode fazer nada. Sabe que ele existe apenas pela dor que sente, mas contra a dor ele não pode atirar uma garrafa de molotov, não pode apontá-la aos operários e dizer: «olha, estão ali, vamos todos juntos enfrentá-los, somos maioria e eles não poderão nos vencer». Sente raiva de sua impotência, e é apenas com isto que não se conforma. Apenasmente isto.

A REVOLUÇÃO SONHADA

Seu tempo passou. E ele não viu as injustiças terminadas, a revolução concluída. Revolução sonhada e sentida a cada passo, a cada gesto de revolta da massa oprimida, a cada obrigação partidária cumprida. Revolução que nascia com o sol, circundava ao seu universo e se reabastecia de novas energias em suas noites de otimismo e entusiasmo.

Mas o tempo passou, e ele perdeu de vista a revolução. Talvez ela tenha parado no crepúsculo — aquele vermelhão no poente de suas tardes era a cor predileta da revolução. Ela ali repousava, retornando às suas manhãs e noites seguintes, alentada de novas esperanças. Talvez tivesse dormido nas pichações dos muros. Pois, não era ele próprio que insistia nisso, colocando-a nas armações de granito frio, nos muros solitários e insensíveis, nas calçadas sujas e desprezadas? Quantas vezes a sua mão grossa e calosa não escrevera: «Viva a revolução proletária!» E as palavras ali ficaram, atravessando os anos, e hoje parecem mortas e sem sentido. A massa não as apanhara, por ela continuava passando indiferente, deixando-as adormecidas na lousa de seu caminho. O tempo acaba para as gerações que trilharam esses caminhos, começa em seguida para outros que vão igualmente segui-las... E quem irá despertar a revolução que o Partido incrustou nos muros? Ou retirá-la do seu sono, lá no vermelhão do crepúsculo? Até agora só ele e o partido a viam e pressentiam em sua dimensão material, a aproximar-se dos seus braços a passos ligeiros. Mas de que adianta ter a revolução nos braços ou na cabeça se as massas não a estavam vendo? Por isso ela fugia, desgostosa, e agora está parada no crepúsculo das suas paredes ou dormindo nas inscrições feitas pelas suas mãos.

O INIMIGO INVISÍVEL

Índio, o militante de vila Maulde, está morrendo. Uma moléstia cruel veio lhe interromper a caminhada revolucionária. Pensando viveu sempre na revolução. Pensando e agindo. Morreria contente, teria glorificado a sua miserável e tribulada existência, se fosse atingido por uma bala partida de um imenso fogo cruzado. Queria morrer assim, e não de câncer.

Humilde operário; dedicado e ardoroso militante político. Deitava-se com seu ideal no barraco de madeira, e no seu ideal se alimentava e enleiava a companheira sofrida e os filhos maltratados pela miséria contra a qual combatia. E o seu ideal lhe dava ânimo para enfrentar a mísera vida com altivez, ternura humana, bom humor e muita confiança no futuro. Índio era seu apelido. Pela cor bronzeada, corpo atarracado, rosto esparramado como os grandes lagos, nariz chato, negros e compridos cabelos lisos.

Está morrendo o militante Índio. Pego foi de emboscada pelo invisível inimigo. Este teria se açoitado no úmido chão batido do casebre, ou gerara-se da deficiência alimentar, ou da fraqueza do corpo cansado após as árduas tarefas, que o homem e militante executavam pela sobrevivência e pela revolução sonhada. A verdade é que não pôde se defender, o ataque fora sorrateiro, o inimigo penetrou através de alguma fenda da vida, no silêncio. Consolidou a posição conquistada e começou a crescer, crescer... O homem e o revolucionário foram vencidos sem lutar. E isto foi muito duro ao Índio militante. Queria estar lutando contra um pelotão, uma tropa inteira da repressão, e não ser julgado e condenado por um inimigo inapalpável...

Há muitos anos, quando ele fez a escolha ideológica, aprendera a não ter medo. E, sem medo, encarnava os perigos com exaltação festiva. Porque a revolução era a festa do povo. Tinha de conduzir este conceito nos gestos, no semblante e nas palavras. Conduzí-lo cotidianamente, em todos os movimentos de sua vida. Ele precisava encarnar — e transmitir — as esperanças e felicidade que usurpavam ao seu povo. Assim viveu o Índio militante. Ele e sua carrocinha de apanhar sucatas no bairro operário. A carrocinha era seu ganha pão diário. E com ela se transformou num monumento vivo e itinerante, a espargir sorrisos, a infudir ânimo nos desesperançados, a diluir ceticismos, a difundir o Partido...

Morria na época em que o Partido estava cindido. Ele no meio da discussão teórica, não entendendo a cisão, e por isto talvez tentando religar os separatistas. Ensinava-lhe a sua formação simples que a revolução estava no ato de fazer; independia da maneira de fazê-la. Tão somente exigia-se o alargamento da visão da massa. Depois, a massa haveria de vê-la agigantada em sua imagem de deusa bondosa, então a retiraria das inscrições dos muros, da luz do crepúsculo, do alvorecer de cada dia e nela se incorporaria. Talvez uma questão de tempo.

A REVOLUÇÃO: UMA OBRA DAS MASSAS

Por isso, achou que os altos dirigentes se dividiam em torno de um objetivo imutável, o qual continuava a requerer os mesmos gestos e os mesmos esforços para ser alcançado. Queriam determinar o processamento da revolução. Coisa que lhe parecia impraticável. Um grupo pretendia que fosse feita por vias pacíficas, na maciota, através de eleições. Outro sustentava que só a luta armada levaria o povo ao poder. Como pressupor e sentenciar formas se a revolução seria uma obra das massas?

Antes de adoecer, recebeu a visita de representantes de ambas as facções. Desejavam saber em qual dos dois partidos ela preferiria atuar. Analisou os argumentos de um e de outro, e não viu grande diferença nas propostas que lhe faziam: todos estavam interessados em sua continuação como membro da célula, e assim prosseguiria realizando as mesmas tarefas que haviam se incorporado desde há muito à rotina de seu trabalho partidário. Seria sempre um pichador de muro, distribuidor do jornal doutrinário, organizador de atos públicos, arrecadados das finanças para a subsistência da organização. Enfim, continuaria pregando às massas o ideal da revolução. E as massas iriam empalmá-la e levá-la em triunfo. Por que, então, essa preocupação se a revolução não havia ainda penetrado no sentimento das massas?

Está morrendo o militante Índio. Seu tempo passou. O bairro está em silêncio e deserto de novas palavras de ordem. Só as velhas inscrições, feitas no seu tempo risonho, lembram a sua intensa e incansável atividade em favor da sonhada revolução. Revolução agora definitivamente adormecida no seu crepúsculo que não vai mais se renovar. O inimigo no seu corpo entranhado selara esse como seu último crepúsculo. No bruxelear do seu tempo, logrou ainda ler os jornais. As notícias falavam de grupos de jovens armados marchando em direção do vermelhão de suas tardes. Esse jovens nunca mais retornaram. Com certeza, foram buscar a revolução, a deusa da bondade, e lá ficaram enredados em seus encantos...

Na próxima semana: O PC organiza a campanha presidencial.

INDEFINIÇÃO NO ABC

Marque triplo no ABC

ENTREVISTAS CONCEDIDAS A TOM DUARTE

Domingo é o «Dia D» no ABC paulista. Reunidos em assembléias, das quais a mais importante será a de Vila Euclides, em São Bernardo, os metalúrgicos de Santo André, São Bernardo e São Caetano decidirão se aceitam ou não as propostas de acordo que podem surgir até o final da semana. Por enquanto, o quadro é de indefinições. Certo mesmo só o estado de ânimo dos trabalhadores — mais afiados do que navalha nova, para uma nova greve — e o otimismo de Lula que praticamente garantiu ao Em Tempo que «um bom acordo será realizado». Trocado em miúdos, alguns ganhos percentuais a mais nos índices de reajuste e a reintegração das diretorias.

Por enquanto, ao mesmo tempo em que o governo silencia sobre a volta dos diretores destituídos, os patrões firmam pé em torno da proposta de 63% para os trabalhadores que ganham até três salários mínimos, 60% para os situados na faixa de três a 10, e o índice oficial para os demais. Mas eles podem recuar, em conjunto ou tomando iniciativas unilaterais, como poderia ser o caso da indústria automobilística.

Essas possibilidades, todas elas levantadas num quadro de grande expectativa são apresentadas nos depoimentos de alguns dos repórteres que vêm acompanhando mais de perto os episódios do ABC. Falam Luís Alberto Serrano (Isto é), Júlio de Grammont (Folha de São Paulo), Marcelo Bairão (revista Exame), Ricardo Moraes (Gazeta Mercantil), Alexandre Polesi (Jornal do Brasil) e Silvio de Souza (Diário da Noite).

RICARDO

Solução depende do Governo

«O problema fundamental para o acordo é a intervenção. Por quê? Os metalúrgicos não apresentaram nenhuma proposta aos empresários — embora a possuíssem — porque estes não têm poder de decisão sobre esta questão. Porque não adianta ganhar apenas alguns números, quando há questões políticas em jogo. O problema da intervenção não afeta apenas o ABC, mas a todo o sindicalismo brasileiro.

Por essa razão, os trabalhadores colocam a intervenção como prioritária.

É difícil prever-se, de um dia para outro, o que pode acontecer. Até o dia 13, a situação pode mudar muito. Por exemplo, pode influir o fato de que Murilo Macedo participe das negociações diretas e cumpra com suas promessas de levantamento da intervenção, há a evolução da situação da greve do funcionalismo, a possibilidade cada vez mais presente de uma intervenção do Exército, caso se deflagre uma nova greve. Vivemos numa conjuntura muito diferente da do ano passado com uma série de variáveis que não dominamos. O problema, repito, não é apenas do ABC, é um problema nacional, é um problema que afeta particularmnte o sindicalismo brasileiro, como um todo. Portanto, é importante ter claro que sem levantamento da intervenção não há acordo. Em segundo lugar, há razões de ordem econômica que influenciarão nas decisões. Para a indústria automobilística não interessa novas greves. A Volks, por exemplo, perdeu alguns pontos percentuais para a Fiat, a Mercedes, a Chrysler, a Ford também perderão. Em função disso, é possível um acordo unilateral de parte da indústria automobilística. Mesmo porque ela pode dar um aumento maior que os demais setores do grupo 14. Por enquanto, politicamente, as montadoras dizem pretender manter a unidade do grupo. Mas na hora «H», com uma greve nas portas é possível que assumam a iniciativa de ruptura.

Fala-se na possibilidade de algumas empresas já apresentarem os «hollerits» de abril com o desconto de 20% dos dias parados. Isso pode ocorrer. Mas quem sabe a quase inevitável paralisação nas indústrias que surgirá daí, não sirva de justificativa para que elas façam acordos em nível superior. Será realmente um bom pretexto. Depois disso tudo, pressinto — é algo mais intuitivo — que até domingo sai um acordo. Ele só não sairá se o Governo não tocar na questão da intervenção. Se isso for resolvido, não sairá greve.

JÚLIO

Palavra do Lula pesará

É muito provável que os trabalhadores que compareçam à Vila Euclides — se não houver repressão à assembléia — demonstrem desejo de continuar a greve. No entanto, vale dizer que o movimento caiu um pouco nos últimos dias, não por falta de trabalho da diretoria e das lideranças, mas pelo tempo mesmo que decorreu desde o retorno ao trabalho.

Mas assim mesmo o fator determinante que deverá pesar será a palavra do Lula, se o pessoal lhe der um voto de confiança se poderá aceitar até os 63%, mesmo sem o pagamento dos dias parados. Isso não seria uma derrota, é bom frisar, é acordo muito melhor que o do interior, mesmo não sendo um grande acordo.

Se a massa não aceitar o que for oferecido, aí a situação se complica. Talvez tentem retomar o sindicato na porrada, partam para a greve «selvagem» com sabotagem nas máquinas, nas peças, danificação da produção. Se isso ocorrer, o enfrentamento com a repressão será inevitável.

De parte das lideranças a alternativa será outra. Talvez em substituição à greve geral seja promovida a greve por fábrica ou por seção, ou «pipoca», como já indiquei num artigo na «Folha de São Paulo», cujo efeito também é enorme na vida das empresas.

MARCELO

Há empresários querendo bancar a greve

Acho que há possibilidade de sair um acordo. No entanto, o conjunto dos trabalhadores do ABC está muito insatisfeito, principalmente com a intervenção nos sindicatos.

Por outro lado, o que se sente é que existem setores do empresariado querendo bancar uma nova greve, numa tentativa de desgastar as lideranças sindicais e radicalizar o processo político, forçando o governo a adotar posições mais duras.

Juntando esses dois fatores, a coisa pode caminhar para um confronto de proporções mais sérias. A não ser que o governo levante a intervenção, uma hipóse por enquanto muito remota, mas necessária, porque os interlocutores reais dos trabalhadores do ABC são as diretorias destituídas.

Não adianta manter a intervenção e negociar com as diretorias destituídas, porque isso é ridículo. É preferível, para o governo, fazer como o Setúbal, que com grande dose de realismo reconheceu a Comissão de Salários dos Motoristas e Cobradores de ônibus, como representante da categoria, e não o sindicato que está sob intervenção.

SERRANO

Dificuldade para manter a greve

«Está se falando em possibilidade de acordo em torno de 63%. Os empresários poderiam estender esse índice até 10 salários mínimos. Por outro lado, numa reunião realizada no dia sete entre o advogado Almir Pazzianoto e o ministro Murilo Macelo se cogitou em alternativas em torno desses 63%, com pequenas variações.

Por sinal, Macedo vem se mostrando muito otimista em seus pronunciamentos. Para mim, o grande problema é o da intervenção no sindicato. Pelo que tenho sentido, a massa ficará frustrada com um acordo, com qualquer que seja o índice, se a intervenção não for levantada. Mais do que levantada a intervenção, se o Lula não voltar para o sindicato. Quero ver o Lula vender qualquer acordo sem o término da intervenção e o retorno dele ao sindicato. Aí é que o carro pega.

Um outro dado: se é verdade que há um setor do empresariado disposto a chegar nos 63% até 10 salários mínimos, aquele dos Teobaldo de Nigris da Vila, amparados pelo Simonsen, estão forçando para ficar nos 60% (para os trabalhadores que ganham, entre três e 10 salários mínimos. E isso pode pesar decisivamente.

A greve pode sair. Mas se isso ocorrer, vejo que ela terá muita dificuldade para se manter: faltarão locais para as assembléias, os problemas para a atuação aberta das lideranças aumentarão».

ALEXANDRE

Intervenção não será levantada

Desde o início da campanha, nunca houve tanta indefinição como nos últimos dias. Tudo pode acontecer em termos de acordo. Se de um lado o Lula está muito otimista, assim como o Murilo Macedo e o Barelli, do Dieese, há pessoas como o dr. Mauricio, ou mesmo alguns elementos da diretoria do Sindicato de São Bernardo que estão acreditando muito pouco na possibilidade de um acordo, não têm condições de dar uma resposta mais positiva. Por isso mesmo, objetivamente, não se pode dizer o quê vai acontecer.

Intuitivamente, baseado no otimismo do Lula, do ministro e dos próprios empresários, tenho impressão que não haverá greve. Pode ocorrer também acordos isolados, de parte das grandes empresas em torno dos 63% sem escalonamento, que arrastariam as demais. Isso não quer dizer que os trabalhadores não estejam mobilizados para a greve. Pelo contrário, estão mais do que antes: se houver nova paralisação, ela será muito mais intensa do que em março.

Creio, se olharmos para o interesse dos operários e analisarmos a situação política, que a greve será um risco muito grande porque tranqüilamente a repressão policial será mais ampla e o prejuízo será muito maior para os trabalhadores, com a prisão das lideranças.

Não acredito que a intervenção seja levantada até domingo. Se no curto prazo ela evita a greve, no longo prazo ela terá um significado muito maior, em termos de organização dos trabalhadores. Se a volta ocorrer não será nos próximos meses, mesmo que se logre um acordo quanto às reividicações econômicas.

SÍLVIO

Patrões não suportam outra greve

Se não sair acordo, pelo menos sai um arranjo. Pode não existir um acordo selado na mesa de negociações, entre os empresários e os metalúrgicos, mas a verdade é que existe uma necessidade de não deixar explodir uma greve geral, na segunda-feira, de parte dos patrões e do Governo. Isso não só em função do projeto político do governo, mas também levando em conta os interesses dos empresários, que não suportam mais uma greve.

Creio que o mais viável será a celebração de acordo em torno de 63% sem escalonamento e com abono da metade dos dias parados. Nesta altura dos acontecimentos, se isso ocorrer, será uma vitória dos metalúrgicos do ABC e uma vitória das negociações diretas, que é o mais importante.»

A greve pode ser nacional

Greve geral é o apoio mais eficiente que os trabalhadores brasileiros poderão prestar aos metalúrgicos do ABC, concluíram os representantes de 23 sindicatos de quatro importantes Estados (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), reunidos em Belo Horizonte, no dia cinco de maio. João Paulo Vasconcelos, dos metalúrgicos de Monlevade, mostra as decisões do encontro sindical.

EM TEMPO — Em discurso recente, o líder do Governo no Senado, o ex-ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, disse que as greves vão armar a mão da direita. Viu-se no direito de aconselhar moderação aos trabalhadores. O que você responde a Jarbas Passarinho?

João Paulo — Primeiro nós temos que remontar ao passado e verificar o papel que ele cumpriu. A história já registrou que o Passarinho compõe uma das alas da direita que menciona. Ele está falando isso de inspiração própria, como um velho repressor do movimento sindical. Depois de 64, ele foi o ministro que mandou baixar o pau nos trabalhadores. Manipulou dados, deu show na TV para tentar manipular os trabalhadores, mas não conseguiu. Conseguiu silenciar os sindicatos apenas através da repressão. A outra ala, mais radical ainda que o grupo que detém o poder, a qual pertencem Silvio Frota, Hugo Abreu e outros, está armada há muito tempo. Mas acontece que perdeu a parada e foi alijada na disputa do poder. O que o Governo está interessado é em lançar a opinião pública contra os grevistas, fazendo circular através da grande imprensa, a mando das multinacionais, notícias tendenciosas e parciais.

EM TEMPO — Por quê, neste momento político, os mais importantes representantes sindicais do País planejam uma greve nacional?

João Paulo — Nós achamos que as reivindicações de caráter econômico devem ser colocadas pelos próprios sindicatos em negociação direta com os empregadores, sem que haja a necessidade de solidariedade de outros sindicatos. Pois a realidade está a mostrar que estes sindicatos estão preparados para, em pé de igualdade, negociar livremente os interesses da categoria que representam. Um exemplo do equilíbrio de forças surgiu no ABC através das paralisações operárias no ano passado e as negociações que se encontram em andamento. E, apesar da intervenção do Governo, os companheiros do ABC se fortaleceram, ao invés do contrário, como pretendiam com o gesto de violência, cassando os dirigentes sindicais. Esta violência encerra em seu bojo uma castração política do movimento operário do ABC e merece uma resposta do mesmo caráter e do mesmo porte. E a única resposta a altura da ilegítima atitude do Governo é uma greve nacional de solidariedade, que vamos propor às nossas bases.

EM TEMPO — Como você analisa a questão do ABC e o papel do movimento operário nesta conjuntura?

João Paulo — Nós achamos que, no momento, a classe trabalhadora através de seus sindicatos, representa o segmento mais forte de nossa sociedade e com maiores possibilidades de abrir uma brecha no regime autoritário que aí está. Sabe-se que o Governo quer reeditar o velho liberalismo político e operá-lo num círculo em que não haja espaço político para os trabalhadores. Ora, os trabalhadores andaram em círculos sem evoluir nada nos últimos 40 anos. Agora, entendemos que é o momento de participar, não só das riquezas por nós produzidas, como das decisões do destino do País.

EM TEMPO — As articulações intersindicais parecem se tornar cada vez mais necessárias. A central única dos trabalhadores virá?

João Paulo — A central única dos trabalhadores aguarda uma oportunidade e ela surgirá como exigência de toda a classe trabalhadora no momento em que ela entender a sua necessidade. Não achamos que isso venha a acontecer a longo prazo, uma vez que aquilo que nos negam será conquistado, queiram ou não.

Manobra nos pampas

Da Sucursal de Porto Alegre

A combatividade dos metalúrgicos de Porto Alegre desapareceu na assembléia que decidiu aceitar a proposta patronal, realizada no dia 4 de maio. Para isso não faltaram as artimanhas e jogadas da direção do sindicato, que conseguiu desmobilizar a categoria. Nenhuma faixa, nenhuma palavra de ordem foi gritada. O desânimo dominou a assembléia.

E não era para menos. A atual campanha de dissídio começou em fevereiro, com reuniões periódicas entre a direção do sindicato e as bases mais avançadas. Dessas reuniões é que partiu a série de reivindicações deste ano, como o aumento de 69% o piso de três salários mínimos, o delegado sindical e outras menos importantes, aprovadas por uma assembléia, no início do mês de março, que já reuniu mais de 1.500 metalúrgicos. Um mês separou essa assembléia da segunda, tempo dos patrões apresentarem a sua contraproposta e irem se municiando para a luta que se iniciava.

O ÂNIMO CRESCIA

Do lado dos trabalhadores a única forma organizativa que possuiam era a direção do sindicato e a comissão de salários, composta de 5 metalúrgicos mais representativos. Na segunda assembléia o número ainda foi maior: mais de 3 mil operários compareceram. E desta vez o ânimo crescia proporcionalmente à participação. Faixas, palavras-de-ordem — «69% ou greve» — foram a tônica da reunião. Inclusive houve uma tentativa de ampliar a comissão de salários de 5 para 20 membros, proposta que nem foi posta em votação pela direção do sindicato. Nessa assembléia a contra-proposta patronal foi rejeitada, embora permanecessem as negociações por mais uma semana, até a terceira assembléia, no dia 27 de abril.

Decisivo foi o dia 27. Os patrões regatearam um aumento de 61 por cento para os salários de até Cr$ 3.000,00; 57 por cento de Cr$ 3.000 a Cr$ 11.000,00 e 44 por cento para o que recebem acima desse valor, descontando-se ainda as atencipações do ano passado. O piso salarial ficaria estipulado em Cr$ 2.400,00. Quanto ao delegado sindical nem mereceu a resposta da categoria patronal. Essa proposta, que tinha a simpatia da diretoria do sindicato, não conquistou os trabalhadores. A disposição de luta e o grande número presente ultrapassou a moderação da diretoria do sindicato.

A «coincidência» dos primeiros oradores na defesa da contraproposta levou o plenário a dirigir vaias a apartes que simplesmente tornava impossivel aos inscritos falarem. Somente quando um operário da «RACINE» tomou a palavra é que começou a surgir uma alternativa: «Há 14 anos vivemos no sufoco, no arrocho salarial. Há muito tempo não podíamos nos manifestar e agora estamos conseguindo. Não há outro caminho: rejeitar a contraproposta e ir à greve. Não tem mais negociação se as máquinas não pararem». Mas a diretoria teria outro triunfo à mão. Ao contrário das assembléias anteriores, onde o voto foi por aclamação desta vez a votação era secreta esvaziando e desmobilizando os trabalhadores. além de impedir que metalúrgicos não sindicalizados votassem. Ainda assim, o resultado da votação foi contrário à contraproposta: 1.158 contrários e 824 favoráveis.

COMISSÃO DE GREVE

Foi tirada uma comissão de greve, composta por dois metalúrgicos de cada fábrica, que se encarregaria durante a semana de convocar a categoria para uma nova assembléia no dia 4. As primeiras medidas da comissão de greve e da direção do sindicato foram divulgar nota contestando matéria publicada no Correio do Povo que afirmava que o número de metalúrgicos presentes à assembléia era inferior a três mil e que as decisões foram tiradas em meio a tumulto. E restava a convocatória que seria distribuída em todas as fábricas. Esta convocatória a diretoria não assinou, impedindo que ela fosse distribuída pois a comissão sozinha não tinha força suficiente e muito menos respaldo legal. Mas as manobras da direção não pararam por aí. Durante a semana, foi realizada uma reunião na Justiça do Trabalho, com o objetivo de se chegar a um acordo final entre operários e patrões. Numa reunião de apenas oito minutos as duas partes concordam com a proposta conciliatória do juiz, que acrescentava um por cento a mais em cada categoria salarial. Para a direção do sindicato já não interessava mais a campanha, agora era só passar essa proposta em assembléia. E foi o que fez.

CARAS NOVAS

Apareceram muitas caras novas, na última assembleia, caras que nunca tinham ido antes a uma assembléia e, principalmente, caras que foram com um só objetivo: fazer passar a proposta dos patrões.

Um dos poucos oradores foi justamente um inspetor da Albarus que nunca havia participado. Considerou que a campanha tinha sido uma vitória e era tempo de votar e não discutir, proposta imediatamente aceita pela diretoria, impedindo que se fizessem denúncias das pressões que os operários estavam sofrendo nas fábricas e, particularmente, o pessoal da comissão de greve que está sendo ameaçado de demissão. O voto foi secreto. De mais de cinco mil presentes votaram 2.876 favoráveis ao acordo e 524 contrários. O acordo foi firmado.

PIQUETÃO

E para não negar o nome, o Piquetão tinha que começar mesmo com notícias do ABC. E com alguns «potins» da Volks, onde aconteceu o maior piquete da história do Brasil. E é para contar um sururu que houve entre os operários das alas 13 e 14 que haviam sido convidadas pela chefia para fazerem algumas horas extras, mas somente a título de limpeza dos equipamentos. Chegando lá, os «Fritz» espertinhos quiseram ligar a linha de produção ameaçando de demissão de quem se negasse a aceitar (explica-se a necessidade do engodo: ninguém está produzindo uma peça a mais, em horas extras, seguindo a orientação da diretoria do sindicato). Os da ala 13 estavam a fim de aceitar, o pessoal da 14 não gostou, e o pau acabou quebrando. Resultado, 22 operários feridos, 200 «Passat» danificados, algumas prisões, 4 demitidos. Mas as horas extras não foram realizadas.

Cachorrada

Aliás, os operários têm feito de tudo para impedir as horas extras. Por exemplo, numa seção pegaram um cachorro que vagava perdido num dos depósitos da Volks, penduraram uma tabuleta em que dizia «eu faço horas extras». Nem precisa falar, nunca mais alguém pensou nisso.

Embalo

E por falar no ABC: com a participação do pessoal da pesada, (Gonzaguinha, Elis, Sérgio Ricardo, Fagner, Belchior, Beth Carvalho, Quinteto Violado, Macalé, João Bosco e muitos mais) foi realizado o «Show de Maio» em benefício do Fundo de Greve. Mais de cinco mil pessoas, na sua grande maioria adolescentes lotou os antigos estúdios da Vera Cruz, em São Bernardo, pagando 100 pratas cada um para ajudar na sustentação do pessoal do metal.

Ainda o 1º de Maio

E da Bahia a notícia tarda, mas chega ao Piquetão. Lá, enquanto as comemorações oficiais, que previam um jogo de futebol no Estádio da Fonte Nova fracassaram, mais de três mil pessoas lotaram o colégio Dois de Julho em Salvador participando da 1ª Comemoração independente do 1º de Maio já realizada. O ato poderia ter sido melhor, se os sindicatos pelegos não tivessem boicotado a promoção. Mas tiveram o que mereciam, a massa não perdoou, vaiando ruidosamente.

Mas, segundo o pessoal da terra, o quente mesmo ocorreu a 400 quilômetros da Capital, no Alto do São Francisco. Os sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Sobradinho, Pilão Arcado, Santa Sé, Casanova e Remanso realizaram, simultaneamente em cada município vigílias de protesto contra a sua situação de vida, agravada desde que foram expulsos de suas terras para dar lugar à construção da Barragem de Sobradinho. Em Pilão Arcado, depois de uma concentração na frente do Sindicato, realizaram uma passeata onde reivindicavam «terra para os que não têm terra», como diziam algumas das faixas que portavam.

Barra pesada

E não é só na Bahia que a barra está pesada para os trabalhadores e os trabalhadores passam fome. No Sul também. Pensando nisso, 25 sindicatos de Porto Alegre resolveram, pela primeira vez no Brasil, impetrar mandado de segurança contra o novo índice de salario mínimo. Segundo a gauchada, o artigo 165 da Constituição Federal, parágrafo 1º, garante um «salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e de sua família». E a mixaria que o Governo concedeu nem por sonho está permitindo isso: segundo o Dieese, se fosse cumprida a legislação, ele deveria ser de Cr$ 6.104,35.

O mandado, no mínimo (sem trocadilhos) vai produzir um resultado: caso seja aceito pelo Supremo Tribunal Federal, obrigará o Governo a revelar as bases com que estipula esse salário, até aqui escondidas a sete chaves.

Redações podem parar

De tanto escrever sobre greve e até possivel que os jornalistas profissionais de São Paulo acabem dando a sua paradinha também. Isso se os Mesquita, os Civita e os Frias, e outros menos votados se negarem a conceder os 25% de aumento e a imunidade para os representantes de redação. E o negócio é na base de negociação direta, sem interferência da Delegacia Regional do Trabalho. E os patrões já deram a sua resposta —: só 16% a título de antecipação, assim mesmo em algumas empresas da Capital, restrita a algumas faixas salariais apenas.

Metalúrgicos também

— E nessa onda, quem vai mesmo são os metalurgicos de São Paulo. Na sexta-feira deverão se reunir em assembléia, no Sindicato, para começar a campanha pelos 30% imediatos de aumento, que se contrapõe aos 22% que os patrões deveriam dar como antecipação (segundo o «acordo» feito depois da greve de outubro). O pelego Joaquim, por sua vez já quis correr na frente, foi pedir 30%, não de aumento, mas de antecipação. Os patrões, nem te ligo. Como com jeito não vem mesmo, o negócio é procurar outros caminhos. Segundo a Oposição Sindical, é meio difícil sair uma greve geral imediatamente, mas algumas fábricas de médio porte podem começar paralisações isoladas. Para a OS o mais importante, nos próximos meses, é organizar a categoria em torno dos 30%, preparando as condições para o pulo do gato, mais adiante.

Vamos formar a **Piquetepress**: o pessoal dos bairros, dos sindicatos e das fábricas já esta convocado para mandar notícias para o Piquetão.

Funcionalismo: manobras e impasse

Por Jesus Varela

A greve do funcionalismo continua, embora o cansaço seja grande. Os grevistas estão dispostos a fazer valer suas reivindicações mas reiteram sua vontade de negociar com o governo estadual e municipal

«No movimento, a base tá boa. O que não tá bom é a coordenação». «Hoje nós temos uma crise de liderança».

Esses comentários, feitos por dois grevistas na Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas — ASHC — se não representa a opinião da maioria dos grevistas, mostra, pelo menos, um desgaste das lideranças junto a suas bases.

O desgaste evidente da coordenação se deveria à atuação de seus membros tanto nas assembléias setoriais como na Coordenação Geral, que teriam tentado manobrar encaminhamentos. Pelo menos em duas entidades, essas manobras não deram certo, e os «manobristas» foram atropelados pelas bases. Também na reunião da Coordenação as manobras se frustraram, havendo informações, entretanto, que alguns representantes não estariam levando e votando as propostas das assembléias setoriais. Ao mesmo tempo teriam sido colocadas em discussão para as bases as propostas encaminhadas através da C.G.P. Isto se perceberia claramente quando pelo menos metade das entidades não deliberaram sobre a questão da assembléia geral do funcionalismo, algumas porque seus representantes a teriam considerado como uma questão ultrapassada e por isso, não a teriam encaminhado.

Em suma, o que se estaria notando é um distanciamento entre as bases e as lideranças e a quebra dos critérios democráticos em vigor no movimento. De qualquer forma, a greve continua. Embora se note um certo cansaço, os grevistas estão dispostos a fazer valer suas reivindicações e reiteram sua vontade de negociar.

INCITANDO A GREVE

Contra uma proposta de abono de 2 mil cruzeiros a todo funcionalismo, a partir de março de 1979, a ser incorporado ao salário em janeiro de 1980 e a formação de uma comissão paritária, assessorada por economistas para reestudar o Orçamento do Estado; novo índice no prazo de trinta dias; o pagamento dos dias parados sem reposição; não punição dos grevistas e a suspensão imediata da tomada de depoimentos pelo DEOPS, o governador Paulo Salim Maluf contrapõe outra: abono salarial de 2 mil cruzeiros a partir de março a antecipação salarial de 20%, em parcelas de 5%, a partir de novembro e pagamento dos dias parados desde que haja reposição.

Essa contraproposta, se de um lado fez com que alguns setores pouco significativos em termos numéricos voltassem ao trabalho, de outro lado, acirrou os ânimos dos que mantiveram a proposta da greve.

O movimento grevista, que estava passando por um período de esfriamento durante a semana, devido à falta de alternativas, quando novamente estavam fechadas as portas para as negociações, ganhou um novo alento com a contraproposta do governo do Estado. Ironicamente, todas as tentativas governamentais para desmobilizar os grevistas só tem servido para realimentar o movimento.

Entretanto, muito embora a disposição para continuar lutando seja grande, muitos funcionários estão preocupados com a duração do movimento. Está havendo um pequeno esvaziamento, notadamente esta semana, e contra isso eles apontam para a necessidade de uma demonstração de força, pois «o governador está enganado quando diz que a greve praticamente acabou». A assembléia geral é vista com bons olhos, na medida em que ela pode apressar as negociações e o acordo.

Esse, porém, não é o entendimento da maioria das entidades que compõem a C.G.P. — Coordenação Geral Permanente — já que se fechou questão em não realizá-la.

BRINCADEIRA DE MAU GOSTO

A discussão da proposta de Paulo Salim Maluf, nas assembléias setoriais do funcionalismo, causou dois tipos de reação. Uma a considerou brincadeira de mau gosto; outra como falta de respeito. Todas entidades a rejeitaram e a grande maioria ratificou a greve. Duas entidades informaram que voltaram ao trabalho, engenheiros agrônomos e o Departamento Regional de Saúde — porque a paralisação já era insustentável; uma delas se retirou da coordenação. Após as assembléias setoriais, na reunião da coordenação para avaliação dos resultados e elaboração de uma contra-proposta, com base nas deliberações das entidades, será encaminhado ao governador o seguinte: aumento de 2 mil cruzeiros a partir de março, reajuste de 43% e a formação de uma comissão paritária para negociações. Além disso, são considerados pontos de honra e não desconto dos dias parados, a não punição dos grevistas e a suspensão imediata das intimações para depor no DEOPS.

O encaminhamento vai se dar através da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, que já se dispôs novamente a reiniciar as negociações. Nos encaminhamentos de discussão e votação, a questão que motivou debates acirrados foi a do índice. Haviam duas propostas, uma encaminhando o índice de 43% e outra a não fixação de índice. Colocada em votação, venceu a dos 43%. No entanto, a mesa fez nova votação e o resultado se manteve. A mesa também tentou manobrar e evitar a votação da questão da assembléias geral do funcionalismo, que havia voltado com mais força devido a adesão de outros setores, mas não foi bem sucedida. Em votação, a proposta não passou.

Paulicéia policiada

O convênio assinado entre o Governo Federal e o governo de São Paulo para que a polícia estadual apure os «crimes» que ferem a Lei de Segurança Nacional — e que deverá ser assinado com vários Estados numa tentativa de conter o movimento grevista que se alastra por todo o País-já está sendo implantado a pleno vapor. Não bastasse a violenta repressão aos motoristas em greve, com tropas de choque soltas pelas ruas e muitas bombas de gás lacrimogênio e a prisão de mais de uma centena de trabalhadores de empresas de ônibus, a repressão é uma constante na greve de funcionalismo público.

O governador Paulo Salim Maluf que entre idas e vindas consentiu em receber os representantes da Coordenação Permanente da Campanha Unificada Salarial, permitiu tranqüilamente que os 40 membros fossem intimados pelo DOPS para deporem. No início da semana, 11 desses representantes já haviam sido interrogados e colocados em liberdade. Em seus depoimentos os funcionários são obrigados a explicar a sua participação no movimento grevista, além de apontar nomes de outros envolvidos e também de olhar álbuns com fotografias para um possível reconhecimento de outros participantes do movimento.

No início eram 40 os intimados, ou seja, toda a comissão que foi negociar as reivindicações, mas logo já se dizia que mais de 70 pessoas seriam intimadas. Também havia sido intimada a comparecer ao Deops, a candidata a presidente da Chapa 2 da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Eiko Campos Reis, que não faz parte do Comando Permanente.

AUMENTA O CERCO

Além dessas medidas, as ameaças foram aumentando progressivamente à medida que a greve aumentava e os funcionários apresentavam um grau elevado de unidade e de combatividade. Um dos setores mais pressionados é o dos professores primários e secundários, que na terça-feira, estavam sujeitos a sofrerem processos administrativos porque completavam 30 dias de greve, o que é previsto pelo Estatuto dos Servidores. O secretário da Educação, Luiz Ferreira Martins, aliás foi um dos secretários que mais ameaças brandiu durante toda a greve, inclusive, ressaltando o tempo todo que os professores serão obrigados a reporem as aulas durante as férias, nos domingos e feriados.

No entanto, a essa ameaça administrativa o Comando Permanente de Greve dizia que nem todos os docentes aderiram à paralisação no dia 9 do mês passado e muitos prevendo a punição haviam dado aula apenas por um dia, o que dificulta a aplicação do Estatuto dos Servidores. Também os diretores das escolas públicas estavam protestando contra medidas repressivas do governo uma vez que eles estavam obrigados a providenciar os atestados de frequência dos professores para o desconto no pagamento dos grevistas. É claro que esses relatórios poderão servir como medidas futuras de punições.

Essa prática de forncer os dados dos grevistas está sendo adotada de um modo em geral para o funcionalismo, tanto o estadual como o municipal. Segundo alguns funcionários municipais, alguns chefes de seções estão ameaçando de entregar as listas dos participantes da greve, caso estes não voltem ao trabalho. Alguns chefes que estariam solidários com os grevistas são pressionados para que abandonem os seus cargos.

MUITAS PRESSÕES

Outra medida adotada também em relação aos funcionários municipais é a de transferência do local do trabalho. Isto geralmente é no sentido de colocar o trabalhador o mais afastado possível do local em que ele mora. Uma outra técnica também empregada — esta com menos freqüência — são as férias compulsórias. Um inquérito já foi aberto contra um motorista da área municipal, acusado de usar um carro oficial para a realização de um piquete.

Segundo funcionários municipais, as maiores ameaças são feitas pelo secretário das Administrações Regionais, Celso Hahne. Ele chegou inclusive, ao responder aos apelos de uma funcionária que protestava contra baixos salários que ela deveria prostituir-se. Outro que vem apresentando uma violência inusitada é Vitor David, administrador da Regional Sé, que já agrediu um lixeiro e frequentemente chama a polícia para reprimir os grevistas, além de se utilizar frequentemente de seus guarda-costas para reprimir os trabalhadores. (C.V.).

ENTREVISTA

Anistia para os militares punidos

Enquanto o regime autoritário continua punindo, inclusive a militares, como agora no caso do general Hugo Abreu, os militares da oposição acham que é hora de lutar por uma anistia ampla, inclusive reintegrando nas FFAA aqueles que foram vítimas do arbítrio político destes 15 anos. É a opinião do general Nelson Werneck Sodré, reformado e cassado pela ditadura, e um dos mais notáveis historiadores brasileiros, em entrevista ao EM TEMPO.

— Como se coloca o problema da anistia do ponto de vista dos militares. Que tipo de anistia seria aceita? Esta é uma reivindicação que encontra alguma ressonância nas Forças Armadas?

Bom, eu não tenho condições para dizer o que pensam as Forças Armadas, porque não estou informado do que ocorre no seio delas. Como afastado da atividade e como eles se resguardam muito, não tenho condições para informar. Tenho condições para dizer alguma coisa do que suponho que se passa, à base de informações que são tornadas públicas pelos órgãos de comunicação. Eu suponho que as FFAA aceitam uma anistia na medida daquela que o governo vem proclamando ser sua intenção baixar, isto é, uma anistia com restrições, com discriminações, de modo nenhum uma anistia ampla, geral e irrestrita como as forças democráticas pleiteiam. Acho que as Forças Armadas são receptivas à anistia, elas estão receptivas para um processo de pacificação da família brasileira, mas não estão, ainda, receptivas, nesta altura, pela longa vigência do regime cuja responsabilidades sobre elas recairam, não estão em situação de aceitar ainda uma anistia ampla, geral e irre[illegible] Isto é um processo que está avançando e possivelmente amanhã esta situação mudará.

— Que tipo de alteração a anistia poderia provocar na hierarquia do Exército?

— Uma anistia deste tipo, com reintegração, seria permitida pela própria hierarquia atual?

Não sendo ampla, isto é, admitindo limitações, restrições, ela não afeta em nada a situação das FFAA, não altera em nada a postura das FFAA diante da situação política. Sendo ampla, geral e irrestrita, a parte que afetaria seria mínima. O que vai afetar a posição das FFAA diante do quadro geral brasileiro e não apenas do problema da anistia é o próprio processo histórico que está avançando e está mostrando que as FFAA são uma das grandes vítimas do regime.

A ANISTIA E A HIERARQUIA

Comenta-se que uma anistia ampla provocaria grandes alterações na hierarquia, quer dizer... teria caras saíram como capitães e que voltariam em cargos superiores... e isto quebraria o monolitismo que os setores chamados duros conseguiram fazer na distribuição de cargos.

A readmissão de elementos que foram marginalizados após 64 e aí eu posso opinar só em relação ao Exército, não traz nenhuma subversão da hierarquia, não traz nenhum problema hierárquico. O monolitismo não existe mais, já foi rompido. As FFAA já estão hoje com opiniões muito diferentes, conforme os grupos. Evidentemente, há grupos que desejam a chamada redemocratização, outros que querem a liberdade plena e outros que não querem nenhuma.

— Como interpreta as recentes declarações de alguns parlamentares, e mesmo oficiais, que prevêem um endurecimento do regime para fazer frente à atual situação?

— Eu acho que este processo chamado de redemocratização é um processo longo, tortuoso, tormentoso, admitindo avanços e recuos, altos e baixos. Nós iremos por aí, aos trancos e barrancos. Evidentemente, aqueles que se comprometeram profundamente com a repressão, no caso das FFAA, eles estão interessados em que este processo não avance. Mas é um jogo, está sendo jogado e a correlação de forças muda a todo o momento. A situação hoje já permite um recuo para um regime como o vigente no Governo Médici, por exemplo. Mas evidentemente, tudo pode acontecer, por períodos curtos. Quem tem o poder e a força pode ter a iniciativa de muitas modificações. O que a meu ver não pode, é manter estas modificações, enquanto regime.

— Uma proposta de endurecimento teria condições de contar com o apoio das FFAA, tal como em 68?

— Eu suponho que não haja hoje condições das FFAA proporcionarem um recuo semelhante àquele de 68 quando foi baixado o AI-5. A situação internacional e a situação interna não permitem, a meu ver, que haja um recuo tão brutal, uma supressão total da liberdade como aquela que ficou marcada em dezembro de 68. É uma suposição minha, pode ser que esteja infundada, mas ela deriva da análise do quadro que o Brasil apresenta no momento e da disposição das forças neste quadro.

A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

— Você estaria portanto apostando numa transição à democracia?

— Não deve haver nenhuma ilusão de que o processo político brasileiro é difícil. Não há nada mais difícil do que passar de um regime de ditadura para um regime de liberdade. É uma transição muito complexa e demanda, portanto, muita habilidade política, muita segurança nas decisões e particularmente a mobilização de todas as forças. Eu não aceito anistias restritas. Eu não aceito que pessoas julgadas como criminosos políticos não sejam passíveis de aceitar uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Isto é, aquele que foi processado e condenado como réu político, a ele não pode ser negada uma anistia, que é uma medida política. Considero a anistia medida da redemocratização. Mas essa própria anistia se insere num quadro geral de desenvolvimento deste processo de redemocratização, que é um processo complexo. A meu ver, admitirá avanços e recuos e portanto exige de todos nós, interessados na redemocratização, unir todas as nossas forças para a luta comum, para extinguir este regime que é uma mancha negra na história brasileira.

A ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA 72 HORAS ANTES DE SER PRESO.

HUGO ABREU

O General dissidente

O homem que ousou devassar os domínios de Figueiredo, Golbery e Cia agora está preso, por 20 dias, por ordem do Ministro do Exército. Chefe do Gabinete Militar do ex-presidente Geisel ele documentou num best-seller o arbítrio, a corrupção e os desmandos que reinam no outro lado do poder.

No momento em que era acusado de ser indiscreto, de desprestigiar as Forças Armadas, de ofender seus superiores hierárquicos, e de contribuir para diseminar a discórdia entre os militares, o general Hugo Abreu sem saber da punição dava entrevista ao nosso repórter

Por Flamínio Fantini.

Solícito, vestindo uma camiseta branca, calça azulão e meia cor de vinho, num traje muito caseiro e à vontade, o general ajudou o repórter a encontrar atrás de um sofá a melhor tomada para ligar o gravador, na aconchegante sala de seu apartamento nas proximidades da praia de Copacabana, Rio.

Hugo Abreu ia conceder uma longa entrevista sobre temas da conjuntura e nem lhe passava pela cabeça que naquele momento o sistema já decidira aplicar-lhe uma nova punição: mais vinte dias de cadeia, por ter escrito o livro «O Outro Lado do Poder», no qual ele descreve em detalhes consistentes a ação do que batizou como «a oligarquia dominante», isto é, o grupo do general Golbery de Couto e Silva que apossou-se do Palácio do Planalto.

O ex-chefe do Gabinete Militar do general Geisel, ex-presidente do Conselho de Segurança Nacional, ex-combatente na II Guerra Mundial, o participante ativo da repressão às guerrilhas urbana e rural brasileiras, estava tranqüilo, embora muito cauteloso nas suas declarações, evitando as perguntas que falassem em «forças armadas», «crise militar», ou em assuntos como o recente documento do CIEx acerca da imprensa nanica. A preocupação era sobretudo com o recente decreto que proibia a manifestação de oficiais na reserva, considerado uma peça cozida para seu figurino.

A entrevista havia sido marcada semanas antes, mas a primeira vez teve que ser adiada: o decreto apareceu exatamente um dia antes. Uma vez que Hugo Abreu resolveu não vestir a carapuça e não considerar que a norma lhe dizia respeito, ele concordou novamente em receber o Em Tempo *para essa conversa de quase duas horas. Ao final ele insitiu em deixar claro, já que se tratava de uma entrevista para «um jornal de esquerda», sua posição do defensor livre inciativa, embora considerasse a estatização necessária em alguns setores de serviços públicos. A seguir, a entrevista com o general dissidente, que, aliás, faz questão de dizer que não aceita este rótulo:*

— General, ao que consta, o sr. agiu no episódio Silvio Frota como neutralizador de possíveis reações armadas militares, numa demonstração de lealdade ao ex-presidente Geisel. Hoje, passada esta fase e assentada a poeira daquela crise, há algum arrependimento da sua parte no comportamento que adotou?

— Não, não teria. Eu não poderia agir de outra maneira. Foi muito pensado. A hipótese do grupo dominante, que já tinha posto as mangas de fora, agir de maneira desleal — não comigo, mas com o Brasil e com todo mundo — já era esperada. Mas eu tinha que raciocinar o seguinte: a situação era difícil, caso o presidente naquela ocasião demitisse o Frota e eu não desse o apoio a ele, o governo não tinha como se agüentar, e eu não via também razão naquele momento, por causa de uma possiblidade de haver uma certa deslealdade no assunto, eu ajudasse a por fogo no país. Então eu agi conscientemente e acho que até hoje não vejo outra saída, a não ser naquele momento ficar do lado do presidente. Além do que, o presidente demonstrou uma conduta muito tranqüila e me demostrou uma conduta muito leal naquele momento — não me deu a atenção de estar pensando um golpe, uma deslealdade. De maneira que eu até hoje penso que ele teve que agir sob pressão do **grupo**. Ele mesmo reagiu uma vez quando lhe disse que estava trabalhando sob pressão desse **grupo**, ele disse que não. Esse grupo o envolvia, era uma porção de entedimentos, — o presidente tomava conhecimento de uma verdade, a verdade que esse grupo queria que ele soubesse.

— A propósito deste envolvimento, como repercutiu junto ao presidente Geisel a denúncia de manipulação nas sinopses preparadas pela Agência Nacional?

— Eu não estava mais no governo e não tenho a menor idéia. O presidente tem um certo espírito autoritário. Isso dá a ele pouca capacidade de reconhecer os erros. Ele não quis reconhecer comigo que ele seria neutralizado, que ele estava sendo mal informado e estava sabendo pouco das coisas. Eu não acredito que mesmo depois da sinopse tenha reconhecido isso.

— O general Golbery tem sido apresentado na história brasileira recente como o principal formulador da abertura política, também conhecida como «distensão, lenta, gradual e segura». No seu livro «O outro lado do poder», não há nenhuma referência a isso, nem concordante, nem discordante. Qual o motivo?

— Por que eu não concordo que ele tenha tido esse papel. Eu nunca o vi fazer influência negativa sobre a abertura. Mas dentro do que eu sei, o Geisel é que realmente queria essa abertura. O que atrapalhava o presidente Geisel era o autoritarismo, seu espírito autoritário que o impedia de discutir, de dialogar. E também a presença deste **grupo**, cuja intenção não era fazer a abertura, era trabalhar em benefício do seu próprio interesse. Essas duas coisas atrapalharam muito o presidente. Ele, pelo menos na conversa que teve comigo, sempre demonstrou muita vontade, muito interesse em fazer realmente a abertura. Ele não conseguiu fazer melhor diante dessas duas coisas: o espírito dele que impedia o diálogo com outras pessoas e a presença, ou melhor, o espírito dele que impedia o diálogo com outras pessoas, e a presença, ou melhor, a onipresença do **grupo**, tapando ou impedindo melhores relações do presidente com o público.

— Se eu entendi bem, essa fama que o Golbery tem de ser o artesão da distensão, não passa de mistificação?

— Tem razão, eu não respondi direto à sua questão, desviei um pouco. A idéia é essa: o Golbery e pelo menos o conjunto daquele pessoal que trabalhavam em torno dele, eu nunca os vi trabalharem em torno de alguma idéia que fosse diferente dos seus próprios interesses. É como dizia o Maquiavel: o interesse do príncipe é sobreviver e dominar; então ele domina e mantém o poder. Se a abertura ajudasse isso, muito bem, se não ajudasse, não estava de acordo com ela.

— Muitos sociólogos e cientistas políticos têm analisado a natureza da crise militar de maneira diferente da que o sr. vem expondo no seu livro — não se trata apenas de um grupo palaciano que quer se manter no poder a todo custo para manter seus privilégios. Tratar-se-ia na verdade de uma divergência sobre como responder ao crescimento do movimento popular de oposição ao regime autoritário e antidemocrático. Ou seja: o setor de Golbery buscaria formas de manobrar a oposição atraindo setores mais moderados e isolando setores politicamente tidos como mais radicais, e desta maneira controlando o movimento popular. Já o setor da linha dura do exército teria tática diversa, buscando resposta na repressão violenta pura e simples. Como o sr. encara esta tese? — Espera um bocadinho... Deu para entender?

— Deu para entender. Apenas você está perguntando sobre um assunto que eu prefiro não falar sobre ele, que você chamou de **crise militar**. *Aí, seria um assunto mais vasto e eu prefiro não entrar nele. Seria um problema de analisar o comportamento talvez da área militar no governo. Eu não tenho autorização para falar nesse assunto, porque a lei me nega o direito de falar em assunto de natureza militar, tá certo? Eu queria só prestar um esclarecimento: no meu livro, eu analiso um problema conjuntural, do momento. Eu não estou analisando o problema permanente do Brasil, ou mais permanente. Eu analiso ali apenas a luta daquele grupo para a manutenção do poder. É um episódio da história, talvez você esteja extrapolando para um período maior. Não sei se assim eu responderia. Eu defendo aquilo o que eu digo ali apenas para aquele momento e o momento que nós estamos vivendo. É uma parte do episódio geral do Brasil — há um* **grupo** *lutando para se manter no poder. Agora, o quadro é maior...*

— Tentando aplicar a tese anterior: o embate que levou à demissão do ministro Silvio Frota seria mais um capítulo do confronto entre militares a favor da distensão e militares da linha dura. Isso teria um fundo de verdade?

— Não, não tem. O problema que levou à demissão do Frota foi exatamente a luta do **grupo** *pela manutenção do poder. Não havia contra, não se alegava e nem o grupo alegava contra o Frota qualquer aspecto doutrinário. O que havia era o seguinte: era o medo de que o Frota continuando como Ministro era um obstáculo para que o* **grupo** *permanecesse no poder. A luta do* **grupo** *contra o Frota era muito mais limitada — não tinha grandes filosofias, era muito mais restrita, muito mais baixa. O nível em que se travou esta luta era muito mais baixo. Não era um capítulo da luta entre* **abertura** *versus* **fechamento**, *nem* **linha dura** *contra* **linha democrática**. *Era epans o* **grupo** *procurando destruir um obstáculo à sua permanência no poder. Quanto a isso não tenho dúvida.*

— O Tribunal Bertrand Russel que julgou acusações de violação dos Direitos Humanos no Brasil, reunido na Europa em 1975, acolheu um estudo de um antropólogo italiano no qual o general Golbery aparece literalmente acusado de ser «o teórico de uma internacional da tortura», isto é, de um organismo que cordenaria o intercâmbio entre vários países da América Latina, na repressão política. O que o senhor pensa desta acusação? Teria procedência?

— Bom, eu não posso dizer que seja improcedente, mas eu não tenho nenhum indício que confirme isso, certo? Porque de fato eu nunca vi o Golbery envolvido em problemas de tortura. Eu não tenho esses elementos. Mas, agora, também não tenho elementos para dizer que não. Apenas não tenho menor base, o menor indício que confirme isso.

— Neste estudo é apontado como uma das peças principais o livro dele «Geopolítica do Brasil». O sr. acha que isso daria subsídios para uma possível internacional da tortura?

— Acho que não. Considero mesmo que aquele livro, «Geopolítica do Brasil», na minha opinião, já está superado, foi escrito numa outra conjuntura, numa outra época. Hoje, o próprio autor talvez não dissesse a mesma coisa, francamente eu imagino isso. O livro está em parte superado.

— Voltando um pouco atrás no que já conversamos, em *vários momentos o* **sr. traça em seu livro paralelos entre a ação do grupo palaciano de Golbery e as táticas do nazismo, principalmente no que diz respeito à manipulação da opinião pública. Isso seria contraditório portanto com qualquer perspectiva de abertura política no seu entender, não?**

— É. A tese que defendo é que esse **grupo**, *que é muito influente no governo, e mais ainda no governo atual, não quer abertura política. Esse* **grupo** *quer apenas uma abertura fictícia que dê a ele a possibilidade de permanecer no poder. A comparação que eu faço muito com o nazismo deve-se ao fato de eu ter participado da segunda guerra mundial e ter ficado marcado contra o nazismo. Pra mim o máximo de violência que existiu no mundo foi o nazismo. Então quando eu quero caracterizar alguma coisa como violência, como embuste, eu falo em nazismo.*

— Como funciona o esquema de controle da imprensa pelo grupo palaciano?

— Esse sistema de controle é recente. Há uma coisa muito interessante que foi organizado aí um Ministério de Imprensa e Propaganda dentro dos moldes nazistas, por que , onde eu sei que existe um Ministério na forma da nossa Secretaria de Comunicação Social, que é um Ministério, eu só lembro, com essa forma, com essa orientação, no sistema nazista de propaganda. O que o governo, na minha idéia e outro que eu sei, é com esse ministério manipular a imprensa. De que maneira? Dando notícias e impedindo que a imprensa publique outras notícias. Agora, o sistema normalmente usado não é normalmente a violência. O método nazista é o mesmo, os processos é que são diferentes. E o processo de intimidação, de suborno, uso do poder econômico (para não usar a palavra suborno, que é uma coisa mais complicada). Dessa maneira se pede que a imprensa não publique notícias que não interessem à máquina estatal. Por outro lado, ele fornece notícias que ele força também a publicação. Bom, isso realmente é um processo nazista. O exemplo disto nós estamos vendo. Eu não quero dizer aqui os nomes dos jornais, mas vocês sabem melhor que eu que uma série de grandes jornais que estão amordaçados.

— Esse controle dos jornais se daria através do controle das verbas de publicidade? Ou que tipo de compromissos?

— Todos tipos. A imprensa hoje é uma empresa, principalmente a grande imprensa. Por exemplo, há o grupo do **Jornal do Brasil**, *da* **Folha de São Paulo**, *eles têm uma série de empresas subsidiárias até. O Jornal do Brasil, por exemplo, tem uma dezenas de outras empresas correlatas ligadas, então o grupo precisa de crédito, de ter trânsito fácil na área oficial, porque tem que negociar com o governo. Nosso governo controla muito os meios de pagamento, o meio circulante, o dinheiro. Então um grupo financiero que esteja contra o governo e que o governo esteja fazendo pressão contra ele, ele fica com dificuldade de resistir. E a forma que é feita é a da pressão econômica: corta crédito, corta a verba publicitária, embora não precise ser necessariamente a verba publicitária. Talvez, o corte de crédito seja um processo mais eficiente.*

"A DITADURA NÃO DURA"

Agora, ele está falando sobre a queda do salazarismo em Portugal.

— «Tão logo o sr. pediu afastamento do cargo de chefe do Gabinete Militar, o sr. se colocou uma luta, talvez até uma espécie de cruzada mesmo, para livrar a nação do grupo palaciano em questão. Isso e o desdobramento que teve não foram uma definição apenas do sr., individual. Contava com apoio de amigos e pessoas que se identificavam no mesmo objetivo. Essa perspectiva de levar à frente a denúncia continua se desenvolvendo?

— Continua, e neste livro continuo falando que o Brasil precisa retomar o domínio de si mesmo. Nesse assunto, eu estou agindo como político e não misturando o assunto militar. Isso é uma cruzada política, não é uma cruzada militar. Eu disse naquela ocasião que talvez a candidatura Euler fosse a última solução. Já que nós não conseguimos com essa, nós continuamos e vamos procurar outras possibilidades, pois achamos que a nação precisa retomar o domínio de si mesma. Quer dizer, esse grupo se apossou da máquina estatal e a máquina estatal está separada da nação. E esse divórcio entre Estado e nação é que tem que acabar. Isso talvez seja teórico (risos)...

— O sr. poderia falar alguma coisa sobre trabalhos futuros dessa «cruzada», algum outro desdobramento?

— Eu continuo conversando com os amigos, sempre alertando para os perigos, para os problemas que existem . Eu tenho contatos, tenho amigos em ambos os partidos políticos, com quem tenho conversado, alertado. Tenho amigos que são de classe empresarial, do meio militar, na área intelectual, amigos na área operária, em todo lugar. E com todos estes amigos, a minha doutrina, a minha pregação é neste sentido. Agora, você dizer que tenho um plano de ação objetivo, não não tenho. Não tenho, porque não tenho... (risos)...

— Então, tão logo o sr. pediu afastamento do cargo de chefe do Gabinete Militar, o sr. tomou a decisão de entrar nesta «cruzada». Poderia fazer um balanço deste quase um ano e meio de atuação política?

— Seria vaidade minha dizer que eu tive qualquer influência maior. Mas acho que essa luta com todo esse pessoal que entrou na campanha do general Euler ela ajudou muito a abertura. Olha aqui o que se falava em abertura em 77, por exemplo, não é o que se fala hoje. Nós avançamos muito. O Brasil tem progredido no sentido democrático. Eu ajudei a comer o tijolo nessa campanha democrática. E todos nós estivemos do lado do general Euler. E temos que considerar que a situação é muito diferente que a do Brasil de dois anos atrás.

— Qual é o sentimento no meio militar com respeito a essa cruzada? É um fenômeno que atinge somente oficiais ou chega a polarizar também sargentos, cabos e soldados? Faço esta pergunta por desconhecimento do nível de politização dos indivíduos das Forças Armadas.

— Estou procurando dizer pouco sobre esse problema de forças armadas, porque eu não possso mesmo entrar muito em detalhes e discutir problemas de forças armadas. Agora, o que não há dúvida nenhuma é que o nosso Exército, nossa Marinha e nossa Aeronáutica elas são povo. Não existe aqui uma elite, uma casta. E se elas são povo, elas pensam como o povo.

Realmente ninguém passa por um exame doutrinário, nem de procedência de pureza racial para poder entrar na força armada; tem apenas que fazer concurso, e a seleção não é social ou política. Ela apenas faz uma seleção intelectual, às vezes as escolas fazem também um exame psicotécnico, mas só neste sentido — não é um tipo de eliminar politicamente ninguém. Então o que existe nas forças armadas é exatamente o povo. Isso eu estou falando ao nivel de oficial, na parte de sargento e soldado, a mesma coisa — o exército representa a sociedade brasileira, tem os mesmos defeitos e as mesmas qualidades desta sociedade.

Então, nitidamente, tem que pensar como o povo. O Exército é povo também.

— Traduzindo: a repercussão que essa cruzada tem tido é positiva, se eu entendi?

— Não tenho objetivo de fazer uma cruzada dentro das forças armadas, mas dentro da sociedade brasileira como um todo, e a sociedade brasileira recebe como recebe qualquer parcela da sociedade, tá certo?

— O sr. podia fazer uma apreciação do movimento dos capitães em Portugal?

— Realmente, eu não acompanhei muito em detalhes o problema em Portugal. A única coisa que eu podia dizer é de caráter geral: a explosão em Portugal foi uma explosão contra uma ditadura muito fechada, contra uma situação que estava esmagando o país, pois o país estava quase sufocado com aquilo e explodiu naquele movimento. Agora, o detalhe do movimento como se processou, eu não conheço.

— Teve algum reflexo no Brasil?

— Não, acho que não, porque os problemas são muitos diferentes, os do Brasil e Portugal. O movimento de lá acho que não chegou a ter reflexos aqui. **— Em que medida se pode comparar o caso de Portugal com o do Brasil de agora?**

— Há gente que sonha sempre com uma ditadura, que é o pessoal da direita, né? Então aí está um exemplo: a ditadura acaba como acabou a ditadura em Portugal. Qualquer ditadura tem um fim, e a gente sempre espera que seja o mais breve possível. A ditadura não dura. E uma coisa momentânea , e acaba.

— Então quer dizer que o sr. acredita que a gente ainda vai chegar no nosso 25 de abril?

— Não, acho que nós não precisamos do 25 de abril porque nós estamos caminhando serenamente para lá, certo? O 25 de abril é um movimento contra uma ditadura, que nós felizmente não temos. O povo tem conseguido fazer impôr suas vontades mais serenamente. Sem necessidade de explosão. E espero que nunca necessite esta explosão.

Hugo Abreu vê os movimentos sociais.

Figueiredo está desorientado

— Qual a avaliação que o sr. faz destes primeiros 45 dias do governo Figueiredo?

— Acho que não dá para fazer avaliação ainda. Tem 45 já, é? Acho que tá começando, ainda nem se estruturou. Praticamente nem existe uma orientação de governo. Não vejo orientação nenhuma.

— O sr. acha isso natural?

— Eu não acho natural. É a realidade. Acho que já poderia ter essa orientação há muito tempo.

— Parece que o principal problema que Figueiredo e as autoridades vêm enfrentando é a generalização de movimentos grevistas nos grandes centros do país — professores, metalúrgicos, motoristas de ônibus. Como o sr. tem avaliado o comportamento do Governo nestes casos?

—Não estou acompanhando o Governo por dentro. Mas do lado de fora, eu sinto é uma falta de orientação. Parece que o Governo está querendo se livrar do problema. Então não há uma orientação segura nos problemas. Em certos casos parece que o Governo entregou e depois talvez tenha se impressionado ou apavorado com outros problemas! Em certos problemas ele cede, em outros ele não cede, então não há uma orientação. Eu sinto uma falta de orientação, inclusive nisso. Eu vi uma advertência do líder do Governo ao MDB, de que é o MDB que estaria açulando. Isso é nitidamente uma fantasia. Quem está do lado de fora sabe como anda o custo de vida e a inflação, as dificuldade de vida que a população enfrenta. Todo mundo quer pelo menos sobreviver, e para sobreviver é preciso de melhores salários.

— Qual a opinião que o sr. tem sobre estes movimentos grevistas? A greve como método principal de barganha salarial é legítima?

— É legítima e o nosso sistema reconhece isso; a própria constituição nossa atual mesmo reconhece; e todo o sistema brasileiro, a história democrática brasileira, a nossa evolução histórica, sempre reconheceu na greve uma forma de reivindicação do proletariado. Isso é normal. Inclusive a própria constituição hoje — que se pode fazer algumas restrições a ela — mas nesse ponto ela prevalece.

— Mas a legislação principalmente pós-64 tolheu bastante o exercício da greve, ao colocar uma série de requisitos, de instrumentos necessários para se deflagar uma greve que se torna praticamente impossível realizá-la, obedecendo a lei.

Os governos pós-64 encararam na prática a greve como algo negativo.

— Houve um período de excepcionalidade, que se prolongou. Mas na medida em que se retoma o controle democrático, isso tem que desaparecer. Há uma legislação que nada mais é que um exagero, quase que uma borra do princípio constitucional, que o direito de greve poderá ficar sujeito à regulamentação. Mas essa regulamentação não é acabar com o direito de greve.

As greves como vêm sendo feitas hoje, principalmente em São Bernardo que é o caso mais exemplar, estão enquadradas na visão do sr. como um processo normal de greve?

— Estão. Perfeitamente normal. E o resultado desta reivindicação O operário precisa sobreviver, para sobreviver ele precisa de melhores salários. Então ele está lutando pela sobrevivência e pelas melhores condições de vida. Agora, nitidamente, haveria uma negociação para ver até onde ele vai, mas não para impor a ele e acabar com isso com a violência; tem que acabar com uma negociação. Tem que ser dado o que for possível e talvez não ser dado o que não for possível. Agora o que for possivel deve ser dado. E o limite dessa possibilidade só pode ser estabelecido mediante a negociação.

— O sr. acha que os empresários tem sido suficientemente flexíveis no caso destas greves?

— O empresariado defende o seu papel, que é o lado oposto do operário. Ele quer maiores lucros. O empresário que não queira lucro, então ele fecha a fábrica e vai embora. Para obter melhores lucros ele tem que diminuir, ou pagar o menos possível ao seu operário. Estou dando talvez uma visão meio pessimista do assunto, mas para a partir dela chegarmos aonde deve ser. Estou dando quase que um direito ao patrão de ser contra o operário. (Não é bem direito, eu estou exagerando). Eu o coloco numa posição natural de negociar contra a greve. Então o patrão terá que negociar contra a greve. Esta é uma posição até certo ponto legítima. Nao podemos esquecer que eles também são tolhidos. O empresário não trabalha numa situação inteiramente livre— ele recebe um crédito favorecido que o governo só dá a ele em determinadas condições. Para que ele possa fazer jus às benesses do Governo, inclusive de vender o produto dentro de um determinado preço. Quando ele negocia os preços do produto dele, esse preço foi visto o custo do material, o custo da mão-de-obra, etc. e o lucro que ele vai ter. Para ele aumentar a mão-de-obra, isso naturalmente vai refletir no custo do produto, a não ser que se considerasse desde já que ele estava exagerando no lucro. Mas se ele não estiver exagerando no lucro o custo da mão-de-obra vai influenciar no preço do produto. Então, o patrão para negociar ele está bem dentro de um contexto. Além de defender os seus interesses o patrão está dentro de um contexto geral, ele vai negociar dentro de uma série de regras estabelecidas, inclusive pelo próprio Governo. Não sei se ficou claro.

— O sr. acha que hoje ainda em 79 se justifica a participação do governo como fiel dessa balança operários versus patrões?

— Bom, eu acho que justifica a **mediação**, não a **intervenção**. A base do nosso sistema é a livre iniciativa, mas ela é limitada: há intervenções do estado, legítimas em diversos casos. Inclusive nós temos a presença das multinacionais, que é um fenômeno até certo ponto recente e que tumultua todo este problema de relação do empresariado com operário, de empresariado como governo e a própria doutrina da livre iniciativa, porque realmente o governo, o estado ou a nação não podem aceitar que o empresariado nosso seja destruido por um poder alienigena, que é o poder das multinacionais. Então, se justifica a presença do governo nesse relacionamento, porque a livre iniciativa tem limites, inclusive em defesa do próprio interesse nacional.

— Nesse caso, como seria a fórmula de encaminhamento disso, através dos tradicionais dissídios coletivos, ou que forma assumiria a interferência do poder governamental na negociação entre patrões e empregados?

— Acho que existe o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho, este é o poder moderador da negociação, da máquina estatal. Eles entram naquele sentido de procurar harmonizar os interesse, particularmente quando se faz necessário. Quando a negociação pode ser direta seria o ideal.

— Como o sr. avalia a intervenção nos sindicatos do ABC? O governo agiu corretamente?

— Bom, eu preferia... eu não posso acusar o governo... eu preferia ... na minha opinião pessoal eu acho que não deveria ter havido a intervenção e acho até que foi um erro pois as negociações caminhavam para uma solução. Não acho que a intervenção veio ajudar a solução do problema, certo? Agora, o que estava dizendo anteriormente é que poderia haver eventualmente a vantagem da intervenção, não naquele caso particular. O poder de intervenção poderá ser necessário, mas deve ser usado apenas em casos excepcionais. Eu acho que esse poder de intervenção a própria lei deve limitar a casos quase que específicos. Normalmente, não. E no caso específico do ABC, não.

— O sr. poderia avaliar o desempenho das atuais lideranças sindicais. Qual sua opinião sobre o Lula, por exemplo?

— A impressão que eu tenho é boa. Ele parece e dá a impressão de um líder sindical autêntico, quer dizer, um líder que não é influenciado pelo governo, não é um pelego. E por outro lado também não é um instrumento seja da esquerda, seja da direita, seja dos partidos políticos. Dentro do conhecimento que eu tenho do assunto, parece que o Lula, como outros líderes sindicais que estão surgindo por aí em São Paulo, tem essas qualidades. É o que se quer do líder sindical: a independência, a autonomia.

— Isso o sr. aplicaria só para ele, ou valeria também para outras lideranças, como por exemplo, o Benedito Marcilio, de Santo André?

— Eu não conheço bem a liderança, o problema em detalhe em São Paulo, de maneiras que não posso dizer. O Lula que é mais conhecido então esse é um exemplo, que dentro das informações que tenho, é um líder sindical legítimo, que defende inclusive a autonomia sindical.

— Existe liberdade sindical no Brasil atualmente, general?

— Teoricamente, sim.

— E na prática?

— Na prática há o problema da intervenção que não há limite para ela. Ela é um pouco ilimitada, ou melhor os limites dela são um pouco largos. Isso prejudica muito a liberdade e autonomia sindical.

— A própria estrutura sindical vigente o sr. não acha que ela já tolhe por si mesma a independência de ação do movimento sindical?

— Não, acho que não, viu, Ela não tolhe. Ela tem restrições e dentro delas os operários têm podido se manifestar. E não se deve esquecer que o outro lado acha até o contrário — que o operário tá até agitando. O outro lado que é eu chamo e o pessoal da direita, que é contra toda essa manifestação sindical. Acho que nós estamos numa evolução. A legislação pode tolher um pouco, mas a não ser essa observação que fiz de que dá muita amplidão a essa possibilidade de intervenção eu não acho que ela atrapalhei tanto para a nossa conjuntura.

— Vamos tentar desdobrar mais este aspecto, vendo-o por um prisma histórico. Argumenta-se que a redemocratização de 1946 esqueceu os direitos políticos dos trabahadores, ao incorporar a CLT inspirada no corporativismo fascista de Mussolini e baixada por Getúlio em 1943. O sr. que viveu o período, como encarou essa questão na época? ou seja toda a solução jurídica e constitucional e política apresentada no processo de redemocratização de 46 incorporou os aspectos mais negativos do facismo italiano no que diz respeito a organização dos trabalhadores. Esse debate o sr. acompanhou na época?

— Vamos ver o seguinte: você está me fazendo muita pergunta sobre o assunto sindical como se eu fosse especialista no assunto.(risos). Eu acompanhei o assunto apenas como curioso. Dentro da minha posição e do meu conhecimento do assunto, que não é o de um especialista, ou de alguém que tenha vivido o assunto, e dentro desta restrição, não vejo muito essa condenação da legislação trabalhista. Que também há a tal coisa: uns condenam porque ela é restritiva, e há a direita que condena ela como sendo aberto demais, certo? E se existe uma condenação do outro lado, você tem que ver que ela tem aspectos bons. Aquele procedimento que é atacado por ambos os lados, geralmente é equilibrado. Não me parece que haja muita razão de dizer que a nossa Consolidação das Leis do Trabalho tenha laivos, tenha bases fascistas.

— Estou insistindo nisso porque a reivindicação de mudanças fundamentais na estrutura sindical é hoje bastante presente, particularmente no movimento sindical autêntico. Essa semana inclusive o governo abriu o debate oficial acerca das reformas na CLT. Embora o sr. mesmo se defina como não sendo especialista no tema, que mudanças o sr. defenderia nessa nova CLT, concretamente?

— Talvez seja difícil pra mim responder isso. A minha resposta não poderia ser precisa e eu não poderia ajudar muito nesse sentido. Eu acho o seguinte: A nossa legislação nesse ponto como todo ele, tem que ser aperfeiçoado. Agora não podia dizer por onde deveria atacar. Há direitos que se devem dar, que se devem melhorar ao trabalhador, não tem dúvida nenhuma. Aí há talvez a necessidade de uma progressividade, certo? Por que hoje há uma certa perplexidade com os movimentos sindicais que estão havendo no momento. Acho que nós precisamos ir com cautela para nós chegarmos onde queremos — há muita coisa que é preciso fazer, mas eu não teria condições de dizer por onde deveria atacar. Eu sou um leigo no assunto.

— Os governos que vieram depois de 64 são acusados de terem levado ao paroxismo o arrocho salarial. O que o sr. pensa dessa acusação?

— O próprio Governo reconhece pelo menos em parte esta verdade; tanto reconhece que ele admite até certo ponto fazer uma certa reposição salarial. Então houve de fato, não digo um arrocho, mas uma desvalorização do trabalho — isso, com a comparação dos números se vê que (em números relativos) o operário, ou uma certa classe de operário, ganha menos hoje, do que ganhava antigamente, ou, o salário mínimo hoje tem um valor aquisitivo menor que tinha há tempos atrás. E de fato a luta contra a inflação, a luta pelo desenvolvimento, tem se concentrado muito contra as classes menos favorecidas, elas têm pagado um tributo maior que as outras.

Iverson Freire Pereira

"A esquerda tem trabalhado positivavente pela abertura"

— Na sua atuação como chefe da brigada aeroterrestre de paraquedistas, e também do Conselho de Segurança Nacional, o sr. certamente adquiriu muito conhecimento sobre a esquerda brasileira. O sr. podia falar um pouco sobre isso. Qual a impressão que o sr. tem da esquerda brasileira?

— Olha, o termo **esquerda** é coisa muito vaga, não? Esquerda vai desde ocentro até a mais feroz ditadura de esquerda, como temos algumas lá no Oriente Médio. De fato a nossa esquerda abriga tudo. Uma esquerda equilibrada, uma esquerda democrática, uma esquerda junto do centro, ela é benéfica, inquestionavelmente muito benéfica para o país. O que se aproxima do centro, do equilíbrio é bom, certo? Se nós ficarmos em torno do centro, a direita procurando manter suas posições tradicionais, a esquerda procurando o que seria do povo, melhorar a sua situação, acho que essa luta seria benéfica para o País. E ela vai conduzir a uma situação de equilíbrio e a melhoria das condições de vida da população, que é o que todo mundo quer. Agora, a participação da esquerda, que é o que você queria saber, teve fases boas e fases más. Eu vou dizer por exemplo: o comunismo, até hoje se fala com muito má vontade nele nas Forças Armadas, por causa daquele ato de vandalismo que foi a Revolução de 35. Foi um ato de muito violento, muito de surpresa que chocou tremendamente a opinião militar, porque o goveno nunca tinha convivido com aquela forma de violência. O Exército guarda este trauma até hoje. Então a gente tem que desculpar — quando se fala em comunismo o Exercito se eriça todo, ele lembra de 35.

— Quais seriam as fases boas a que o sr. se referiu?

— A esquerda como equilíbrio lutou contra a ditadura de Getúlio, ela tem trabalhado pela abertura no momento, acho que são fases positivas. Quer dizer, ela tem lutado ao lado da opinião pública nacional Houve uma ocasião até que o esquerdismo no Brasil era confundido com o nacionalismo. E o nacionalismo, com ou sem aspas, é sempre bom.

— O sr. poderia analisar especificamente a chamada esquerda armada, responsável pela guerrilha urbana de 69 a 72, e agrupada em diversas organizações clandestinas na época?

— Olha aqui, eu tenho pouca condição de analisar isso. Eu nunca trabalhei em órgão de informção, que é quem justamente acompanhou estes movimentos todos e a organização deles Eu nunca fui de órgãos de informações. Eu só trabalhei em informações no Exército, antes da Revolução de 64. Um conhecimento melhor destas organizações eu não tenho. Sei que elas existiram, que foram quase que dissidências radicalizantes do Partido Comunista do Brasil, ou melhor, do Partido Comunista Brasileiro, que teve várias dissidência radicais — então surgiu a VAR-Palmares, o MR-B, o PC do B, todas elas ramificações do Partido Comunista e que pregavam justamente a luta armada. O Partido Comunista Brasileiro não pregava a luta armada. Mas isso me parece felizmente um passado para nós.

— Mas mesmo que o sr. não tenha trabalhado em órgãos de informação, o sr. participou na brigada aeroterrestre como combatente, e isso está exposto no seu livro, contra a guerrilha urbana e rural. Então o sr. deve ter uma avaliação, pois não iria entrar numa guerra desta sem saber com quem que está lutando?

— Ah, bom você diz avaliação para saber com quem estava lutando. Nos episódios em que nós entravamos, nós recebíamos informações dos órgãos de informação que nos orientavam à conduta. Pensei que você estivesse querendo saber mais o aspecto doutrinário destas organizações - isto não me interessava muito, pois de fato eu era combatente, nós estávamos na rua ou na zona rural, onde houvesse necessidade brigando, mas combatendo como tropa, e não como órgão de informação, de controle de busca de informação, de controle de prisioneiros, isso não. Nós quando fazíamos prisioneiros, encaminhávamos para o órgão e não tínhamos mais nada com eles. E me desculpe, eu não quero entrar em muito detalhe e outras informações sobre este assunto porque ele é considerado sigiloso pelo Exército e eu não posso ultrapassar certo limite, a não ser no momento em que eles liberem. Isso por lei, o assunto sendo sigiloso, eu não posso falar sobre ele. Com relação a uma pergunta anterior sua eu me lembrei de uma coisa: eu fui acusado particularmente com segundas intenções pelo **grupo dominante, quando eu saí de lá, eles** procuravam levar junto a opinião pública, a parlamentares, que eu era um homem de direita, tanto é que eu tinha combatido as organizações, que eu tinha combatido contra a guerrilha. Quem levou este combate à guerrilha, do qual eu teria participado, foi gente do próprio governo procurando me colocar em má situação, numa situação de homem **duro**, e até falando **torturador.** Eu queria dizer exatamente o seguinte: eu era um combatente e na hora do combate eu sempre combati. Agora eu nunca tive nada que ver com o problema de controle de prisioneiro; então, a violência contra prisioneiro nada teve que ver comigo. E aliás o pessoal sabe disso, os próprios que lutaram do outro lado sabem perfeitamente disso. Agora, na rua, no combate, eles sempre nos encontraram. Mas não foi só o combate contra a esquerda, eu também combati contra a direita, porque da mesma maneira que eu combati contra o nazismo em 44-45, eu combati também aqui neste momento contra uma ameaça que havia contra a estabilidade da nação. Eu não estava defendendo apenas naquela ocasião uma máquina estatal, estava convencido que estava defendendo os interesses nacionais, a tranquilidade nacional contra uma ação armada dos inimigos infiltrados internamente.

— Qual o entendimento que o sr. tem da aplicação da tortura no Brasil: foi um procedimento corriqueiro ou ocorreram apenas excessos ocasionais e eventuais?

— Eu não posso reconhecer que tenha havido tortura como uma forma de doutrina, um modo de atuação estabelecido pelo poder no momento. Essa acusação vem de tempos atrás. Isso me parece que era mais violência individual, de iniciativa individual. Eu vivi muito aqui no I Exército e o comandante era frontalmente contra qualquer violência contra qualquer prisioneiro. Não sei se você sabe disso, o general Frota tinha uma atuação até muito marcante e muito intensa neste problema, porque se sabia pelo menos da possibilidade de haver. E no tempo que o general Frota esteve no I Exército e eu aqui com ele, eu recebi diversas vezes recomendações dele nesse sentido: coibir qualquer forma de violência contra os presos. E então ela não existia. E creio que ela não existia no Exército como uma forma de orientação de governo, de orientação do Ministério, qualquer coisa assim. Sempre tive conhecimento da possibilidade de existir, mas como iniciativa do executante.

— Nesse caso o sr. não acha que ela foi muito mais avassaladora, como é o caso da Oban em São Paulo e outros organismos assim, do que a simples iniciativa de um individuo ou de um caso isolado?

— O problema da Oban em São Paulo, eu só conheço por ouvir dizer. Inclusive quando surgiu a Oban em São Paulo, eu nem estava no Brasil. Surgiu a partir de 68/69, época em que não estava aqui. Eu nunca servi em São Paulo e o que eu conheço do que aconteceu em São Paulo foi por ouvir dizer. A única coisa que estive já assisti, vi que aconteceu, foi quando estava no governo Geisel, e todas estas coisas já estavam em declínio muito grande. Pelo menos a notícia sobre isso era muito esporádica, e o governo nessa ocasião eu posso atestar que era absolutamente contrário, ele estava com todos os meios possíveis para combater a violência. Agora, essas outras formas que você fala eu posso atestar onde eu servi — no I Exército havia controle possível e quase que impossível para evitar qualquer forma de violência. A guerrilha é uma forma de combate violento, ele conduz naturalmente à violência. Então os choques da guerrilha urbana e rural são violentos, é uma violência natural, do tipo de que a reação corresponde a uma ação. Agora o que não era admissível era a violência contra preso, indefeso, creio que nunca houve, pelo menos com o conhecimento do comandante do I Exército.

— Se o sr. afirma que não haveria uma filosofia determinada de aplicação da tortura, não seria nesse caso melhor para o Exército enquanto conjunto, enquanto corporação nacional, averiguar as denúncias que se multiplicam crescentemente da ocorrência de torturas a presos políticos, do que o Exército no seu conjunto ter que pagar o pato pelo que o sr. chama «de ação apenas de executores, sem a existência de uma filosofia geral»?

— Eu percebi a sua pergunta e peço para não responder, porque se eu dissesse que sim ou que não, eu estava me levando num direção contra aquela doutrina que eu lhe falei: eu não posso fazer comentários sobre a instituição militar e sobre procedimentos dentro dela. Eu legalmente ficaria vulnerável fazendo este tipo de pronunciamento. Então eu peço para não responder essa pergunta. Agora, não sei se a anterior eu respondi bem; procurei te dizer que eu vivi numa área em que não havia isso. Depois quando eu estive no governo, posso garantir que o governo era absolutamente contra, o que foi feito no I Exército para evitar quando violência também foi feito no governo Geisel para evitar a violência.

«Legalizar o MR-8 ? Não. É uma organização armada»

— O sr admitiria alguma forma de transição dessas organizações que hoje estão na clandestinidade para a legalidade?

— A grande organização que está na clandestinidade é o Partido Comunista Brasileiro. Ele para voltar para a legalidade precisam revogar a lei que o considera ilegal, que é do tempo do governo Dutra. A transição para a legalidade seria a revogação dessa lei. Se seria boa solução, se seria má, não sei.

— A gente vê lendo o noticiário dos jornais a ocorrência de processos contra uma série de organizações que são acusadas de terem atuação na clandestinidade. Por exemplo, se nós abrirmos o Jornal do Brasil, Estado de São Paulo, vamos encontrar quase que semanalmente notícias de prisões de militantes do MEP, do MR-8, de uma série de outras organizações. O sr. acha uma solução aceitável que essas organizações viessem algum dia num futuro democrático terem uma existência legal, ser conhecida, legitimida?

— Não, viu. Porque vamos supor: O MR-8 — é um movimento armado. Quer dizer, num regime democrático não há razão para existência de um movimento armado contra a máquina estatal, contra o estado. Porque o estado é instrumento da nação. Então seria colocar uma máquina armada contra a nação. Eu acho que não, esses movimentos que foram armados acho que desaparecem normalmente. Eles existiram dentro de uma luta armada e me parece até, a impressão que eu tenho, é que eles estão desaparecendo, se muitos deles já não desapareceram.

— Quer dizer, se fizermos a ligação deste tema com a questão reordenação partidária, da possibilidde de existência de novos partidos, na sua concepção haveria restrições a alguns grupos, por exemplo, de natureza armada?

— Não, desde o momento em que o grupo abandone a arma, ele não tem mais... o que eu não posso aceitar é a ação armada. Ah, isso eu não posso. Nenhum governo legal, nenhuma democracia legítima aceita uma ação armada. Desde o momento em que ela é armada, ela passa a ser ilegal. Isso na Inglaterra, nos Estados Unidos, citando exemplo de governos indiscutivelmente democráticos.

— Deixa eu fazer a pergunta de uma forma afirmativa, positiva, que acho que fica mais fácil de entender o que estou querendo saber. Qual é a visão que o sr. tem hoje da liberdade de organização partidária? Que tipos de partidos numa democracia poderiam ser formados?

— Enquanto estiver em vigor a lei que tornou ilegal o Partido Comunista, ela faz algumas restrições sobre partidos que pregam a destruição do sistema institucional vigente. Eu não lembro bem os termos, mas a idéia geral é essa. Agora, você diz: isto é certo? Se nós conseguirmos uma situação de abertura democrática, de evolução democrática, não tenho dúvida nenhuma que todo mundo possa ser representado, certo?

— Ou seja, os comunistas poderiam organizar um partido?

— Inclusive. Agora, você vai dizer: então o sr. está pregando abrir Partido Comunista hoje? Não, acho que não. Isso é outro passo, outra fase. Acho que agora tem que deixar essa lei em vigor, mas essa lei, quando nós atingirmos a estabilidade democrática, num segundo passo, ela pode e no meu entender deve ser revogada. Mas se o sujeito disser que a organização é armada, ela não pode se constituir. A defesa armada da sociedade está entregue à polícia, às forças armadas, são os órgãos que podem estar armados. Não se pode aceitar um partido político que diz que vai se armar para lutar contra a ordem.

— O critério para o sr. aí no caso é muito menos a filosofia e a doutrina que estes partidos defendem, mas muito mais o método de luta?

— Ah, exato. Eu acho que dentro desta situação, quando nós atingirmos uma situação melhor, a propaganda de idéias não deve ter limitação. Em princípio, não. Mas a idéia da ação armada não poderá existir...

— Acaba de ser lançado um manifesto de formação do Partido dos Trabalhadores, que critica tanto o MDB, quanto o PTB, e defende uma saída independente, classista e socialista dos assalariados, sem a participação dos empresários, isto é, um partido sem patrões. É legítimo os trabalhadores defenderem a formação de um partido autônomo?

— Legítimo é, não tenho dúvida. Agora, nitidamente, no momento em que eles façam uma organização, ela passa a ser política. Eles não podem impedir a presença do político, porque a organização é política e terá que ter os seus líderes políticos.

— Numa hipótese de reordenação partidária imediata, para semana que vem, por exemplo, o que sairia no Brasil de acordo com seus cálculos e informações?

— No momento, sem nós termos uma definição democrática melhor, para começar a mexer no partido, tem que ter primeiro a democracia, para depois ter os novos partidos, senão você terá novamente os partidos de cima para baixo. São partidos sempre sujeitos à tutela governamental. Eu acho que não está no momento ainda de mexer em partidos. Primeiro, essa organização partidária se vier, ela virá naturalmente. Segundo, se o MDB ou se Arena quiserem continuar com partido, o que é que tem? Não tem direito de continuar no momento o que se pensa é destruir os dois partidos, pois a oposição está crescendo muito.

— No caso de uma reordenação partidária futura, onde o sr. ficaria?

— Eu não estou no momento filiado a nenhuma organização política. Se bem que eu me afino mais com o partido da oposição, certo? No momento está se pensando em reorganização partidária com o único objetivo de destruir a oposição, com a preocupação de que ela está crescendo demais.

Os trabalhadores e as eleições no reino dividido

Sra. Thatcher, uma governanta para a classe média inglesa.

Margareth Thatcher, o novo primeiro-ministro da Inglaterra, é uma senhora casada, 53 anos, mãe de 2 filhos, formada em Direito Tributário e Química. Sua maior virtude é o autocontrole e o maior defeito, a voz estridente. Realiza agora uma sugestão de seu pai quando era ainda criança: «você mesma deve decidir o que fazer e se necessário deve tornar-se líder». Ela promete restabelecer a moral e a ordem na casa, o que significa uma política especialmente dura para os trabalhadores.

Por Vera Martins

O resultado eleitoral que colocou a sra. Tatcher na direção do país que fez a primeira revolução industrial é a um só tempo ridículo e lamentável. É o produto de uma burguesia senil, de uma pequena burguesia baratinada com as exigências dos trabalhadores e de uma classe operária que, embora sempre tenha dado grandes provas de combatividade, nunca conseguiu criar instrumentos independentes para desenvolver sua política.

O Partido Trabalhista, embora seja um partido de composição social operária e contenha hoje uma ala esquerda interessante, retira sua força de sua junção com a burocracia sindical de consciência secularmente «trade-unionista», isto é, tem funcionado sempre como um colchão amortecedor do desenvolvimento do antagonismo de interesses entre a classe que representa e a classe a que serve.

Esse funcionamento foi particularmente aceitado no governo Callaghan e a derrota que ele sofre agora demonstra sua extrema fraqueza diante da vitalidade do movimento dos trabalhadores.

Não que os trabalhadores tenham deixado de votar nos trabalhistas. Votaram. Mas não conseguiram trazer para o partido o decisivo voto dos setores médios que hoje, mais do que nunca, anseiam por estabilidade. Em compensação, tais setores têm agora o que pediram: uma governanta, a sra. Megg Tatcher.

TIA MEGG: ALEGRIA DOS CONSERVADORES

Na verdade, todos os conservadores do mundo e em especial o rodesiano Ian Smith ficaram muito contentes com a expressiva vitória parlamentar dos conservadores ingleses, mas vão ter que engolir a primária sra. Tatcher. Sabem bem que ficarão muitas e muitas vezes constrangidos porque um primeiro ministro, por mais assessorado que seja, tem necessariamente que falar por si só em numerosas ocasiões.

A sra. Tatcher, por sua vez, também terá o que merece: embora derrotados, porque uma vitória da direita é sempre uma derrota, os trabalhadores não têm porque ficar constrangidos. Abrem certamente um novo ciclo de problemas sindicais e exigências salariais que a sra. Megg já disse como vai responder: reprimindo. Mas, se nem o experiente Callaghan conseguiu conter o espetacular movimento reivindicatório dos trabalhadores ingleses porque a tia Megg mesmo com uma folgada maioria parlamentar, conseguirá?

CALLAGHAN: A REALIDADE SEGUNDO SEU DESEJO

Em outubro do ano passado, quando Callaghan adiou as eleições gerais para maio deste ano, ele assumiu um risco calculado. Pensava então que os dirigentes sindicais uma vez mais conseguiriam conter os trabalhadores fazendo com que estes aceitassem sua política de limitação dos salários.

As três primeiras etapas de seu plano de austeridade haviam se realizado embora a última — que instituía um teto máximo de 5% para reajustes salariais — tivesse sido rejeitada pelo Congresso dos Sindicatos (Trade Union Congress — TUC). Mas naquele momento ele nem sequer suspeitava que isso provocaria uma verdadeira revolta entre os trabalhadores. E porque suspeitaria? Os acontecimentos pareciam se desenvolver conforme seus desejos. Os resultados de sua política haviam acalmado o Fundo Monetário Internacional (FMI) e isso, somado ao saldo positivo da balança de pagamentos, graças ao petróleo do Mar do Norte, dera uma certa estabilidade à libra em relação ao dólar.

Callaghan pensava então que a sua popularidade — que já tinha passado pelo seu ponto mais baixo — só poderia crescer graças a uma diminuição da inflação e a uma ligeira retomada da economia. Faltava apenas o teste das negociações salariais e ele estava bastante confiante, porque já se saíra bem numa importante crise reivindicatória na Escócia.

O FRACASSO DA POLÍTICA DE CONTENÇÃO SALARIAL

Menos de três meses após o adiamento das eleições, no entanto, Callaghan teria de enfrentar uma ofensiva de reivindicações salariais mais importante que aquela que levou à queda do Governo Heath em 1974. Tal ofensiva colocou de fato em perigo a estratégia de conjunto do governo trabalhista, assim como a de 74 fizera com a do governo conservador.

Havia é claro, uma diferença importante entre aquela conjuntura e a que Callaghan estava defrontando. Naquela época, existia uma alternativa política evidente: um governo trabalhista acenando com um projeto de austeridade a curto prazo e que permitiria uma nova expansão do capitalismo, com um retorno ao pleno emprego, a melhoria do nível de vida e a expansão dos serviços sociais.

A alternativa atual, de um governo conservador, é na verdade uma alternativa de desespero que não pode oferecer nenhuma garantia de funcionamento normal da economia inglesa. E não se pode esquecer que o governo trabalhista estava sendo bem sucedido até o momento em que os trabalhadores passaram a considerar que a política de austeridade não tinha mais razão de ser, já que a economia inglesa estava aparentemente estabilizada.

Mas o fracasso dessa política — manifesta no fracasso da política dos 5% — comprometeu seriamente a credibilidade da estratégia de Callaghan diante da burguesia e isto abriu possibilidades reais aos conservadores.

A partir daí, estes utilizaram todas as ocasiões para dramatizar a situação a fim de agitar os temas políticos centrais em torno dos quais eles tinham a possibilidade de ganhar as eleições, em especial o tema: **«Quem governa, o Parlamento ou os sindicatos?»**

OS PIQUETES DE GREVE ASSUSTARAM

Foi a greve nacional dos motoristas de caminhões em janeiro juntamente com a greve de todo o setor público que mais argumentos deu aos conservadores. Ela foi um sucesso absoluto devido especialmente à utilização dos piquetes de greve volantes.

Já nas primeiras semanas da greve, em numerosas cidades as decisões reais sobre o que seria transportado e sobre quem teria a permissão de liberar os produtos estavam inteiramente nas mãos dos piqueteiros.

Em Hull, para citar um entre muitos exemplos os caminhoneiros conseguiram o apoio dos portuários para impedir qualquer deslocamento de produtos que levavam à cidade. Assim, eles conseguiram efetivamente isolar a cidade, e só deixavam entrar os produtos que eles próprios consideravam essenciais. Um outro exemplo, no setor público, ajuda a compreender bem a fúria dos conservadores. Os trabalhadores dos hospitais durante a greve servir os pacientes dos quartos privados.

Os **tories** imediatamente começaram a denunciar o **«duplo poder»**, a **«anarquia»** e a **«violência»**, tanto no Parlamento como através de todos os meios de comunicação. Desencadearam uma campanha massiva pela decretação de leis de exceção, o envio de tropas para restabelecer a ordem, e a instituição do «estado de emergência».

Mas o objeto central da agitação conservadora era de fato a questão dos piquetes de greve. Uma nova palavra aparecia na política britânica para designar o fenômeno que eles designavam como «piquetes secundários», isto é, piquetes que assumem tarefas de administração, tornando-se na prática a direção efetiva da greve, ao contrário dos piquetes que simplesmente defendem os grevistas dos «fura-greves».

O que Callaghan havia prometido à burguesia era controlar os sindicatos, isto é, controlar as ações das bases pela intermediação dos dirigentes «moderados». O que ficava claro, naquele momento, era que o governo trabalhista não podia mais garantir esse controle.

A estratégia dos conservadores começou então a se delinear: utilizar as leis e os tribunais para quebrar a combatividade da base que a burocracia sindical tinha cada vez mais dificuldades para conter.

Tornar os contratos salariais executórios, sob a forma de lei e autorizar a abertura de inquéritos judiciais sobre os sindicatos «culpáveis» de ação de boicote à política de austeridade e combate à inflação. Simultaneamente, enquadrar os piquetes de greve como formas inaceitáveis de organização das greves, instituindo sanções especialmente duras para os responsáveis por eles.

Em resumo, os **tories** começaram a gestar uma versão à inglesa, da célebre lei **Taif-Hartley**, em vigor nos Estados Unidos e de onde o termo «piquetes secundários» é tirada.

Era evidente que Callaghan não podia naquele momento, sobre a pressão dos conservadores e da burguesia, instituir o estado de emergência, por que isso significaria perder as eleições por antecipação. Sua única saída, portanto, estava em renovar sua aliança com os dirigentes sindicais devendo isso significar concessões limitadas às bases.

SAÍDA TRABALHISTA: O CONTROLE DOS SINDICATOS

Uma tentativa moderada nesse sentido já estava contida no projeto que ele encaminhara à Câmara dos Comuns em plena greve do setor público a 18 de janeiro. Mas apesar de moderada ela gerou os maiores protestos por parte da CBI, a federação patronal britânica. Esta não podia aceitar especialmente a proposta de abolir a cláusula que restringe as ações contra o aumento dos preços quando se trata de empresas que num dado período vão atingir os lucros previstos. Isso era evidentemente puramente formal, pois as empresas têm todos os meios possíveis para demonstrar que não atingiram os lucros previstos. O que a federação na verdade temia era que esse tipo de proposta pudesse encorajar as bases a reivindicarem que se penalizassem os lucros e não os salários para a resolução da crise.

Ao mesmo tempo, Callaghan tentou utilizar a campanha dos **tories** para seus próprios fins pressionando os dirigentes sindicais de todos os modos possíveis. Uma ampla campanha de «salvação do governo trabalhista» foi orquestrada entre os trabalhadores pelos sindicalistas enquanto o próprio Callaghan ameaçava decretar o Estado de emergência. O ministro de trabalho, William Rodgers, num pronunciamento patético foi para a televisão propor aos trabalhadores um bloqueio total dos salários por seis meses «para dar a vocês tempo de refletir»! Todas as manobras tinham por objetivo criar a confusão nas bases a fim de reforçar a dominação dos dirigentes sindicais.

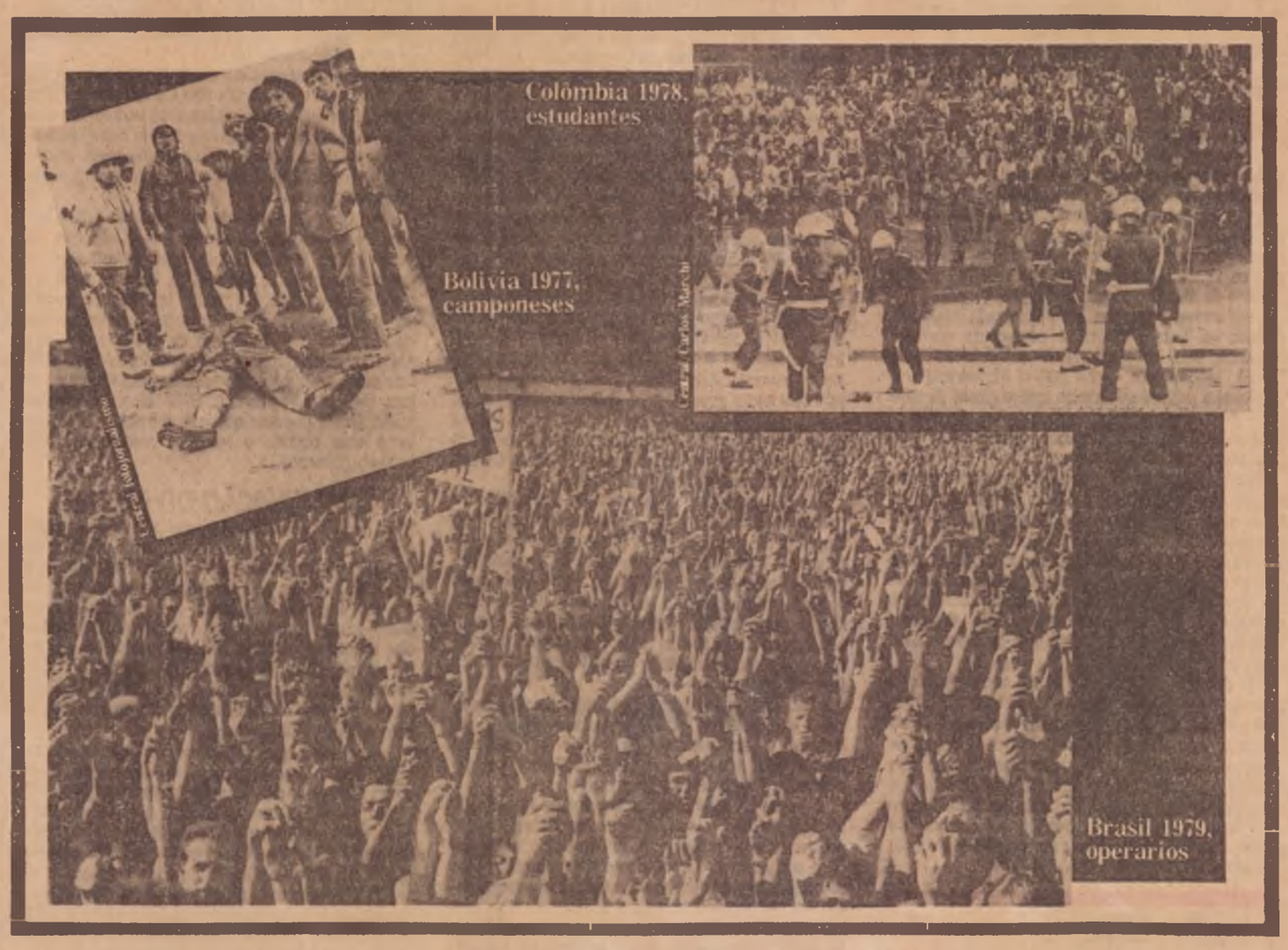
As mobilizações passaram deixando saldos como em vitórias setoriais importantes como a dos trabalhadores da Ford que conseguiram 17% de aumento, isto é, três vezes mais do que o limite da austeridade. Mas ficaram também muitos problemas não resolvidos que a sra. Tatcher terá de enfrentar.

Pode-se dizer que os trabalhistas ainda que desgastados, durante o período eleitoral recuperaram a confiança da burocracia sindical. Quanto aos trabalhadores em geral, com exceção de alguns currais eleitorais que os conservadores sempre mantiveram no norte do país, região mais atrasada, pode-se dizer que mantiveram-se fiéis à velha fórmula de Lenin: «nós sustentamos o Partido Trabalhista assim como uma corda sustenta um enforcado. Mas de qualquer forma, sustentamos».

AMÉRICA LATINA

Os desafios da conjuntura

Por M.A. Garcia



Qualquer generalização da realidade continental é sumamente perigosa tendo em vista as profundas desigualdades que marcam os processos políticos e sociais na América Latina. Desigualdades que advêm não só das notórias diferenças nas estruturas econômicas, sociais e políticas de cada um dos países, mas que decorrem também da diversidade de conjunturas.

A INSTABILIDADE NA AMÉRICA CENTRAL

Evitando cair em qualquer tipologia na análise das distintas conjunturas porque passam os países da América Latina, pode-se, no entanto, agrupar certas situações nacionais que guardam entre si algum grau de similitude.

A América Central, com exceção da democracia-burguesa da Costa Rica e do regime reformista-militar do Panamá aparece como uma zona extremamente instável. Tal instabilidade tem sua máxima expressão na conjuntura insurrecional prolongada da Nicarágua, mas afeta igualmente países submetidos a governos autoritários como os de El Salvador, Guatemala e Honduras.

A desestabilização desta zona coincide não somente com as transformações estruturais que começaram a manifestar-se nos últimos 15 anos nestas economias, até então exclusivamente agro-exportadoras, com todas as implicações sociais que isto acarreta, como também em consequência de algumas inflexões da política exterior norte-americana, mais reticente hoje no apoio às camarilhas instaladas no poder. A conjugação destas transformações estruturais e de elementos novos colocados pela conjuntura internacional pós mais em evidência a fragilidade do Estado nacional em tais economias.

OS REGIMES DEMOCRÁTICO-BURGUESES

Um segundo grupo de países, que configura o extremo oposto dos anteriores, reúne os regimes democrático-burgueses mais estáveis do continente, ainda que alguns deles se vejam afetados hoje por importantes movimentos de contestação política que ameaçam esta mesma estabilidade.

Aí temos países nos quais o jogo democrático-burguês é seguido quase que sem perturbações — como são os casos do México, Costa Rica e Venezuela — até outros nos quais começam a manifestar-se sinais de desestabilização mais importantes, como é o caso da Colômbia. Isto fica claro pelo fato de que o novo presidente colombiano, Julio Cesar Turbay, teve de recorrer, quase desde os primeiros dias de seu mandato, ao Estado de Sítio, menos para conter as manifestações de luta armada que há mais de trinta anos afetam o país, do que para intimidar o movimento popular cada vez mais mobilizado, como atesta a grande manifestação do dia primeiro de maio convocada unitariamente pelas quatro centrais sindicais do país.

O mais jovem membro deste grupo de países é o Equador que acaba de dar um passo importante em seu processo de institucionalização democrática com a eleição do populista Jaime Roldós para presidente da República. A via seguida pelo Equador no entanto é sumamente sugestiva: por uma parte os militares impuseram inúmeras limitações ao processo eleitoral; por outra, as forças armadas se reservam uma série de prerrogativas que lhes permitem uma rápida e eficiente intervenção no quadro político nacional a partir do momento em que este possa aparecer comprometido em sua estabilidade.

TRANSIÇÃO NO PERU E NA BOLÍVIA

Os acontecimentos do Equador estão seguramente sendo acompanhados de perto pelos militares peruanos e bolivianos que enfrentam hoje a complexa tarefa de transformação de seus regimes militares em governos institucionais, sem que, no entanto, seja comprometida não só a estabilidade política do país, como uma certa proeminência das forças armadas nesse processo. Estas estariam dispostas a «voltar aos quartéis» desde que munidas de «salvaguardas» capazes de garantir uma intervenção permanente na vida política nacional tornando supérfluos os clássicos e periódicos «pronunciamentos».

Os avatares da transição peruana e boliviana — dificultada pelos crescentes manifestações da classe operária destes dois países, como ilustram a greve nacional do 9, 10 e 11 de janeiro no Peru e o recente Congresso da Central Operária Boliviana (COB), são por sua vez um importante laboratório de experiências para países onde o poder é ainda exercido diretamente pelas Forças Armadas, como é o caso do Chile, Argentina, Uruguai e Brasil, para citar os casos mais típicos.

CONE SUL: REGIMES EM CRISE

Neste quarto grupo de países, os do cone sul do continente, encontramos uma maior homogeneidade social e política, ainda que as situações porque atravessam cada um dos regimes em questão não seja a mesma.

Esta homogeneidade decorre do fato de que os regimes militares aí implantados sucessivamente surgiram como respostas a uma profunda crise de dominação burguesa, que assumiu a forma particular de crise de representação política e que permitu às Forças Armdas gozar da proeminência necessária para conduzir o processo de transformações necessárias ao prosseguimento da acumulação capitalista.

Se num país como o Brasil, aonde em 1964 o movimento operário carecia de organizações sindicais e políticas consistentes, foi relativamente fácil lograr uma situação de estabilidade prolongada, na Argentina e no Chile, tendo em vista o peso da classe operária na radicalidade dos processos políticos naqueles dois países, os militares foram obrigados a recorrer a «um banho de sangue» sem obtér os mesmos resultados que seus colegas brasileiros, nem no plano econômico, nem no plano político.

Assim não deixa de ser curioso que os três países se encontrem hoje frente a situações que guardam entre si mais de um elemento comum, embora com diferente intensidade e seguindo periodizações distintas.

O Chile e a Argentina — pela ação do movimento de massas, ainda que o estágio da luta seja mais de resistência — não conseguiram nem resultados econômicos que lhes permitissem falar em «milagres», nem uma estabilidade política necessária para apaziguar as frações das burguesias em cujo nome os militares governam.

Seis anos após o golpe de Pinochet e três anos após a subida de Videla à direção do governo argentino, os dois generais não puderam levantar o Estado de Sítio, nem criar, ainda que na aparência (como no Brasil) um simulacro de instituição civil, capaz de aplacar as inquietações das frações menos beneficiadas com a política econômica ou as da própria «classe política».

Esta resistência da classe operária e de outros setores explorados cria uma situação paradoxal: por um lado ela abre uma brecha para a atuação da oposição burguesa (Democracia Cristã, no Chile; Radicais e outros, na Argentina) e pequeno-burguês (crescentes setores da Unidade Popular, no Chile, e correntes peronistas, na Argentina); por outro lado, ela condiciona a amplitude desta atuação.

As dificuldades dos projetos frentistas na Argentina e no Chile são assim em grande medida conseqüência de persistência dos trabalhadores no cenário político nacional e da impossibilidade de satisfazer estes setores enormemente golpeados durante este período, com vagas promessas de redemocratização, cujo perfil liberal é por vezes difícil de precisar.

Já no caso brasileiro, o aspecto dominante da crise do atual sistema de dominação se encontra no interior mesmo das classes dominantes. A crise do «milagre» e a conseqüente erosão do modelo político se aceleram, só não se precipitando pela inércia do sistema, combinada com a pusilanimidade das frações burguesas que criticam o regime, pusilanimidade que tende a aumentar na medida em que o movimento de massas aproveita ainda que embrionariamente as brechas abertas pelo desgaste do Governo.

E A CRISE DA ESQUERDA

As determinações distintas da crise de dominação que afeta Chile, Argentina e Brasil não podem esconder, no entanto, um aspecto relativo comum do processo político nestes três países — a crise de representação política do movimento de massas, em especial da classe operária, que contrasta com o nível crescente de suas mobilizações sociais.

No Chile, a crise da esquerda tradicional é notória e tem no episódio da expulsão de Carlos Altamirano do Partido Socialista um exemplo eloqüente. Os impasses da esquerda revolucionária podem ser medidos pelas dificuldades que enfrenta o MIR (Movimento de Isquerda Revolucionária) não só de ampliar sua audiência no movimento de massas como de capitalizar o grande descontentamento que existe nas bases da UP, ainda que sua capacidade de resistência seja muito significativa.

Na Argentina, a surpreendente resistência da classe operária e todo o processo de reorganização sindical não encontra correspondência política nem no minúsculo PC, que apoia Videla, nem na esquerda revolucionária, fisicamente aniquilada, menos ainda no movimento peronista, cada vez mais prisioneiro de suas contradições políticas e ideológicas.

No Brasil, o mínimo que se pode dizer é que o movimento social cresce em um ritmo muito mais acelerado do que o dos projetos que pretendem imprimir-lhe direção e sentido.

É pois esta defasagem entre os movimentos sociais e os projetos políticos, presente de distintas formas nestes e noutros países, que constitui o grande desafio para o pensamento e prática políticos latino-americanos.

A superação liberal da ordem ditatorial nestes países, a sua auto-transformação controlada ou a sua ruptura revolucionária dependem em grande medida da audácia teórica e política que as esquerdas tiverem, de sua capacidade de romper a herança reformista e populista sem que seja necessário refugiar-se na doutrina exumada nas páginas cinzentas da teoria, esquecendo-se da «verde árvore da vida».

XXXI CONGRESSO

UNE: agora o Congresso

Por Sérgio Alli

Zenio Bezerra Filho

A décima reunião da Comissão Pró União Nacional dos Estudantes realizada em São Paulo nos últimos dias 5 e 6 deverá ser, segundo o desejo dos estudantes, sua última reunião. A partir dos dias 29 e 30 deste mês a Comissão Pró-UNE, que reúne os Diretórios Universitários de todo o País, passará a ser a Comissão Pós-UNE, ou simplesmente o Conselho de Entidades da UNE, pois nesses dois dias os estudantes pretendem realizar em Salvador, na Bahia, a reconstrução da sua entidade Nacional, a UNE, objetivo maior da existência da Pró-UNE.

A abertura solene da reunião da Comissão Pró-UNE foi apenas um exemplo do apoio com que hoje contam os estudantes nesse seu objetivo. Estiveram presentes desde o Comitê Brasileiro pela Anistia até o Movimento Contra a Carestia, de Associações de Professores a parlamentares autênticos do MDB. Clóvis, da oposição metalúrgica paulista foi muito aplaudido quando disse que «nós operários apoiamos a UNE não só em palavra, mas sim lutando por comissões de fábrica e lutando também pela nossa entidade nacional, a Central Única dos Trabalhadores». A reconstrução da UNE teve também o apoio de vários de seus ex-presidentes, entre eles dois que não puderam comparecer, Aldo Arantes e Altino Dantas Júnior, pois são hoje presos políticos, cumprindo pena em São Paulo.

E os estudantes mostraram que estão mesmo dispostos a realizar o Congresso em Salvador, congresso que vai ser o XXXI da UNE, entidade construída em 1937 e com um largo passado de luta na história deste país, até ser destruída fisicamente pelo regime. Primeiro, com a dissolução de seu XXX Congresso, em Ibiúna, e, depois, com o «desaparecimento» de Honestino Guimarães, seu último presidente, em 1972.

Já na abertura solene os representantes de 30 entidades universitárias entre Diretórios Centrais de Estudantes, Diretórios Universitários e a União Estadual de Estudantes de São Paulo (única UEE reconstruída), começavam a enfrentar de cabeça erguida as primeiras dificuldades. O TUCA, Teatro da Universidade Católica (PUC) de São Paulo, o local anteriormente marcado para a reunião teve sua utilização proibida pela reitoria da universidade alegando as corriqueiras «ordens de Brasília». Mesmo assim os estudantes não se abateram e transferiram a reunião para uma sala mal ventilada onde fizeram as prolongadas discussões que tomaram todo o fim de semana.

O dia de sábado os estudantes dedicaram à uma análise da conjuntura política do País e da avaliação das condições e das tarefas já cumpridas no sentido de reconstrução da UNE. Várias lideranças ressaltaram que «nada garante que o nosso Congresso não vai ser reprimido, ninguém descarta essa hipótese. O crescimento do movimento social e o fato do regime ter que falar hoje em abertura, diminui o espaço que ele tem para tentar impedir a reconstrução da UNE na base da repressão indiscriminada. Nós temos que construir as condições que impeçam as possibilidades de repressão. Temos que levar a discussão da UNE da melhor maneira possível em todas as nossas escolas, temos que efetuar a tirada de delegados da forma mais representativa. Além disso temos que ampliar o apoio dos outros setores da sociedade, que hoje já começam a se manifestar a favor da reconstrução da UNE».

Um universitário da Bahia falou das tarefas já realizadas. «Nós colocamos urnas para arrecadação de fundos para o Congresso na maioria das lojas de Salvador, o Trabalho Conjunto, que reúne mais de 40 entidades profissionais e populares da capital já nos deu o seu apoio no sentido de conseguir verbas e alojamento para os delegados. No caso do governador não ceder um ginásio nós podemos realizar o Congresso no páteo da Faculdade de Engenharia, que tem espaço para mais de seis mil pessoas. Além disso o prefeito de Feira de Santana, que é uma cidade que fica a 100 quilômetros de Salvador, já falou que o estádio da cidade está à nossa disposição.

De São Paulo surgia a idéia de se fazer uma imensa caravana dos ônibus dos delegados, onde iriam também parlamentares e representantes de entidades. Uma liderança do Rio falou da possibilidade de se alugar um navio onde iriam os delegados cariocas. «Tem a vantagem da gente poder levar muitos colegas e ainda podemos ir discutindo durante a viagem». Enfim, uma unanimidade: todos querem ir a Salvador votar a UNE de pé.

As discussões do domingo foram dedicadas à decisão da forma de eleição dos delegados e sobre o regimento interno e a pauta do Congresso. A Comissão Pró-UNE reafirmou a decisão do IV Encontro Nacional dos Estudantes, que definia a eleição dos delegados através de assembléia nas escolas, congresso interno de delegados, de classe ou votação em urna nos delegados do Congresso.

A Comissão Pró-UNE decidiu a formação de uma Comissão de Organização do Congresso, com entidades das principais regiões do País. Além disso, estabeleceu os pontos de pauta do Congresso, que deverão ser objeto de discussão, durante o dia 29, de Grupos de Debates com o objetivo de apresentarem as propostas a serem votadas pela plenária final no dia seguinte. Essa plenária deverá ser presidida pela UEE de São Paulo. Nela, os delegados deverão votar a carta de princípios e os estatutos da UNE, a forma de eleição da diretoria o programa de lutas e o posicionamento da UNE acerca das questões da Universidade e da realidade brasileira.

É a partir desses pontos que os candidatos a delegados estarão apresentando teses em suas escolas, durante as próximas semanas, numa discussão que deverá envolver todos os estudantes do país. E os delegados eleitos vão reconstruir em Salvador a primeira entidade nacional que democraticamente representa os interesses de um setor da sociedade. E desta vez são os estudantes que vão dar uma aula de democracia para todos os que tiveram que medir seus passos pela régua curta da opressão ditatorial.

O presidente está entre estes três

Eles não admitem a candidatura, mas não a negam: deixam a questão para o Congresso, em Salvador. No entanto, todas as aferições feitas junto às lideranças e às correntes políticas do Movimento Estudantil apontam **Valdélio Silva, Marcelo Barbieri e Paulo «Massoca»** *como os líderes dentre os quais sairá o próximo presidente da União Nacional dos Estudantes. Eis aqui um rápido currículo político e as posições dos quatro mais cotados.*

Marcelo Barbieri «Abrir caminho para a CUT»

Marcelo Barbieri tem 22 anos e é o mais jovem possível candidato a um cargo de direção da UNE. Desde 1975 estuda Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Ainda era calouro quando foi eleito pela sua classe para o conselho de representantes de sua escola. Em 1976 foi eleito diretor do Centro Acadêmico de Administração de Empresas (CAAE-FGV). Em 1977 foi reeleito, desta vez como presidente do centro e, no ano passado, foi eleito para a primeira diretoria da reconstruída União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

Marcelo é apoiado principalmente por três outros diretores da UEE-SP e também pelo Centro Acadêmico da FGV. Ele conta ainda com o apoio de lideranças de vários estados, entre eles Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e também do Nordeste.

«Eu não me coloco como candidato, porque esta não é a questão fundamental para mim. Neste momento eu estou mais preocupado com as tarefas colocadas para que nós consigamos reconstruir a UniãoNacional dos Estudantes com a maior participação possível. O central hoje é levar em todas as escolas a discussão da importância que a UNE tem hoje para nós, estudantes. É isso que vai permitir que a nossa entidade nacional seja verdadeiramente democrática e representativa dos interesses universitários».

CAMINHO PARA A CUT

«A reconstrução da nossa entidade nacional, a UNE, que nós vamos levar até o fim no Congresso de Salvador é hoje fundamental para o aprofundamento das lutas que os estudantes levam em todo o país e também para as lutas que são de todas as classes populares, pelo fim da ditadura militar. Acho que a principal tarefa da UNE é combater a estrutura de ensino que a ditadura vem tentando nos impor, lutando contra o ensino pago, pelo ensino público e gratuito e voltado aos interesses das classes populares. Outra coisa fundamental é a abertura que ela representa para que outros setores populares, principalmente os trabalhadores, venham a se reorganizar nacionalmente, como por exemplo no caso da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Inclusive quando eu fui junto com outros companheiros da executiva da Comissão Pró-UNE falar com Eduardo Portela, Ministro da Educação, ele falou que o Governo não ia permitir a reconstrução da UNE, porque ela podia ser um exemplo para os outros setores. A UNE não vai ser apenas um exemplo. Ela vai estar combatendo lado a lado com as classes populares para que todos possam se organizar livre e nacionalmente».

«Os programas e as chapas que vão disputar a direção da UNE devem sair desse Congresso e a partir daí nós devemos desenvolver um amplo processo de discussão que culmine com a eleição da diretoria através de voto em urna, no próximo mês de agosto. A própria pauta do Congresso vai dar os elementos para que dele saiam os programas, pois a discussão será feita do modo mais amplo possível, com delegados eleitos democraticamente em todo o País. A eleição eu acho que deve ser através de votação direta e em urna porque nas condições atuais é essa a forma que garante a maior discussão e participação dos estudantes brasileiros em torno do programa que deverá dirigir a sua entidade. Além disso o fato de nós realizarmos eleições livres e diretas a nível nacional vai ser um exemplo para toda a população e este é um fato político de grande significado em termos de contribuir para um isolamento ainda maior da ditadura militar».

«O Congresso deve garantir também a estruturação da UNE de uma forma verdadeiramente democrática e para isso deve decidir a realização de Congressos anuais, deve colocar a diretoria como a direção política cotidiana da entidade e deve ainda colocar como um de seus canais democráticos o Conselho de Entidades, que aglutine os DCEs e UEEs e que sirva de parâmetro político de atuação da diretoria».

«Eu considero o general Figueiredo mais um ditador no País, embora a conjuntura que ele enfrenta seja diferente das enfrentadas pelo Geisel, Médici, etc. Acho que o Figueiredo é o presidente mais mambembe que a gente já teve neste período de ditadura. Ele não tem condições de dirigir nem clube de truco, quanto mais este país num regime ditatorial».

«Esse presidente e o regime que ele representa não têm a mínima condição de responder às lutas e reivindicações levadas por todos os setores populares da sociedade, especialmente pelos trabalhadores, os mais explorados durante estes quinze anos. O próprio pacote econômico que ele fez tanta propaganda dizendo ser anti-inflação só atendeu os interesses dos banqueiros, do setor monopolista financeiro, com que o regime está mais comprometido».

«O projeto de abertura é um recuo frente à pressão dos setores populares. Ele fala em abertura porque não pode falar em fechadura. Mas existe uma contradição, que ele não é capaz de resolver, entre falar em abertura e ter que manter a política de arrocho salarial. A luta dos setores populares, principalmente dos trabalhadores, nas suas greves caminha no sentido de gestar uma alternativa a esse regime de opressão e exploração».

Valdélio Silva «Unificar as lutas do ME»

Valdélio Santos Silva, tem 29 anos, é apontado por muitos estudantes como o provável futuro presidente. Faz Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Entrou na Universidade em 1975. Já em 75 era eleito 2º vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBa, cargo que ocupou na gestão 75/76. Na gestão seguinte (76/77) foi secretário do DCE e em 1977 foi eleito presidente do DCE.

«Realmente existem entidades que acham que eu devo me candidatar à presidência da UNE. Eu, pessoalmente, não sou candidato, mas também não desconsidero completamente a idéia de vir a ser presidente da UNE. Porém quero deixar claro que isso depende dos meus colegas da Bahia, dos companheiros do DCE da UFBa e, depois, do apoio que possa conseguir entre os amigos que tenho em outros Estados».

A possível candidatura de Valdélio, além do apoio expresso por outros diretores do DCE da UFBA, aglutina em torno de si lideranças de vários Estados.

MEC-USAID

«A reconstrução da UNE é hoje uma tarefa exigida pelo conjunto dos estudantes do País, como forma de combater uma política educacional absolutamente contrária aos seus interesses, e que é, além disso, antinacional e antipopular. A UNE deve combater o ensino universitário atual, cujas bases servem aos interesses dos que a formularam a partir do acordo MEC-USAID, concebido por técnicos brasileiros e americanos.

«Eu acho que a UNE deve ser recriada nesse Congresso que nós iremos fazer em Salvador. No Congresso, além do programa e do estatuto da UNE deve se escolher uma diretoria com mandato de um ano. A principal tarefa dessa diretoria deve ser a de unificar as lutas do movimento estudantil, principalmente a luta contra a implantação do ensino pago, que é uma intenção desse governo. Além disso, ela deve encaminhar as lutas mais gerais, pela defesa da Amazônia, por uma anistia ampla, geral e irrestrita e deve lutar por um governo amplamente democrático que convoque uma Assmebléia Nacional Constituinte, soberana e livremente eleita».

«O Congresso de Reconstrução da UNE é o primeiro passo para que essa entidade se torne amplamente reconhecida e legitimada pelos estudantes. A UNE, em suas duas ou três primeiras gestões vai buscar a unificação e a consolidação de todo o movimento estudantil. Ela deve se firmar também como uma entidade livre e independente e dessa forma a UNE não deve estar de maneira alguma atrelada ao MEC ou a qualquer órgão do governo».

«Eu acho que o Figueiredo representa o principal dirigente da ditadura militar fascista. É também o representante da fração da burguesia monopolista vinculada ao imperialismo, que no momento é hegemônica no poder».

«Nestes 15 anos a ditadura perdeu quase que completamente a sua base de sustentação. São poucos os grupos que apoiam o governo Figueiredo e sua política. O seu projeto de abertura tem por objetivo garantir a continuidade e a segurança dos interesses econômicos que a ditadura sustenta e para isso ela precisa fazer concessões secundárias reclamadas pela maioria da população. O regime pretende também dividir a oposição que luta conseqüentemente não pela reforma ou pelo remendo da ditadura, mas pelo seu fim».

«O regime tem intenção de manobrar no sentido de ganhar as bases sociais que ele necessita para a afirmação de seu projeto. Se constitui tarefa da oposição popular desmascarar o projeto de democracia relativa, abertura, distensão, ou qualquer outro nome que ele tenha e ao mesmo tempo formar uma ampla frente democrática e popular no combate à ditadura e na conquista das liberdades políticas amplas».

EM TEMPO:

Paulo Massoca «Engajar numa Frente Popular»

Paulo Roberto Massoca, o «Massoca», já assumiu que é candidato ao cargo de presidente da União Nacional dos Estudantes, apesar de ressalvar que só no Congresso de Salvador é que as chapas vão estar definidas. Massoca entrou em 1973 no curso de Engenharia da Universidade de São Paulo, no campus que essa Universidade tem em São Carlos, no interior paulista. De lá para cá ele já foi diretor de imprensa e de publicação do CAASO, e Centro Acadêmico de sua escola, em 1974 e 1975. Foi, também, em 1976, membro da primeira diretoria do DCE-Livre da USP, após a sua reconstrução. Em 1977 ele voltou ao CAASO, eleito presidente, e no ano passado foi eleito diretor da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, cargo que ainda ocupa. Tem 24 anos.

Paulo Massoca conta com o apoio, para a sua candidatura, da diretoria da União Municipal dos Estudantes de São Carlos (UMESC), do DCE da Universidade Federal de São Carlos, de diretores do CAASO, e também de lideranças da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de Santa Úrsula, do Rio.

«A minha candidatura surgiu muito em cima do apoio que ela tem em São Carlos e entre algumas lideranças universitárias de outros Estados, mas eu acho que a diretoria só vai estar delineada a partir do próprio Congresso onde iremos com a intenção primeira de reconstruir a nossa entidade nacional.»

«A importância da reconstrução da UNE hoje fica clara quando pensamos que é ela que vai possibilitar a unificação de todas as lutas que os estudantes travam por todo o País. E esse é o papel fundamental da UNE: unificar e centralizar a luta contra o ensino pago, pela adequação do currículo aos interesses da maioria do povo, por melhores condições de ensino, etc. A UNE tem também o papel de unificar os estudantes na luta contra o regime. A UNE deve se engajar numa frente popular que coloque como alternativa a esse regime o povo no governo, o povo sendo o governo».

CONTINUAÇÃO DO REGIME

«A partir do Congresso que nós iremos realizar em Salvador deve se constituir uma estrutura que garanta a democracia e a representatividade da UNE. Devem ser implementadas e fortalecidas as diversas regionais, devem ser criadas secretarias profissionais destinadas a tratar das questões relativas a cada profissão e deve ser garantida a existência do Jornal da UNE, uma imprensa nacional que leve para o conjunto dos estudantes as lutas que serão encaminhadas pela sua entidade nacional.»

«As chapas que vão concorrer à diretoria da UNE devem ser formadas no Congresso, bem como a formulação de seus programas políticos. Porém eu acho que a eleição para a diretoria deve ser direta, com a discussão das posições sendo feita ampla e nacionalmente. Eu entendo que essas eleições diretas deverão se realizar no segundo semestre, pois essa é a forma que garante hoje a participação e discussão de todos os estudantes na definição daqueles que vão dirigir a sua entidade nacional. Acho também que do Congresso deve sair uma Comissão Executiva, cuja tarefa fundamental vai ser encaminhar as eleições, mas que desde já terá também tarefas políticas, como por exemplo encaminhar a luta contra o ensino pago».

Para mim o general Figueiredo representa a continuação do regime implantado em 1964. A ditadura, nestes 15 anos, tem de tempos em tempos que mudar o ditador de plantão. O Figueiredo não representa nada mais que isso. Foi chefe do SNI e certamente comunga com o aparelho de repressão, sustentáculo da ditadura».

«Ele fala em abertura em virtude da necessidade que tem de ganhar tempo frente ao crescimento do movimento popular. Mas nenhuma proposta de abertura vai conter a sede de abertura de nosso povo. O regime está num crescente isolamento, mas ainda tem força. Ainda hoje torturador só morre quando cai do barco. O regime está com mais iniciativa, mas nós estamos crescendo em termos de mobilização. O regime militar é antagônico com o movimento popular. A unidade do povo, a frente popular, é o caminho seguro para fazer do País uma democracia no seu sentido mais pleno.»

«O Figueiredo que cuide, suas mãos estendidas já não conseguem esconder mais nada. O governo hoje está numa situação em que não consegue dar coesão ao bloco dominante. Suas saídas são todas paliativas, no sentido de ganhar tempo e atrair os setores descontentes. Esse é um regime que está fadado a morrer. Nós estamos do lado do povo, que é quem está disposto a levar até o fim a luta pela democracia e pela efetiva participação na distribuição das riquezas que ele produz.»

Os rumos do movimento

A formação da próxima diretoria da UNE vai passar certamente pelos três líderes que hoje apontamos como candidatos a presidência. Desde já se comenta a formação do chamado «Chapão» em que eles deverão estar. As principais lideranças do Nordeste também deverão estar presentes nessa chapa. Mas nem só de unidade se faz o movimento estudantil. A questão que ainda ninguém consegue responder é a atitude que deverão ter perante este «chapão» os grupos que, apesar de terem uma forte e significativa penetração em determinadas regiões, não conseguiram romper o seu isolamento regional de tal forma que lhes possibilitasse formar uma chapa em condições de disputar a direção nacional do movimento estudantil contra o bloco já delineado, ou mesmo participar desse bloco e intervir em sua articulação interna com um peso mais decisivo.

São exemplos desses grupos com expressão regional marcante a **Centelha**, diretoria do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais; o grupo **Organizando**, diretoria do DCE da Universidade Rural do Rio de Janeiro e ainda o grupo **Liberdade e Luta**, do DCE da Universidade de São Paulo.

Para tentar recompor a história do «chapão» e também a história desses outros grupos que hoje efetivamente não participam dessa articulação talvez seja interessante relembrar uma história do ano passado que diz respeito ao lançamento de duas publicações que se propunham articular e levar o debate sobre uma corrente socialista no movimento estudantil nacional. A primeira dessas publicações foi a revista Ibiúna, assinada, entre outras, pelas tendências refazendo de São Paulo; Organizando, do Rio de Janeiro e também pos Correnteza, de Pernambuco, que em um de seus editoriais afirmava que «Nosso objetivo não é, no momento criar uma tendência a nível nacional. Pretendemos, isto sim, a constituição de uma corrente socialista nacional, no movimento estudantil; tentar dar passos firmes neste sentido».

Aparecendo, de certa forma, como debate em resposta à revista Ibiúna surge um anteprojeto de jornal assinado, entre outras, por Centelha, de Minas; e Peleia; do Rio Grande do Sul; que afirmava poder-se verificar uma divisão básica entre as lideranças do movimento estudantil a nível nacional: «de um lado uma visão que assume a democracia como uma bandeira dos trabalhadores, e portanto associada desde já à luta pelo socialismo, de outro uma visão que considera a democracia como sendo de interesse, além dos trabalhadores e outros setores sociais oprimidos, de parcelas da burguesia. Para esta última visão, a luta pelo socialismo é uma questão colocada após a queda da ditadura».

Se nenhuma dessas correntes negou por completo essas posições, muita água rolou de lá para cá. Sem dúvida alguma uma questão colocada para elas é como combinar a necessidade de se levar adiante a reconstrução da UNE (sem que exista hoje nenhuma corrente com penetração nacional e bases que lhe dê condições de dirigir sozinha a entidade) com a importância política de não se abdicar de suas posições. Ou seja: realizar composições amplas e buscar de alguma forma colocar posições mais conseqüentes, ainda que limitadas, a nível da direção da UNE ou abdicar das composições como a melhor forma de encaminhar desde hoje, no movimento estudantil, a luta pelo socialismo? As respostas para esta questão as lideranças estudantis já estão buscando, na prática. As posições por elas assumidas, os próximos passos do movimento irão mostrar. Seus acertos e erros, a democracia dos estudantes se encarregará de julgar.